



Sergio Enrique Abreu Bonilla é doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidad de la República (UdelaR), do Uruguai, e mestre em Administração Pública pela University of Southern California (USC). Conta com especializações na Southwestern Legal Foundation, University of Texas, Dallas (UTD); no Centro para o Direito Internacional e Comparado (1980); na Academia de Direito Internacional de Haia (1983) e na Harvard Kennedy School of Government (2018).

Foi docente do mestrado em Relações Internacionais da Faculdade de Direito (UdelaR) e na Universidad de Montevideo (UM), Presidente do Conselho Uruguaio para as Relações Internacionais (CURI), Presidente do Comitê de Negociações do GATT, Rodada Uruguai (Marrakesh 1994), Ministro das Relações Exteriores (1993-1995), Ministro da Indústria, Energia e Mineração (2000-2002) e Senador da República (1990-1995, 2005-2010, 2010-2015). Atualmente, é o Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

É autor dos livros *Mercosur e Integración* (1991), *Uruguay y el Nuevo Orden Mundial* (1992), *MERCOSUR: Una década de Integración* (2000), *El hilo conductor* (2007) e *La Vieja Trenza* (2013).

O Marechal de Campo José de Abreu, que lutou mais de vinte batalhas a favor do Brasil nos limites das terras espanholas, é um desses grandes heróis desconhecidos dos brasileiros. Sentou praça em dezembro de 1784 em Rio Grande. Lutou em todas as campanhas de 1801 a 1827 e teve papel importante na libertação de São Borja em 1814. Também foi fundamental na luta contra Artigas. Toda essa dedicação foi reconhecida com sua ascensão a General, Marechal de Campo e, mesmo, a Governador de Armas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Foi agraciado pelo Imperador Dom Pedro I com o título de Barão do Serro Largo. Esse grande personagem aparece aqui retratado por seu tataraneto uruguaio, Sergio Abreu. Ex-Chanceler uruguaio e atualmente Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Abreu assinou como Chanceler o Tratado de Ouro Preto que criou a união aduaneira do Mercosul. É uruguaio com ascendência no Brasil, tem avó argentina e pai paraguaio. Trata-se, portanto, do *homo Mercosul* e que aqui retrata de forma persuasiva e leve não apenas o personagem, mas como era a vida em São Pedro do Rio Grande no início do século XIX.

Antonio José Ferreira Simões, Embaixador



colecção
RELACIONAIS
INTERNACIONAIS

colecção
RELACIONAIS
INTERNACIONAIS

SERGIO ABREU

INGRATO FOGO AMIGO

Sergio Abreu

INGRATO FOGO AMIGO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

De autoria de Sergio Abreu Bonilla, ex-Chanceler uruguaio e atual Secretário-Geral da ALADI, a obra é resultado de cuidadosa pesquisa histórica sobre o Marechal José de Abreu, Barão do Serro Largo (1770-1827), tataravô do autor. Herói militar, o Marechal mereceu, em 1868, esboço biográfico escrito pelo jovem José Maria da Silva Paranhos Júnior, futuro Barão do Rio Branco.

A trajetória do Barão do Serro Largo se desenvolve no contexto das independências sul-americanas, dos conflitos e caminhos divergentes seguidos pelas colônias espanholas e pela colônia portuguesa. A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul é o cenário em que fronteiras, terras e rios estavam no cerne de todas as disputas. Monarcas, militares, índios, imigrantes, diplomatas e caudilhos são os personagens reais de guerras, movimentos independentistas, sublevações e alianças que sacudiram as terras da América meridional.

coleção | RELAÇÕES
| INTERNACIONAIS

SERGIO ABREU

INGRATO FOGO AMIGO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

coleção | **RELAÇÕES**
INTERNACIONAIS

INGRATO FOGO AMIGO

SERGIO ABREU

INGRATO FOGO AMIGO



Brasília – 2022

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Tel.: (61)2030-9117/9128
Site: gov.br/funag
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Ana Clara Ribeiro Teixeira
Fernanda Antunes Siqueira
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Luiz Antônio Gusmão

Revisão:

Gabriela Del Rio de Rezende

Tradução e edição:

Tipp traducción e interpretación, sob a supervisão de Cristina Pilon Schultz

Programação Visual e Diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A162i Abreu, Sergio

Ingrato fogo amigo / Sergio Abreu — Brasília: FUNAG, 2022.

149 p. : il., mapas — (Coleção Relações Internacionais)

ISBN: 978-85-7631-852-1

1. Brasil - História. 2. Conflitos históricos. 3. Cisplatina. 4. Biografia
5. Barão do Serro Largo I. Título II. Coleção III. Marechal José de Abreu
IV. Fundação Alexandre de Gusmão

CDU 94:929(81)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei no 10.994, de 14/12/2004.

Elaborado por Charlene Cardoso Cruz — 1/2909



Barão do Serro Largo



Brasão de armas do Barão do Serro Largo

SUMÁRIO

Introdução	9
Ingrato fogo amigo.....	13
1. San Carlos e o Quartel	19
2. A Coroa no rio. O Tenente em Assunção	39
3. A Guerra. Artigas e Abreu	61
4. A Independência. O Rio Grande do Sul e a Cisplatina	83
5. A Guerra Cisplatina. Abreu e Rivera	93
6. Sob fogo amigo. Ituzaingó.....	109
7. A ingratidão como prêmio.....	129
Referências bibliográficas	143

INTRODUÇÃO

As páginas a seguir são resultado de pesquisa histórica, compreendendo o período entre 1763 e 1827, sobre a vida do Marechal José de Abreu, Barão do Serro Largo*. História de vida que acompanha os acontecimentos na Europa e nas colônias de Portugal e Espanha na América, no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX.

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul é o cenário em que fronteiras, terras e rios estavam no cerne de todas as disputas. Monarcas, militares, imigrantes, índios, crioulos, diplomatas e caudilhos deram sentido a guerras, invasões, movimentos independentistas, sublevações e alianças que sacudiram as terras da América.

A trama é uma tentativa de entender, por meio do personagem escolhido, as circunstâncias que conduziram à fratura do continente, especialmente, fatos que determinaram rumos diferentes para as colônias espanholas e a colônia portuguesa.

A motivação surgiu de menção de meu amigo, Embaixador Rubens Ricupero, a respeito do esboço biográfico sobre o General José de Abreu, escrito pelo jovem José Maria da Silva Paranhos Júnior (depois Barão do Rio Branco), a mim entregue pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em apreciado gesto pessoal.

Estas páginas traduzem aspectos humanos que navegam de geração em geração. Vidas de imigrantes, famílias que se constroem, destinos incertos e sentimentos de amor à terra nessas fronteiras onde, sabia-se, os índios eram bravos e era preciso “ter cuidado

* Nota do editor: o autor optou pela grafia “Serro Largo”, adotada na *Revista do IHGB*, volume 37, tomo XXXI, de 1868.

com os vizinhos castelhanos, com as feras, com as cobras e com o Regimento de Dragões”.

Nessa província do sul do Brasil, alianças, traições e tramas orquestradas por Coroas, personalidades civis, religiosas e militares deram sua contribuição para que o ingrato fogo amigo tivesse desfecho pontual, resultado da luta pelo poder, tendo a lealdade como sua primeira vítima.

José de Abreu viveu em tempos acelerados. Foi testemunha e ator da tomada das Missões Orientais em 1801, da independência do Paraguai, da guerra contra Artigas, da independência do Brasil e da Guerra da Cisplatina até a Batalha de Passo do Rosário ou Ituzaingó, antecedente que conduziu, dentre outras causas, à assinatura da Convenção Preliminar de Paz, em 1828, e ao Juramento da Constituição da República Oriental do Uruguai, em 18 de julho de 1830.

Livros, documentos, teses de mestrado, retratos e centenas de ofícios escritos por José de Abreu chegaram às minhas mãos. Perdi a conta das contribuições realizadas por pessoas e instituições para que este livro fosse editado, inclusive daqueles que se surpreenderam com meu entusiasmo.

De toda forma, é dever moral agradecer a todos os que me apoiaram e aos quais isento de qualquer erro ou imprecisão que este livro possa conter. À minha amiga, historiadora Ana Ribeiro, por seu talento e sua paciência para revisar e comentar vários escritos. Ao Embaixador e historiador Juan José de Arteaga, por sua generosidade, contribuindo com ideias e detalhes oportunos. A María Casarino, que contribuiu com seu olho crítico para que o livro fosse escrito com objetividade. A Aldo Mazzucchelli, que revisou os primeiros rascunhos e contribuiu com insumos literários que mal consegui refletir em meus escritos. Ao Embaixador Luiz

Felipe de Seixas Corrêa, que me enviou do IHGB, no Rio de Janeiro, as fotos do título nobiliárquico e retratos para serem publicados. A Félix Migliaccio, que compartilhou horas de trabalho com enorme paciência, pesquisando dados e contatando pessoas. A Carolina Brum, Mercedes Pol e Mauro Padula, que testemunharam com aflição minhas carências informáticas. A Denisse, secretária e mulher excepcional. Por último, a quem tornou possível este livro: descendente direta de Cláudio de Abreu, filho mais velho do Marechal, Ana Rocha (Helga), inteligente profissional que pesquisou, revisou rascunhos e fez inúmeras contribuições com entusiasmo redobrado. Não tenho certeza de ter conseguido satisfazer suas expectativas.

Por fim, não posso deixar de mencionar Lucía, minha esposa, que, entre comentários e notas, me ajudou a imprimir o que ilusoriamente era sempre a última edição. Ela é testemunha de que cansei filhos e netos com pesadas leituras. Devo reconhecer, no entanto, que para não me contrariar, fugiram sempre com um sorriso e uma desculpa.

Este livro apresenta a verdade de uma época e é uma humilde contribuição para entendê-la. É também uma forma de confirmar que o segredo da vida não é fazer o que a gente gosta, mas gostar do que a gente faz. É, ainda, uma homenagem a meu pai, que combateu em uma guerra, formou sua família no Uruguai e nos ensinou, com seu exemplo, que quem abandona a trincheira, não honra a vida.

INGRATO FOGO AMIGO

Quase dois séculos se passaram desde que dei meu último suspiro nos pastos do Passo do Rosário, em fevereiro de 1827.

Minhas lembranças são muitas. Recordo primeiro cavalos, serras que se alongam, quando caem no Atlântico, para além de San Carlos, na direção do poente, e que, curvadas em forma de arco, fecham o norte, arroios, cachoeiras, uma carreta, a foz da lagoa. Tudo era um convite e movimento sem limites, talvez a forma mais elementar de felicidade. Aos 13 anos, paralisado pelo medo, fiquei preso entre paredes e sujeito à vontade de meus superiores. Era o exército. Nele existi, foi minha casa, meu respaldo e meu refúgio; aprendi a obedecer e a mandar, a cumprir e a suportar, a matar e a morrer como soldado por uma causa.

Recordo ter vivido mais tempo em um quartel do que em casa. Recordo, ainda, ter entendido desde jovem que os julgamentos sobre instituições, como o exército, a igreja, os governos, as Coroas, deviam ajustar-se à realidade circundante. Não cabia a mim opinar sobre Napoleão nem sobre as lutas entre as Coroas. Cumpri as ordens de meus superiores. Recordo minha felicidade, a felicidade de Maria Feliciano, minha mulher, quando fui notificado de meu ingresso nos Dragões. Estava apenas começando e já me sentia Marechal de Campo. Como iria saber o que me aguardava nessa fronteira para o oeste? Recordo a dificuldade de aprender guarani. O campo, os animais faziam parte de nossas vidas. Rios, arroios, matas, cavalos, mulas e bois estavam ali, aguardando para serem reconhecidos. Andamos lado a lado com a cultura e os costumes indígenas, compreendendo-nos uns aos outros. Servi ao Rei primeiro, ao Imperador, depois.

Recordo coisas que seria absurdo recordar agora, se Paranhos não tivesse escrito, em 1865, esse esboço da minha vida que estremeceu minha alma. Que estranha inspiração filtrou-se em seu espírito para lembrar-se de mim. Ainda recordo quando desfalecia diante de meus superiores, nos campos do Passo do Rosário.

Cem anos depois, ele também defendeu o pardo território do Brasil. Ele lutou, como eu em meu tempo, palmo a palmo; eu com a espada desembainhada; ele com a pena molhada em tinta. Paranhos Júnior sabia que, em todas as guerras, a primeira vítima era a verdade; que a história era escrita pelos vencedores, pelos que prevaleciam pelas armas e pelos que tentavam assegurar-se de que os mortos não os contradissem. Com uma única diferença existencial: na política morre-se várias vezes e na guerra, uma vez e para sempre.

Quando se revirem os documentos, será justo reparar nos fatos que compunham a história de todos os dias. O texto que lerão a seguir trata do meu tempo e da minha vida. Não é tudo o que eu gostaria de ter escrito. No meu caso, muitos detalhes foram mais importantes do que alguns fatos que outros consideraram marcantes. A verdade é que meu casamento foi a fogueira que alimentou meus fogos quando Maria Feliciano escolheu o amor contra a vontade de seus pais. Nos locais mais inóspitos, teve peito para alimentar seus filhos, caráter para educá-los e livros para que fossem independentes. Teve até a intuição de interpretar a morte de Ana como uma dura mensagem do além que nos alertava a nós, seus pais, sobre esse padrinho que iria se perder pela inveja.

Recordo todos esses anos. Recordo como tive que socializar com oficiais de todos os graus, caciques de tribos, nobres com os títulos mais diversos, intelectuais, traficantes de escravos, caudilhos, soldados, milícias guaranis, gente boa, sem-vergonhas, ladrões e, sobretudo, com gente da pior espécie: os traidores. A hierarquia nunca me levou a confundir lealdade com submissão. Aprendi

que aquele que a gente encontra quando sobe os degraus da vida, inexoravelmente a gente volta a encontrar quando desce.

Não fui homem fácil em tempos difíceis. Tenho uma lembrança que poderia denominar o drama do Brasil. Essa foi a substância dos meus dias. Fiquei tão envolvido com isso que me desesperei quando os comandos militares tornaram incontrolável a condução do exército. E meu desespero foi ainda maior quando minha remoção se tornou irreversível. Muitas vezes pensei, será que Maria Feliciano não estava certa quando me alertava a respeito de minha decisão de tomar as armas como voluntário? Devo confessar que algum toque de vaidade pode ter-me invadido, embora não acredite que me tenha sentido mais mártir do que vítima.

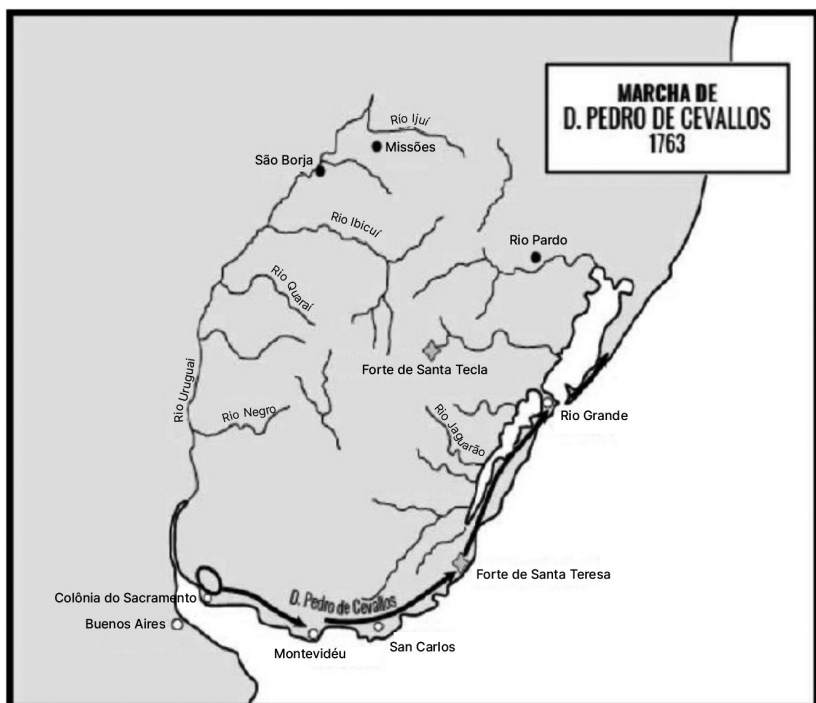
Recordo ter-me formado na hierarquia militar, que me tornou soldado disciplinado para obedecer e independente para pensar. Descobri que essa questão da coragem é verdade, mas não é só isso que define uma pessoa. No mundo das armas, essa virtude não tem substituto, mas para chegar a altas posições de comando, precisa-se de algo mais. Nunca esquecerei o ofício de meu grande chefe Curado, depois de São Borja, louvando meu discernimento. Discernimento? Parecia elogio, embora Maria Feliciano e eu tivéssemos que pedir ao Vigário que nos explicasse o que queria dizer essa palavra.

Em San Carlos de Borromeo, em 1770, minha mãe Ana me trouxe ao mundo, na época, sob domínio espanhol. Meu pai me contava de sua terra natal em Portugal e minha mãe de seus avós da Ilha Terceira dos Açores. Voltei a Rio Grande com toda a família. Na adolescência, pouco me importaram essas lembranças alheias; estava preocupado com o presente e seus desafios. Cheguei a pensar que o mundo deixava de girar diante do redemoinho de sonhos na minha cabeça. No entanto, recordo bem meu ingresso no quartel aos 13 anos, quando minha vida mudou.

Casei-me. Já como oficial de Dragões, fui destinado à fronteira a cargo das Guardas da Cruz e Inhanduí. Viajei como enviado da Coroa a Assunção, em maio de 1811. A Província ganhava sua independência e eu quase perco a vida. Fui promovido de Coronel para Marechal de Campo por méritos militares na guerra contra Artigas, esse caudilho teimoso. E a vida é curiosa: parece que o mais importante para a minha família e os moradores do Distrito de Entre Rios acabou sendo a fundação da Capela de Alegrete.

Minhas lembranças se embaralham. Recordo a emoção pessoal e a alegria familiar em cada promoção. Recordo a festa da minha família e meu pessoal quando Dom Pedro me designou Governador das Armas da Província. Recordo aquela noite em Mercedes, quando fui posto à prova pelo General Rivera, que fez prisioneiros meus filhos sem armas em suas mãos. Também recordo a volta a São Gabriel e minha demissão do cargo de Governador das Armas da Província, bem como que pouco me importava o título de Barão do Serro Largo, que me outorgou o Imperador. É uma lembrança muda, intangível. Um caminho marcado pela decisão de dar à guerra o que dela se recebia. De Passo do Rosário recordo apenas meu aborrecimento com Sebastião e o instante da minha morte. Acabou sendo mais um dado para que o inimigo pudesse dizer: o Marechal Abreu caiu no campo de batalha. Um ingrato fogo amigo lhe deu fim.

Marcha de D. Pedro de Cevallos (1763)



Fonte: Modificado de "Mapas do Exército Brasileiro"

I. SAN CARLOS E O QUARTEL

O Presídio ou Quartel de Rio Grande foi fundado, em 1737, por uma expedição portuguesa à foz do Rio São Pedro. Dois anos depois foi criada a Capitania de Santa Catarina, sendo integrada a ela a parte sul da Capitania de São Paulo e os territórios ocupados na região de Rio Grande.

O sul do Brasil era uma pradaria entremeada de pequenas serras, com densa irrigação e bosques nas ribeiras de rios e arroios. O clima era subtropical ao norte de Rio Grande e ao noroeste estendiam-se grandes bosques, bons para resguardo dos animais. A terra era apta para a agricultura e a pecuária. Por outro lado, as faixas costeiras, até o Rio da Prata, eram um espaço desolado onde índios e gaúchos esfolavam esse gado selvagem e com chifres, parte do aluvião acastanhado provocado pela expulsão dos jesuítas em 1767.

A Capitania de Santa Catarina tinha em torno de sete mil moradores, a maioria agricultores das Ilhas dos Açores. Esse seria o cenário de acontecimentos violentos que começaram em 1763, com a ocupação da Colônia do Sacramento pelo governador de Buenos Aires, Dom Pedro de Cevallos, e que se estendeu até a Lagoa dos Patos.

Os habitantes da Vila de Rio Grande de São Pedro, fundada em 1737, ficam apavorados com a chegada de soldados portugueses provenientes do Forte de Santa Teresa. São desertores. Trazem a notícia de que as forças espanholas sitiavam o forte defendido pelos Dragões de Rio Pardo, sob o comando do Coronel Tomás Luís Osório.

Instala-se o caos. Os soldados famintos, depois de assaltar o armazém, bêbados e descontrolados, entram com seus cavalos na Matriz de São Pedro. A população fica desprotegida, o governador

de Rio Grande, Sena Madureira, abandona a vila, e a população, tomada pelo pânico, procura a praia como via de escape. Prevalece a lei do mais forte. O instinto de sobrevivência leva a atos violentos, as embarcações se agitam sob o impacto de pequenas ondas e os mais jovens embarcam pulando, deixando os mais fracos, idosos, viúvas e crianças entregues à própria sorte. Os mais indefesos permanecem na praia rezando, enquanto aqueles que conseguem embarcar atravessam a Lagoa dos Patos na direção de São José do Norte, Viamão, Triunfo e Taquari. O frio penetra até os ossos e, no fim da tarde, dezenas de famílias voltam a seus ranchos e colocam panos brancos nas portas por temor aos abusos das forças invasoras.

João de Abreu, oriundo de Guimarães, Portugal, e sua esposa Ana Bernarda, filha de açorianos, eram agricultores em Povo Novo, vila próxima de Rio Grande de São Pedro. Na manhã seguinte àquele entardecer de pânico, João e Ana, refugiados no rancho, ouvem uma voz convocando-os à Igreja Matriz para escutar uma mensagem. São os primeiros a chegar. O Capitão Molina comunica aos moradores que por ordem do Governador de Buenos Aires, que agora manda na região, seriam deslocados para um local ao sul.

No duro inverno, uma caravana enorme, conduzida pelos oficiais do exército espanhol, empreende penosa viagem para as costas atlânticas de Maldonado. Oitocentos bois, mil e trezentas cabeças de gado, ovelhas e cerca de oitenta carros iniciam a marcha, cheios até as entranhas, com o ranger lúgubre dos eixos. Os bois atrelados ao cabeçalho inclinam suas cabeças pelo peso da canga, enquanto as mulas marcam sua presença com sonoros colares de caramujos. Os carros avançam contornando obstáculos. No fim da tarde, as fogueiras são acesas e ao seu calor, fluem diálogos descontraídos acompanhados de acordes musicais. À noite, os mesmos carros funcionam como tetos e quando despontam as primeiras luzes do

novo dia, depois de churrasco e chimarrão reparadores, inicia-se a jornada.

O General Cevallos colocou essas famílias entre os arroios Maldonado Grande e Maldonado Chico, região de ar puro e a salvo de inundações. Além disso, determinou que se juntasse madeira e palha para facilitar a construção das primeiras casas. A vila foi delineada de acordo com a rosa dos ventos, as ruas traçadas com onze ou doze varas castelhanas de largura e os quarteirões com cem varas de frente e cinquenta de fundo.

O Comandante recomendou aos agricultores que plantassem culturas variadas. A primeira colheita de milho, ervilhas, feijão, abóboras e outros produtos teve muito bom rendimento. A isso acrescentou-se a produção de carne, leite e couro.

João e Ana tinham ficado em Povo Novo enquanto a Vila de Rio Grande se transformava em forte militar espanhol. Em março de 1765, João, junto com João Teixeira e Feliciano José, deixaram suas esposas doentes e somaram-se a outra caravana rumo a Maldonado sob o comando do Capitão Ayala.

O verão foi quente, as chuvas eram poucas e os dias mais longos. Depois de várias semanas de viagem, avistam-se dos carros as colunas de fumaça dos fornos de barro; estavam chegando à vila.

José instala-se em San Carlos disposto a trabalhar em qualquer coisa para reunir a família o mais rápido possível; trabalha um pouco na agricultura, transporta produtos e viaja a Maldonado quando exigido pelas autoridades espanholas. Em pouco tempo, Ana Bernarda e seu filho Vicente chegam a San Carlos. A família se estabiliza, nasce Cláudia Petrona em 1766, José, em 1770 e Maria, em 1771. Em 1772, nasceu Joaquim, ano em que o Pároco Joaquín de Zemborain recebeu a notícia de que o Bispo de Buenos Aires faria visita pastoral à vila.

— Ajude-me a recebê-lo como ele merece — pediu o pároco a Ana. — Não tenho conforto e alguns se recusam a aceitar um Bispo que vem de Buenos Aires.

Ana tem a resposta e entra na capela com os olhos brilhantes:

— Padre, João e amigos construirão uma casa digna para Sua Senhoria Ilustríssima, o resto, deixe comigo.

Depois, convocou várias famílias amigas:

— O que tem a ver que o Bispo não é português? Faça-me o favor! Que classe de cristãos somos? Deus zela por todos, sem importar onde nascemos!

Não havia resposta que destruísse a lógica de Ana e, como era de se esperar, a visita ocorreu sem dificuldades.

A paisagem e os moradores mudaram com a chegada de dezenas de famílias de índios guaranis, que depois da expulsão dos jesuítas migraram para o sul, seguindo o gado selvagem. Dezenas de crianças integradas à sociedade hispano-crioula juntavam-se a brincar sem fazer diferenças entre si. As mães índias não se preocupavam pelo paradeiro de seus filhos, mas Ana Bernarda se preocupava quando os seus sumiam por longo tempo.

— Mas José, eu não te vi o dia todo — começava sua recriminação. — De onde tiraste essas palavras que usas com teus irmãos?

— Mãe, com os índios e alguns amigos levamos os cavalos ao arroio, demos banho neles, fizemos corridas, eles falam uma língua estranha, mas a gente se entende. É tão divertido! Ensinaram-nos a pescar com linha e flecha, e a conversar com os cavalos.

— Como? Agora tu vais me dizer que os cavalos falam? Faz favor, José!

— Não, mãe, meus amigos falam com eles, amansam-nos, montam e deitam-se em seus lombos sem assustá-los. Nós aprendemos também a caçar aves e colher frutas e ovos.

Três línguas se somaram: o castelhano dos espanhóis, o português dos portugueses e o guarani dos índios. Ana consulta o Pároco e sua resposta é simples: — Minha filha, a natureza faz seu trabalho, é bom que as crianças cresçam e brinquem juntas. As idas ao arroio e a convivência com animais os aproxima, embora a língua pareça ser um obstáculo. — Ele estava certo. Nesse verão, José e seus amigos já se banhavam nus no arroio. Pareciam nascidos no mato.

O passar dos anos foi reduzindo a ansiedade dos açorianos, que chegaram a pensar que não voltariam às suas terras. No entanto, os portugueses do norte recuperaram lentamente o porto de Rio Grande, várias fortalezas e até essa costa sul do Atlântico.

Em 1776, a Coroa espanhola criou o Vice-Reino do Rio da Prata, com Buenos Aires como capital. Dom Pedro de Cevallos foi designado Vice-Rei com jurisdição sobre o Alto Peru e as Províncias de Tucumán e do Paraguai. Nesse mesmo ano, recebeu a ordem de reconquistar a Colônia do Sacramento e invadir São Pedro do Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina. Uma frota com grande poder de fogo e milhares de soldados cumpria com sucesso a missão, quando o dócil Rei de Portugal, Dom José I, faleceu. A Rainha Maria ocupou o trono, destituiu o poderoso Marquês de Pombal e propôs a Carlos III, Rei da Espanha, a assinatura de novo tratado de limites.

O Tratado de São Ildefonso entrou em vigor. A Espanha entregou a Portugal a Ilha de Santa Catarina e manteve a Colônia do Sacramento e as Missões Orientais. O limite ao sul estava em Castillos Grandes e Barra do Chuí, continuando pelo divisor de águas do centro do Rio Grande do Sul, tendendo a coincidir com a linha traçada pelo Tratado de Madri.

Em agosto de 1777, o Vice-Rei Cevallos e as forças espanholas abandonaram Rio Grande. Algumas semanas depois, um oficial do exército real português solicitou a capela ao Vigário de San Carlos para transmitir aos moradores a mensagem da Coroa. A igreja estava lotada de açorianos e, depois de uma prece que pareceu eterna, o Capitão ofereceu terras àqueles que quisessem voltar para Rio Grande.

Era hora de voltar. A caravana, com dezenas de famílias, sai de San Carlos. Nos carros, um concerto de vozes infantis desafinadas acompanha o ranger dos mesmos eixos velhos; a cada tranco, o mundo espanhol fica para trás, San Carlos de Borromeo, a precária igreja, o pároco confessor, o cheiro de água salgada trazido de Maldonado pelos ventos oceânicos e a dupla vida de morador e prisioneiro. Nada perturba João e Ana, a família compartilha sonhos renovados, sem reparar nas inclemências do tempo nem nas dificuldades do caminho.

Ao chegar à Vila de Rio Grande, João se apresentou às novas autoridades. Poucos dias depois, foi notificado de que lhe tinham sido adjudicados doze hectares e alguns animais. — Chegamos tarde. — disse Ana. — Os que vieram do norte ficaram com as melhores terras, os mesmos que embarcaram primeiro há quinze anos. — Porém, com sua conhecida disposição, acrescentou: — O que é importante é que voltamos, não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe.

A família volta a debruçar-se sobre a terra. João volta às calças longas, bombachas de pano, camisa, chapéu pança de burro com aba e poncho para se proteger da chuva e do frio; umedece e trabalha o couro para fazer os toldos da carreta e os arreios de bois e cavalos.

O casal tinha seis filhos e o que produziam mal era suficiente para alimentá-los. José, com dez anos, ajudava nas tarefas do campo, ocupava-se de arar a terra, colhia grãos, lavava as roupas no arroio, cortava lenha, acendia o fogo e assava na brasa carne de vaca, de

tatu e de lagarto. Tinha braço para matar com vara dezenas de perdizes, caçar pombos com armadilhas caseiras ou com laço de crina. Tudo chamava sua atenção, esforçava-se capinando a terra ou ajudando uma vaca a parir, mas nada era comparável com a paixão que os cavalos despertaram nele desde criança. Domar esses baguais requeria paciência e ele conseguia fazê-lo sem gestos bruscos, com tom de voz grave e macio. Não tinha potro que resistisse a obedecer nos currais de pedra ou a um banho no arroio.

José ia completar treze anos, espichou de repente e desenvolveu corpo respeitável e, enquanto barbeia os poucos pelos no rosto, a voz esganiçada anuncia sua entrada na adolescência. A fama de bom ginete o acompanha, ensina os potros a charretear, como os índios, prefere o relho ao jogo do osso e a cana, e sua figura de rebenque em riste é conhecida a léguas de distância.

Apesar da entrega com que João e Ana trabalhavam a terra, as condições condenavam a família à pobreza. Manuel tinha um ano, Vicente e Cláudia Petrona, já casados, não viviam com eles, e os filhos menores, começando por Maria, passavam pendurados do avental de sua mãe. José, mais cedo do que tarde, deveria escolher entre ser padre ou entrar no quartel, as únicas opções que nessas terras poderiam afastá-lo de uma vida de gaúcho errante e brigão.

João concluiu que o único de seus filhos com idade de ser independente era José e que o quartel era a melhor opção. Ele era valente, decidido, respeitoso e piedoso, e como soldado de linha seria útil a esse exército necessitado de gente para a demarcação dos limites do novo Tratado. Em reunião familiar, José manifestou sua conformidade, enquanto sua mãe suspirava diante do que era irreversível. De toda forma, a partida não podia demorar e esse Natal seria o último que passariam juntos.

Com as primeiras luzes de uma manhã de verão, pai e filho vão rumo à Vila. Deixam para trás o fogo ardendo, o mato, a névoa, o rio, os potros e o ar suspenso; ao virar a cabeça, José percebe o braço estendido de sua mãe que, em pranto, sofre a dor de uma despedida sem retorno.

Nesse 28 de dezembro de 1784, dois ginetes se anunciam à guarda na entrada do quartel da 4ª Companhia do Batalhão de Infantaria e Artilharia de Rio Grande, uma construção pintada de branco que chamava discretamente a atenção. A entrevista é com o Capitão João Marcos de Madereira. A realidade com que José se defronta não é nem parecida com as fantasias de seus jogos infantis. Os rostos que se cruzam não conhecem o sorriso, o ruído dos passos marcados por vozes de comando ressoa em seus ouvidos e, ao olhar para a Praça de Armas, observa dez soldados marchando sob calor sufocante, no ritmo monótono do tambor.

O Capitão descreve a vida no quartel. Enquanto discute detalhes com João, desvia uma e outra vez seu olhar para José, duvidando que esse jovem com seus declarados treze anos pudesse suportar o duro mundo que o aguardava; ainda que essa dúvida respondesse apenas ao receio de perdê-lo por baixa ou deserção.

João assina o documento de ingresso de seu filho como “voluntário de linha” e deposita a soma acordada. Resta apenas a despedida. Aproxima-se de José e olhando-o nos olhos lhe diz: — Faz-te respeitar, que arrebetem a tua cara cem vezes antes que as costas uma vez. Não te apresses, a madeira das portas que irão se abrir ainda está no mato; tudo depende de ti. — Dá um tapinha no ombro e se afasta sem virar a cabeça.

Um cabo acompanha José para receber as armas e o uniforme, no barraco lhe mostra o catre com tentos de couro onde dormiria e o banheiro que compartilharia com seus companheiros. À tarde, na

fogueira, o chimarrão passa de mão em mão, enquanto José responde timidamente às perguntas de praxe feitas por seus companheiros. Essa noite, depois do toque de recolher, homens de diferentes idades, costumes e educação dormem profundamente. Para o novo soldado, o canto das aves, os relinchos e mugidos do campo são uma lembrança; no entanto, outros ruídos fazem parte de agressivo concerto de tosses, roncões e gases misturados na escuridão. Submerso na manta, entre preces e sobressaltos, parece ouvir as palavras que o Capitão falou a seu pai: “Fique tranquilo, Seu João, seu filho vai se tornar homem no exército.” Um único pensamento surge na sua cabeça: “Que forma de começar!”

A vida militar era regrada e a infantaria seguia normas para ordem unida, marchas, simulações de batalhas e manuseio das armas. Na alvorada, a tropa perfilava-se para passar em revista e rezava a Ave Maria. No pôr-do-sol, os soldados em formação iam para o Quartel para rezar com reverência religiosa. Depois, era informado o serviço do dia seguinte para o Regimento e a Companhia, e após o jantar e o toque de recolher, chegava a ansiada hora de descansar.

Os primeiros tempos foram difíceis. Além das tarefas regulares, o Regimento trabalhava na demarcação de limites, enfrentando campos, arroios, rios, morros e matas que pareciam resistir a essa divisão da ordem natural.

Numa tarde, na roda da fogueira, surgiu o assunto dos cavalos. José arriscou sua opinião:

— Não há soldado sem cavalo bem domado e bem cuidado, não é preciso usar a força bruta para domá-lo.

Entre cabeceios, um mestiço de botas de garrão de potro refutou:

— Também não é questão de exagerar, o cavalo, depois de forte puxão, responde a freio duro, rédeas curtas e à instigação com esporas.

Surge a polêmica e alguns estimulam José a se afirmar na sua posição:

— O cavalo aprende a trotar, galopar, arremeter, recuar e marchar entre mato e bichos que se cruzam entre suas patas; por isso, nestas terras é rápido, resistente e manso. Só digo que um pingo maltratado sabe como ajustar contas com seu dono. Levem isso em conta.

Antes que a discussão subisse de tom, o Tenente os interrompe:

— Por hoje é suficiente, amanhã às seis quero todos em formação na Praça de Armas. — E, arrancando uma sonora gargalhada da “milicada”, acrescentou: — Quem quiser beijar seu cavalo está autorizado, afinal, é questão de gosto. — E para fazê-los sentir o peso da hierarquia, arrematou com um lembrete pungente: — Não esqueçam que esta é a infantaria, que os cavalos bons estão no Regimento de Dragões e que ali não entram miseráveis como vocês.

José estava há quatro anos no quartel quando recebeu a notícia da morte de sua mãe. Ana havia sido o esteio da família e não poupava sacrifícios para que nada faltasse a seus filhos. José a visitou menos vezes do que ela gostaria, mas era tarde para se arrepender, e enquanto ia para o cemitério a imaginou, fechando os olhos, com seu crucifixo entre as mãos. No cemitério da Matriz de Rio Grande estavam seu pai, seus irmãos, famílias amigas e um padre compungido, que conduziu as últimas orações. Ao concluir, fez o sinal da cruz, cumprimentou um por um e, com a cabeça baixa, foi embora; desta vez o padre não havia cumprido um simples ritual, com Ana tinha ido embora um sopro vigoroso dessa fé que compartilhavam.

João confinou-se no campo. Dois anos mais tarde, José soube que seu pai havia morrido e que tinha sido enterrado no cemitério de Povo Novo. Poucas referências familiares restaram a esse soldado,

que aos vinte anos percebeu que suas conquistas iriam depender apenas de seu esforço.

O exército português tinha escola e tradição, suas regras aplicavam-se estritamente nas unidades militares da colônia do Brasil. Nos primeiros meses de 1792, os efetivos foram convocados à Praça de Armas. Depois de entrar em formação, o Capitão leu uma proclama Real, informando que no Rio de Janeiro havia sido executado o alferes e dentista Joaquim José da Silva Xavier, um tal Tiradentes, por ter-se rebelado contra os impostos e proclamado a independência de sua Província de Portugal. Ao réu foi aplicado o suplício judiciário que incluía açoites, marcas com ferro em brasa, execução e mutilação de seus membros para serem exibidos em locais públicos.

Depois que a tropa reiterou sua lealdade à Coroa da insana Rainha Maria, deu-se a ordem de dispersar sem que os soldados tivessem entendido os motivos dessa cerimônia. Na fogueira ao entardecer, José tentou dar resposta ao que havia acontecido: — O Capitão quis nos transmitir que os suplícios e a pena de morte serão aplicados a todo aquele que conspirar contra a Coroa, porém, acho que a mensagem era mais para os oficiais do que para nós.

O tempo transcorria, José completaria dez anos como soldado de linha sem ter sido promovido. Por outro lado, havia sido testemunha de dezenas de promoções e de transferências de soldados e oficiais cujos únicos méritos eram suas influências fora dessas paredes. Chegou à conclusão de que não ter padrinho no exército era a mesma coisa que tentar atravessar um rio sem saber nadar. No entanto, não havia esquecido os conselhos de sua mãe: “Deixa tua própria pegada, onde ela existir, haverá um caminho a percorrer. Nunca desespere. Deus escreve reto por linhas tortas, não há pequenos nem grandes milagres. A oportunidade é o milagre, não a deixes passar.”

Uma manhã de março de 1794, o Capitão convocou José a seu gabinete. “O que será que eu fiz?”, perguntou-se. Era comum, nos quartéis, inventar faltas para impor castigos para divertimento de superiores e companheiros. O rosto do Capitão parecia mais humano, isso já era um milagre. Ele foi direto ao ponto: — Em Porto Alegre me pedem um soldado que entenda muito de cavalos, com experiência de quartel, bom comportamento e preparação aceitável. Pensei no senhor e autorizei sua transferência. — José não disse palavra, embora o Capitão também não esperasse que ele falasse, era uma ordem, e o que era importante era ficar bem com seus superiores. Nesse mesmo dia abandonou o quartel antes que seu mal-humorado chefe mudasse de opinião e em seu cavalo mouro foi para o acampamento dos tropeiros. Depois de conversar com alguns, somou-se a um grupo de gaúchos que levariam gado até uma charqueada nos arredores de Porto Alegre. Finalmente, depois de tropear uns dias e passar noites no mato entre chimarrões, churrascos e alguma aguardente, divisou os contornos da vila.

Assim que chegou ao Quartel de Porto Alegre, percebeu que a infantaria dedicava tempo importante à demarcação de limites. O Capitão era o comandante e sua apreensão por cavalos bem domados era bem conhecida. Foi assim que, poucos dias depois, enquanto a companhia bebia água em remanso do arroio, o Capitão, com dois ajudantes e um cavalo de carga, aproximou-se do grupo e de seu brilhante cavalo ruão e falou a José:

— Soldado, lhe trouxe este tordilho sabino para que o dome como dizem que o senhor sabe.

A partir desse momento, durante 30 dias José levou o cavalo aos currais, entre carícias e cochichos lhe tirou o medo e as cócegas, passou a mão pelo pescoço, sussurrou na sua orelha, deslizou sobre seu lombo e, fazendo pressão com as pernas, saiu sem dar pinotes nem corcovos. Antes do esperado, o rosilho tinha uma estampa que

tornava difícil imaginar a égua que o tinha parido. José limitou-se a dizer ao Capitão:

— Senhor, domei-o de baixo.

A Vila de Porto Alegre era uma península acidentada, circundada por vegetação de intensa cor verde que contrastava com o vermelho do solo. A água doce do Rio Guaíba exalava leve aroma salobro, as correntes tornavam-se prateadas no horizonte e os entardeceres pintavam-se de cor-de-rosa, com toques acentuados pelos raios do sol. A vila tinha em seus arredores terras boas para a agricultura, atividade da maioria das famílias açorianas. Do pequeno porto encostado no rio, chegavam e saíam veleiros, canoas, brigues, escunas e até algum bergantim. A vila não tinha ruas pavimentadas nem iluminação, carecia de coleta de lixo e de esgoto, e um único albergue informal fazia as vezes de hospital. O ensino fundamental era precário, a ordem era mantida pelo exército, e o quartel fazia as vezes de prisão. A maioria das casas eram de pau-a-pique com telhado de sapé. Um prostíbulo funcionava dia e noite e, numa rua denominada “a dos Sete Pecados Mortais” moravam, em sete casas, mulheres de vida alegre. Uma cancha de jogo da bola era atração para os jovens, a Casa de Comédia concentrava-se em espetáculos de música popular e na rua da Praia, sobre carretas, vendia-se a pesca do rio, o pintado e o lambari. A carne que consumiam era carne-seca, conservada com sal, e os moinhos da vila eram alguns de vento e outros de água. A Igreja da Matriz estava sendo construída, a seu lado, o Palácio de Barro e, ao lado deste, a Casa da Provedoria da Real Fazenda. Os prédios mais importantes estavam destinados à defesa militar: o quartel, o arsenal, um trapiche e dois depósitos de pólvora para as três armas: infantaria, artilharia e cavalaria. A cidade contava, ainda, com o Regimento de Dragões, o de maior prestígio militar e social.

Nas primeiras semanas de quartel, José segue o conselho de seus companheiros: assiste à missa aos domingos, participa do jogo

da bola, vai às rinhas de galos, frequenta os armazéns de secos e molhados e aprecia as corridas de cavalos.

Em poucos dias, a vila celebraria a festa do Divino, um espetáculo colorido com cavalos e ginetes que simulavam combates entre mouros e cristãos. A isso, acrescentavam-se pequenas tendas nas ruas, a chimarrita e a dança do pezinho, danças populares açorianas.

José foi escolhido para representar o estandarte “cristão”; era a oportunidade de exibir em público sua destreza como ginete, o milagre do qual falava sua mãe! Durante essa batalha de ficção, o cavalo avançou, recuou e virou com elegância sob a pressão de suas pernas. Como era de se esperar, atraiu a atenção das famílias da vila, especialmente das jovens que, vestindo suas melhores roupas, assistiam ao espetáculo. Mas para esse soldado, isso de pouco serviria, porque as possibilidades de estabelecer um relacionamento nessa sociedade, onde os casamentos eram arranjados por conveniência, eram poucas.

Maria Feliciano tem um rosto avermelhado que faz ressaltar dois cintilantes olhos libertários. Ao frescor de seus 16 anos, acrescenta-se corpo torneado que transborda energia. Com entusiasmo juvenil, pede a uma de suas amigas, filha de um oficial do quartel, que lhe apresente esse soldado de rosto viril e sorriso cativante. O grupo se reúne timidamente, elas, sem levantar a vista, e eles, tentando iniciar o diálogo com frases cortadas. A conexão entre os dois jovens foi imediata: suas pupilas se acenderam quando seus olhares se cruzaram e um estremecimento percorreu seus corpos, ao ponto de a mãe de Maria Feliciano, que controlava os movimentos da filha à distância prudente, sentir que outro cordão umbilical se cortava para sempre.

Os encontros clandestinos conduziram-nos a ignorar as sanções sociais que condenavam o amor sem regras. José e Maria Feliciano consumiram-se em seus fogos juvenis sem lhes importar o que

pensavam ou outros, especialmente, os pais dela. O desejo já havia despontado, teria um único final e não haveria volta atrás. Depois de sua primeira explosão, Maria Feliciano lançou-se à rua, apressando o passo, com seu cabelo encaracolado, quando as primeiras sombras se insinuavam sobre a vila. Sufocada, chegou até a porta de sua casa, respirou fundo e entrou quando a tensão já havia invadido a casa. Na cozinha, a criada mexia um ensopado, dissimulando sua cumplicidade com a menina, mas o rosto quente e as bochechas coradas de Maria Feliciano tinham sua causa.

— Onde estavas, filha? — perguntou sua mãe. — Te encontrei mais uma vez com esse soldado!

Maria Feliciano segurava as lágrimas quando seu pai entrou com os olhos arregalados. Sua esposa o deteve com gesto firme, não permitiria que desse uma surra em sua filha por sair de casa sem licença. Maria Feliciano interrompe:

— Estamos apaixonados e vamos nos casar, não me obriguem a mentir-lhes; no entanto, se servir de ajuda, posso lhes dizer que não estou de barriga.

O pai revela sua verdadeira preocupação:

— Do que vão viver com esse salário miserável? Não dá nem para uma colcha de piquê! — Quando virou o olhar para sua esposa, procurando apoio, percebeu em seus olhos que já era tarde, que sua filha se casaria de qualquer forma. — Mulher! Vai ser o comentário da família, dos amigos e de toda a vila! — reclamou em vão. — Nossa única filha apaixonada por um soldado que não tem onde cair morto!

Antônio Nunes da Silveira e Maria Conceição tinham se casado na Capela de São Francisco dos Casais, em 1774. Tiveram três filhos, dois meninos e uma menina, Maria Feliciano, a luz de seus olhos.

A família morava na ponta da península. Um domingo à tarde, José bateu na porta da casa, sabendo que sua namorada havia

anunciado a seus pais que ele viria pedir sua mão. O jovem conta sobre sua infância em San Carlos, sobre seus pais, especialmente sua mãe, sobre os dez anos de quartel, desde que tinha treze anos, e sobre a estranha circunstância que determinou seu deslocamento a Porto Alegre. José tem seu atrativo, não parece querer mostrar-se mais do que é, um simples soldado, de fibra, pele curtida pelo sol, boa-pinta, lúcido e decididamente pobre. A conversa não passou de uma formalidade, porque esse soldado já havia roubado o coração de sua filha. Maria Feliciano se casaria com o homem que escolheu e não com o que seus pais teriam preferido.

O Capitão do Regimento, conhecido dos irmãos de Maria Feliciano, recebe José.

— Senhor, tenho intenções de casar-me.

— Pode falar — espetou o Capitão, com a mão no queixo.

O soldado tomou coragem e continuou:

— Encontrei a mulher que conquistou meu coração e queria seu consentimento, embora minha primeira promoção também ajudasse muito.

— Bom — disse o Capitão —, o senhor é um homem jovem e é natural que forme uma família, mas minha aprovação não é necessária. De toda forma, devo lhe avisar uma coisa. — José assentiu com a cabeça, sem imaginar o caminho que a conversa tomaria. — A vida militar tornar-se-á uma amante exigente, e sua mulher terá de tolerar suas ausências na vã ilusão de que o senhor não dorme com ela. — José tentou explicar-lhe que a família e os serviços à Pátria eram amores diferentes, mas ele insistiu: — O que quero lhe dizer é que um militar não é dono de suas decisões em tempos de paz e menos ainda em tempos de guerra, portanto, sua mulher deve saber que no momento do parto, você pode estar de sabre na mão a dezenas de léguas. — Não havia muito mais a ser conversado. José, num redemoinho de

pensamentos, resolveu voltar à barraca. Quando se dirigia à porta, o Capitão esboçou um sorriso às suas costas.

Em 16 de maio inicia-se a habilitação matrimonial. O casal faz constar que mora junto e, por serem pobres, pedem a isenção da taxa exigida pela Igreja. No dia 19, um alterado Antônio apressa os trâmites e paga os vinte contos de réis da taxa. Na tarde seguinte, celebra-se o casamento de forma íntima na Igreja da Matriz. Maria Feliciano veste roupa sóbria e cobre sua cabeça com a mantilha portuguesa de sua mãe; a seu lado, José está sobriamente uniformizado. Por fim, os noivos expressam o consentimento, os sacristães assinam como testemunhas e, já entrada a noite, os esposos saem de mãos dadas.

José e Maria Feliciano são marido e mulher. Realizaram seu sonho e impuseram sua vontade. Enquanto ela reza ajoelhada, pensa na pobreza que enfrentam, ciente de que apenas uma promoção de seu marido poderia melhorar a única renda da casa. A isso destinariam seus melhores esforços; eram jovens e poderiam começar várias vezes.

Pouco tempo depois, José foi promovido a Cabo de Esquadra no Corpo de Infantaria. Maria Feliciano, grávida e com 18 anos, comportava-se como rescaldo dessa sociedade pacata e escravista. A cada semana, na missa de domingo, seu ventre era centro de olhares que se chocavam com seu gesto alegre e desafiador. Para ela, o mais importante era que ia ser mãe! E, à diferença de seus pais, pouco lhe importavam os comentários dos outros.

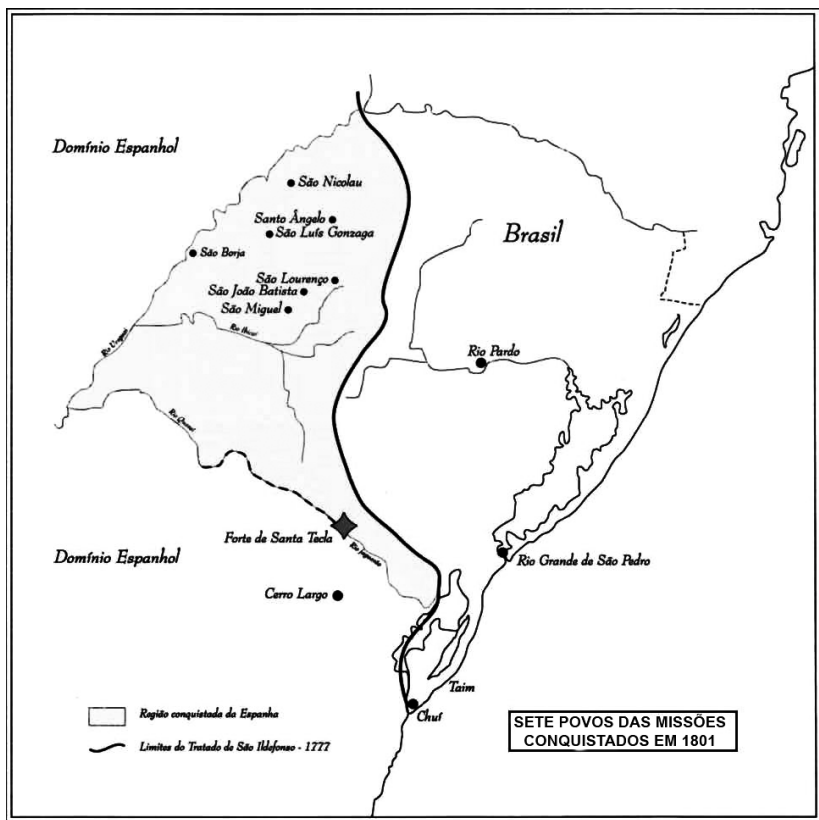
Cláudio nasce em fevereiro de 1795. José e Maria Feliciano estão cheios de felicidade, sem esquecer sua preocupação pela situação econômica. A única solução é conseguir a entrada de José no Regimento de Cavalaria de Dragões, corpo de elite ao qual ingressavam homens de famílias com tradição militar. Portanto, o que era fácil para alguns, parecia impossível para esse Cabo, por depender a decisão dos pauzinhos que ele pudesse mexer.

José tinha 25 anos de idade e 12 de tempo de serviço no exército, quando, em 17 de agosto de 1795, foi transferido ao Regimento de Dragões. Ao se despedir do Capitão, este lhe disse: — A partir de hoje, a cavalaria testará sua capacidade de sacrifício, terá de demonstrar até onde está disposto a chegar. — José o cumprimentou formalmente e, quando ia para a porta, ouviu a voz do Capitão: — Cabo! Esteja onde estiver, meu próximo cavalo vai ser domado pelo senhor.

Em janeiro de 1797 nasce o segundo filho, sendo padrinho José Inácio da Silva, prestigioso oficial ligado à família. O afilhado recebe o nome do padrinho, seguindo costume arraigado entre amigos e parentes. Não era pouco ter o nome de alguém respeitado na arma, isso demonstrava respaldo e confiança.

Na medida em que os Dragões avançam para o sudoeste, os trabalhos de demarcação tornam-se mais complexos. A família aumenta, e José é promovido a Porta-Estandarte, grau com funções ligadas à organização e à disciplina do regimento.

Sete Povos das Missões (conquistados em 1801)



Fonte: Modificado de "Mapas do Exército Brasileiro"

2. A COROA NO RIO. O TENENTE EM ASSUNÇÃO

Em 1801, os Dragões do Rio Grande do Sul, sob o comando de Patrício José Corrêa da Câmara, partiram da fronteira de Rio Pardo e ocuparam o território das Missões. As forças eram formadas por oficiais de baixo escalão, alguns aventureiros e cerca de 300 índios guaranis. Espanha e Portugal estavam em guerra e a paz assinada com o Tratado de Badajoz só foi conhecida em dezembro de 1801, quando os sete povos das Missões Orientais estavam sob o controle dos portugueses.

A expansão territorial lusitana começava com a construção de um vilarejo ou um acampamento militar; uma primeira povoação construída ao lado de uma capela na qual convergiam os laços da administração e da Igreja. Assim surgiram Rio Grande como quartel, Rio Pardo como fortaleza, Viamão como povoado indígena e Porto Alegre como assentamento de colonos açorianos.

Eram tempos nos quais os limites estabelecidos pelo Tratado de São Ildefonso eram difusos e geravam conflitos permanentes. A Coroa espanhola seguia o critério de Félix de Azara de fundar Guardas de Fronteira, enquanto a Coroa portuguesa, seguindo a tradição do antigo regime, adjudicava as terras ocupadas a quem tinha mérito militar ou civil.

O cenário era complexo. Os conflitos incluíam colonos que tornavam essas terras fronteira indígena. Logo Maria Feliciano comprovaria que não era exagero a advertência feita por vários amigos: “A vida de fronteira é dura, os índios são bravos e é preciso cuidar-se das feras, das cobras, dos vizinhos castelhanos e dos Dragões.” Embora sua família tivesse a proteção dos últimos, os

demais, estancieiros e aventureiros, mobilizavam seu próprio exército e guerreavam ou aliavam-se com os caciques, conforme o caso.

José integrava a Primeira Companhia quando foi promovido a Alferes, em 1802. Nesse mesmo ano, em Rio Pardo, sede do Quartel-General do Regimento, Ana, a primeira filha do casal, foi batizada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Sebastião Barreto, amigo e companheiro de José, era o padrinho, mas, por estar de serviço, foi representado por seu tio, o Capitão João de Deus Mena Barreto. Ana morreu meses mais tarde; seus pais sentiram que o mundo desabava, mas pouco tempo depois, um mal-estar impensado afetou Maria Feliciano.

— Acho que estou grávida — disse a José, soluçando.

Ele limitou-se a dizer:

— Não tenho consolo pela perda de nossa filha, mas a vida foi criada por Deus e, como dizem os guaranis, Ele é quem nos chama para “a terra sem mal”.

Meses depois, em Cachoeira do Sul, nascia Cândido.

Em 1801, os portugueses declararam situação de alerta no território missioneiro diante de eventual invasão dos castelhanos para recuperá-lo. Foi assim que, no final de 1804, a Coroa instalou duas Companhias de Guardas: a Cruz, ao sul do rio Ibicuí, e Inhanduí, ao sul de São Borja. O Major José Inácio dos Santos, secretário do Governador, recomendou José: — Abreu é um dos melhores oficiais de Dragões, seu segundo filho é meu afilhado e, além do mais, fala castelhano e guarani.

Poucos dias depois, José foi transferido para a Guarda da Cruz, localizada em faixa de terra disputada por ambas as Coroas. Pouco tempo depois, o Tenente de Dragões, Sebastião Barreto, ao incursionar por Serro do Jarau, defrontou-se com a Companhia sob o comando do realista José Rondeau. Depois do enfrentamento armado,

os feridos foram levados à Guarda de José, incluído o Cabo Nunes que, como conhecedor dessas paragens, se havia somado a Barreto.

José e Maria Feliciano foram para Santa Maria da Boca do Monte, posto missioneiro fundado pela Comissão Demarcadora de Limites em 1797; local afastado onde Maria Feliciano deu à luz a Manoel José, assistida por uma índia que a ajudou a expulsar o bebê, munida de latão com água quente, tesoura e vários panos limpos preparados para o parto.

Em junho de 1808, quando José desempenhava a função de Administrador da Guarda de Inhanduí, foi promovido a Tenente da 8ª Companhia. A família convivia nesse ambiente e, embora a distância a entristecesse, Maria Feliciano insistia que seus filhos deviam se educar:

— Caramba! Nesta casa é suficiente uma que não sabe ler nem escrever. Seu pai superou obstáculos que eu não consegui; a educação é o estribo, mas se o cavalo os derrubar, será seu problema. Os méritos não são herdados nem comprados no bolicho. — José pensava ao ouvi-la, “essas crianças não conhecem a tenacidade de sua mãe para conseguir o que se propõe; serão alfabetizados ou ficarão sem orelhas de tantos puxões”.

O Quartel-General nas Missões Orientais estava localizado em São Borja, sob o comando do Capitão João de Deus Mena Barreto. Os Barreto Pereira e os Mena Barreto pertenciam a uma família de tradição militar, descendentes do Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, um dos primeiros colonizadores da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

O Capitão gerenciava os assuntos a seu bel-prazer, como tinham feito os anteriores administradores desde 1801. No entanto, cometeu o erro de subestimar o poder do Vigário e do Bispo. As senhoras de São Borja atribuíram-lhe escandaloso relacionamento com Salomé,

uma bela jovem, filha de um dos nobres caciques do povoado. Somava-se a isso outra causa ligada à administração irregular das remessas enviadas aos soldados.

O Vigário resolveu investigar os fatos e designou um padre como atuante. José, como Administrador da Guarda de Inhanduí, foi citado para dar sua versão sobre o destino desses recursos. — Padre, de fato, os atrasos nos pagamentos das forças são normais, as distâncias são desconhecidas. Somam-se a isso as enchentes dos arroios, que em tempo de chuva não permitem passagem. — De toda forma, essa acusação era secundária, porque a acusação principal estava focada na relação de Mena Barreto com Salomé.

Finalmente, Mena Barreto teve que se demitir, Félix da Fonseca assumiu pela segunda vez o Comando das Missões, e o Regimento de Dragões de Rio Pardo passou a ter quatro esquadrões: Rio Grande, Missões, nascentes do Rio Jaguarão e nascentes do Rio Ibicuí. As forças da Capitania, sob o comando de Diogo de Souza, eram formadas pelas companhias de milicianos e tropas regulares de Rio Grande, Santa Catarina e São Paulo.

No início de 1810, o governador comunicou à Capitania que o Tenente Abreu tinha sua anuência para adjudicar, “sem tumulto nem desordem”, algumas terras nas imediações da Guarda. José era inteligente e decidido, falava guarani com os índios e impunha disciplina às suas milícias. Vivia na Guarda com sua família e, quando surgia alguma urgência, tinha sempre em mente o que seu pai lhe dissera em 1784: “Não te apresses, a madeira das portas que irão se abrir ainda está no mato.”

Outra realidade atravessava a Coroa de Portugal. A colônia ultramarina do Brasil se manteve isolada durante três séculos. Nesse imenso território, o poder e a riqueza concentravam-se em São Paulo,

Minas Gerais e Rio de Janeiro, e o sul do Rio Grande produzia para o mercado interno charque, couro, trigo, sebo e outros poucos produtos.

Porém, no início do século XIX, os eventos ocorridos na Europa projetaram-se sobre as colônias. Em 1805, com a vitória de Trafalgar, a Coroa Britânica tornou-se dona dos mares. Os avanços das forças de Napoleão e o bloqueio continental determinou a aliança da Espanha com os ingleses que, por sua vez, mobilizaram sua frota para proteger a Coroa portuguesa.

Em 1807, a Corte de Portugal, respaldada pela Marinha inglesa, fugiu para o Brasil. Junot, general de Napoleão, da torre de Belém, tentou bombardear os barcos portugueses, mas um “vento espanhol” do nordeste os levou para fora do alcance de seus canhões.

Cerca de quinze mil pessoas, entre funcionários reais, nobres, militares, profissionais, magistrados, clero, cortesãos, criados e escravos empreenderam a viagem em 29 de novembro de 1807. A “carga” incluía o tesouro da Coroa, luxuoso mobiliário, 60 mil livros e manuscritos da biblioteca real, instrumentos musicais, joias, enorme quantidade de vestuário, objetos de culto religioso e tudo aquilo que fazia parte da vida diária dessa monarquia. Artistas, músicos e artesãos foram incluídos para que as obrigações cotidianas da Corte não ficassem desatendidas.

Depois de meses de navegação, os barcos Príncipe Real e Afonso de Albuquerque chegaram a Salvador da Bahia. Os ingleses, por meio do Almirante Sydney Smith, exigiram a abertura dos portos do Brasil como contrapartida à proteção da Marinha Real. Consequentemente, o Príncipe Regente a decretou, estendendo-a a todas as “nações amigas”.

Em março de 1808, a Baía da Guanabara foi cenário de caótico desembarque da Corte Real. Enquanto os viajantes dirigiam-se para o Paço, os cheiros, os ruídos, as roupas e a pompa pareciam fazer parte

de uma orquestra desafinada. O colorido das pessoas e o ambiente fazia que os milhares de viajantes se sentissem representando uma comédia europeia em exótico teatro tropical. Os colonos olhavam surpresos os milhares de portugueses que durante a viagem tinham raspado as cabeças para eliminar os piolhos. Poucos dias depois, no Rio de Janeiro, todos andavam com suas cabeças raspadas, orgulhosos de adotar a moda que os viajantes haviam trazido da Europa.

A habitação foi o primeiro problema a resolver. O Príncipe Regente aceitou como presente a bela Quinta da Boa Vista das mãos de Elias Lopes, um dos principais traficantes de escravos. A Corte a considerou boa solução, tanto pelo aspecto quanto por sua distância do Rio de Janeiro. De fato, as grossas paredes serviam de barreira aos gritos dementes da Rainha Maria e ao calor desse tórrido trópico de água, pássaros, vegetação e sentidos que pareciam invadir tudo. Carlota Joaquina moraria em outra mansão, porque era sabido que o casal real era de ficção.

Dom João nomeou seu Ministério, formado por três secretarias: Negócios do Reino, da Guerra e dos Estrangeiros, da Marinha e do Ultramar. O Ministro da Guerra, Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, logo de início foi partidário de anexar a Banda Oriental ao Brasil. Carlota Joaquina, apoiada pelo Ministro inglês Sydney Smith, concordava com a ideia, com a reticência de seu esposo.

Em março de 1808, o Coronel Joaquim Xavier Curado, autor de completo relatório, de 1799, sobre as forças espanholas no Rio da Prata, foi enviado a Montevideu e Buenos Aires, mas não passou de Montevideu. O Cabildo de Buenos Aires, presidido por Martín Alzaga, em abril desse ano, jurou lealdade ao ausente Fernando VII: — Não se ouvirá entre nós outra voz que não a do monarca ao qual vós jurastes fidelidade; não serão reconhecidas relações diferentes das que nos unem à sua pessoa.

Um indignado Vice-Rei Liniers levou ao conhecimento da Junta a conduta da Coroa de Portugal: — Se o Ministro português empregou meios tão pouco decorosos, o comissionado Curado, ao se retirar de Montevidéu, onde permaneceu fazendo intrigas durante alguns meses em grande união com o Governador Elío, usou outros que tornaram visíveis as intenções da Corte do Brasil. Escreveu-me diretamente para que lhe entregasse todo o lado oriental deste Rio da Prata e, como merecia, tratei essa pretensão com desprezo, escusando-me de entrar no assunto.

De fato, o Ministro Rodrigo de Souza acreditava que as forças da Capitania eram suficientes para conquistar todo o território espanhol até o Rio da Prata, mas Curado informou à Corte que um “povo absoluto e um governo fraco e popular por necessidade” mantinha-se em latente anarquia. Escreveu-lhe com a ideia de que se deveria aguardar meio armado mais seguro para alcançar esse objetivo.

O critério de Curado prevaleceu e a invasão foi postergada. Entretanto, o Regimento de Dragões erigiu-se como a força da Coroa nas fronteiras do sudoeste. Temidos e intrépidos, seus homens avançavam, ocupando terras e tornando realidade a política das fronteiras vivas.

Nessas circunstâncias, o Capitão-General de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dom Diogo de Souza, encarou a reorganização da Capitania, que havia sido dividida em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo, incluindo, este último, o território das Missões. A militarização das fronteiras ganhou impulso e as fazendas e charqueadas aumentaram com a distribuição de terras nos novos territórios.

A região entrou em convulsão. A Junta de Sevilha designou Baltasar Hidalgo de Cisneros como Vice-Rei do Rio da Prata e Javier

de Elío como Governador de Montevideu. Em 25 de maio de 1810, em Buenos Aires, uma Junta Governativa desconheceu a autoridade do Conselho de Regência da Espanha e Índias e destituiu o Vice-Rei Cisneros. A revolução se baseou nas doutrinas da retroversão e da sub-rogação. A Junta portenha invocou a doutrina da “irmã mais velha” como tutora dos interesses gerais do Vice-Reino do Rio da Prata.

Por outro lado, a Banda Oriental havia-se antecipado aos postulados da Revolução de Maio. Em cabildo aberto, celebrado em 21 de setembro de 1808, foi invocada pela primeira vez a doutrina da retroversão popular. Suas conclusões foram “obedecer, mas não cumprir” e criar uma Junta Governativa leal a Fernando VII em oposição ao Vice-Rei.

A Inglaterra não tinha condições de dividir a resistência na Espanha em duas frentes. Portanto, Lorde Strangford, Ministro no Rio de Janeiro, recebeu instruções de apoiar a Junta Governativa que agiria em representação de Dom Fernando VII e de seus legítimos sucessores, enquanto pressionava a Corte de Portugal para assinar Tratado de Comércio para reduzir os impostos à importação do Brasil, de 24% para 12%.

Na Banda Oriental, José Artigas, que conduzia suas forças ao serviço da Junta revolucionária, derrotou os realistas na Batalha de Las Piedras em maio de 1811. Depois, sitiou Montevideu com o auxílio de tropas vindas de Buenos Aires, mas o centralismo portuário já começava a resistir.

Nesse cenário, a Província do Paraguai era peça chave e sua decisão atingiria diversos interesses. O Cabildo de Assunção, presidido por Bernardo de Velasco, proclamou o Conselho de Regência como “representante legítimo de Fernando VII”. Meses depois, criou uma Junta de Guerra diante da proximidade do exército do General Belgrano, enviado por Buenos Aires. Surpreendentemente, as forças

portenhas foram derrotadas em Paraguari e Taquari pelas milícias crioulas de Manuel Anastasio Cavañas e Fulgencio Yegros. Eles foram os heróis, enquanto Velasco e os europeus (espanhóis) perderam o apoio da população.

Além disso, o Governador Velasco havia pedido ajuda ao Capitão-General de São Pedro do Rio Grande do Sul. Diante dessa incerteza, os portugueses destacaram um Exército de Observação na Capitania sob o comando de Diogo de Souza. O Comandante da Fronteira, Marechal Manoel Marques de Souza, reuniu suas tropas na Guarda de São Sebastião, e Joaquim Xavier Curado, Comandante da Fronteira de Rio Pardo, concentrou-se no povoado de Nossa Senhora Aparecida, Guarda a cargo do Tenente de Dragões José de Abreu.

O Capitão Sebastião Barreto foi enviado a Itapuã para coordenar encontro entre Velasco e Marques de Souza, mas o Governador já ia a caminho de Assunção. Marques de Souza resolveu enviar missão a Assunção para discutir os termos do auxílio da Coroa. José, já Tenente, foi escolhido. O Brigadeiro Francisco das Chagas Santos deu-lhe as instruções:

— O Tenente Nunes, dois soldados e dois vaqueanos o acompanharão; terá cavalos, mulas de carga, comida para os primeiros dias, uma bandeira da Coroa, algumas armas, uniformes de serviço e uniformes de parada para qualquer evento formal.

José pede aquilo que todos podiam imaginar:

— Se Vossa Senhoria me autorizar, gostaria de escolher os cavalos.

Ao nascer do dia, o grupo partiu. Do lado de José, cavalga Nunes que, depois de viver anos entre feras e índios selvagens, incorporou-se às milícias com o grau de tenente. Na frente avançam dois vaqueanos e atrás, dois soldados mestiços se encarregam das mulas e dos cavalos de reserva.

Os vaqueanos conhecem as matas mais seguras para desselar, banhar os animais e fazer fogo para passar a noite. Depois de cruzar o Rio Uruguai, chegaram à margem do Rio Paraná, uma massa de água de cores cambiantes que corria como se discutindo com cada obstáculo. José tinha poucas lembranças daquela costa atlântica próxima da Vila de San Carlos, mas admirado por essa natureza, lembrou-se do comentário de sua mãe: “Meu filho, o céu te fala do infinito e o mar da imensidão, os dois insinuam Deus no eterno e no incomensurável. Faz-te amigo das águas. Nunca as desafies.”

O Paraná transportava verdes camalotes com galhos, plantas, cobras de todos os tamanhos e até pumas apavorados. As águas enferrujadas deslocavam jangadas com madeira, erva-mate e alimentos impulsionadas por índios guaranis; na outra margem, as plantações de erva-mate faziam parte de outra paisagem.

Os cavalos atravessariam o rio flutuando a favor da correnteza e os homens o fariam dentro das bolas de couro amarradas em duas pontas. Depois de horas de equilíbrio instável, a missão atingiu a outra margem. José ordenou juntar os animais e, assim que as roupas secaram, o grupo empreendeu a marcha para Itapuã.

Na entrada do povoado, dois oficiais aguardavam a missão, na frente de barraco com beiral e redes que o Tenente-Coronel Yegros fez acondicionar. No fim da tarde, os homens conversavam em volta da fogueira, quando Yegros se juntou à roda. Ele possuía físico privilegiado e havia sido ferido em Buenos Aires, enfrentando o exército inglês. Bebendo um frio tererê e sem esconder seu mal-estar com o governador, relatou com insuflado orgulho as vitórias obtidas contra o exército de Belgrano.

No entanto, no dia seguinte, na fogueira dos paraguaios, a conversa se tornou tensa. Um lugar-tenente de Yegros, com uns goles a mais de cachaça, começou falando:

— Era o que faltava! Que os portugueses nos protejam!

Enquanto alguns assentiam com a cabeça e outros emitiam sons de reprovação, um oficial mais destemido subiu a aposta:

— Os portenhos quiseram nos submeter pelas armas e agora vieram os portugueses.

Às interjeições da roda somaram-se insultos em castelhano e guarani, até que a voz embriagada de um índio que tentava espantar os mosquitos foi ouvida:

— Comandante, não sejamos comedidos, os portugueses nos escravizaram, mataram nossa gente, queimaram nossos barracos, levaram os mais jovens pela força, violentaram nossas mulheres e agora, com a desculpa de nos defender dos portenhos, também querem nos submeter. Deixe esses *anhá memby* por nossa conta.

Yegros temeu pela vida dos visitantes; se não cortasse de vez essa ideia, em poucas horas os corpos do Tenente Abreu e de seus companheiros estariam flutuando no Paraná. Levantou-se subitamente e ordenou:

— Ninguém ouse se aproximar dos portugueses; as instruções do governador são de aguardar sua autorização para que possam continuar a viagem até Assunção. — No fundo, Yegros pensava da mesma forma que o impetuoso guarani: — Se de mim dependesse, eles não sairiam daqui. — Mas como outro projeto ocupava a sua mente, não podia fazê-lo fracassar por uma imprudência.

Passaram-se 15 dias e a autorização de Velasco não chegava. José imaginava o mesmo resultado que teve a missão de Barreto, mas num final de tarde, do interior de um barraco, ouviram-se pesados passos e o ruído de esporas. O Tenente Nunes perguntou na sua misturada língua:

— Quem são você?

Uma voz sonora respondeu,

— São Yedros!

A notícia era a esperada. Pouco depois, uma carcaça de porco atravessada por dois espetos grossos de madeira jorrava gordura ao calor das brasas. Era a despedida.

Os vaqueanos de Yegros conheciam de cor os caminhos que levavam a Assunção; os mais seguros conectavam-se com Trindade e Jesus, as últimas missões jesuíticas. Ali poderiam passar a noite, refrescar os animais, além de aliviar a sede e a fadiga em algum bolicho.

O percurso levaria uns nove dias e noites. Durante o dia, avançam em marcha forçada até o pôr-do-sol, momento para abrir uma picada no mato e colocar seus pertences ao abrigo, enquanto o resto, como dormir no chão ou em redes, requeria cuidados.

Insinuam-se as ruínas, e as construções da Missão de Jesus mostram seu abandono. O passado está em todos os cantos, se sucedem taperas, casas em ruínas, igrejas sem campanários, trilhas que apenas se adivinham entrando no mato e uma exuberante vegetação, associada à natureza na tentativa de apagar todo traço de civilização anterior. No caminho, vacas vermelhas com chifres cruzam em busca de verdes pastagens e melhores aguadas ao sul.

No fim da tarde, a missão encontra um local para passar a noite; enquanto acendem o fogo, surpreendem-nos cantos, ruídos e o grito do *arakará*, uma bela arara azul de cores chamativas. Pouco depois, a fogueira alimentada com folhas verdes produz densa fumaça que serve como muro de contenção contra os habitantes do mato, alguns inofensivos como os caí, outros perigosos como onças e pumas. Também repele os *mbarigui*, irritantes mosquitos que mordiam até embaixo das unhas.

As redes eram um refúgio por seu frescor e sua distância do solo. Nas noites de vigília, José e Nunes conversavam voltados para o fogo, enquanto os outros roncavam placidamente com as estrelas como teto. Os cheiros eram intensos, a luz e a penumbra faziam sua própria síntese em madrugadas silenciosas; o sol e seus resplendores vinham a cada manhã para auxiliar àqueles que, por algumas horas, esqueciam do mundo em que viviam.

O caminho é exuberante e misterioso: bosques, cedros altíssimos de grossos troncos, pinheiros vários como a araucária, mangueiras, enganosas laranjeiras e erva-mate em grandes extensões aferram-se à argilosa terra vermelha que penetra até nas orelhas.

Chegando a Santo Inácio, passaram a noite no denso mato à beira de um arroio. Os Jesuítas haviam identificado onze espécies de cobras letais que nem o fogo espantava, dentre elas, a corpulenta sucuri-amarela, que nessa noite, enroscada num pau-santo, aguardava para se lançar sobre a vítima escolhida. Em meio à escuridão reinante, os homens dormiam quando o zurro agudo e angustiado de uma mula comoveu o acampamento. A cobra a havia prendido e matado. A constrição letal fez seu efeito. A missão havia oferecido seu primeiro tributo à terra guarani.

Depois desse impacto, o grupo retomou a marcha com mais incertezas do que certezas. Apesar disso, José já ia pensando na reunião com Velasco e o Cabildo, ciente de que uma coisa era convencer uma ou várias pessoas e outra era receber o apoio de oficiais e crioulos que haviam derrotado com sucesso as forças de Buenos Aires. Tampouco podia ignorar que, embora a autodesignada irmã mais velha do Vice-Reino do Rio da Prata não fosse querida, o ressentimento contra bandeirantes e portugueses era igual ou ainda mais forte.

A nove léguas de Assunção, um ajudante de ordens de Velasco, um sargento e quatro soldados aguardam pela missão no rancho escolhido para sua hospedagem. A construção tem extenso beiral e, embaixo dele, uma mesa com vários talheres é servida por indígenas de ambos os sexos. A refeição incluía beiju, sopa de milho, vários pratos com carne, queijos frescos, mel, abacaxi, doce de mamão e pastéis. Durante horas, o ritmo da mastigação dos comensais alternou com diálogos em guarani. Depois da água para as ablações e dos cigarros que nunca faltavam, a mesa foi retirada para que as visitas descansassem nas redes. Mas a acolhida não acabava ali, às primeiras sombras do entardecer, apareceram junto à fogueira violões, músicas e danças.

Na manhã seguinte, um clérigo e dois oficiais esperam para cumprimentar os portugueses e três oficiais da artilharia avançam a seu encontro. Ao chegar à Recoleta, onde começa a cidade, os colonos oferecem calorosa recepção. A missão avança acompanhada de multidão de cerca de três mil pessoas de diferentes idades e cores de pele com olhares de gratidão. A cada passo distinguem-se os Conventos de Santo Domingo, da Mercê, de São Francisco, a Catedral e seu campanário, até que é divisada a figura de Velasco, acompanhado de outras autoridades, na entrada da Casa dos Governadores.

Em 10 de maio, José entra na sala do Governador, que continha uma escrivaninha em frente de duas cadeiras de encosto alto, uma estante de livros, uma mesa de ipê-rosa com dois candelabros de prata de Potosí e um crucifixo esculpido por índios guaranis. Abreu entregou a Velasco duas cartas do Capitão-General Diogo de Souza datadas de março e abril. Os criados ofereceram chá e alguns doces, enquanto Velasco informava sobre os fatos militares que culminaram na derrota das forças de Buenos Aires. Alertado, José cuida-se para não fazer qualquer referência à fúria dos colonos por sua fuga quando chegaram as forças de Belgrano.

O Governador não era dono da situação, mas sua preocupação com a Junta de Buenos Aires era compartilhada pela maioria dos membros do Cabildo e da população. José começa dizendo:

— Governador, é provável que Buenos Aires insista em incorporar pelas armas a Província do Paraguai.

Mas Velasco o interrompe com cortesia:

— Tenente, a situação de nosso amado Dom Fernando VII é provisória e muitos têm medo da anarquia; é por isso que o auxílio da Coroa portuguesa é tão importante.

José encontra o momento de apresentar a proposta do Capitão-General Marques de Souza:

— Senhor Governador, o exército português está disposto a enviar o auxílio necessário, desde que a Província do Paraguai decida se colocar sob a proteção de Carlota Joaquina, irmã e única herdeira de Dom Fernando VII.

Velasco sente o efeito que o Tenente quis causar em seu ânimo e, com a pouca autoridade que lhe restava, responde:

— Como Governador desta Província, meu empenho é colocar-me aos pés da Sereníssima Dona Carlota, pois não reconheço outro sucessor à Coroa e aos Domínios da Espanha.

O primeiro passo havia sido dado, o resto seria definido mais adiante. A acolhida continuou e um grande baile, seguido por outros, foi oferecido à missão em sinal de aliança entre paraguaios e portugueses. José ocupou-se, sobretudo, de corresponder e retribuir às infinitas visitas das pessoas mais importantes, que lhe presentearam com muitos doces.

Em 11 de maio, às quatro horas da tarde, o Cabildo é convocado na Sala da Residência. Ao meio-dia, a letargia inunda a cidade; as irregulares ruas de pedras, estriadas pelos caudais das chuvas, ficam

desertas, como se a população tivesse abandonado a cidade. As casas e os ranchos, com seus indispensáveis algibes, parecem desabitadas; as laranjeiras acompanham a hora da sesta com seu doce perfume, umas poucas crianças descalças brincam à sombra de frondosas mangueiras e tristes e dormentes *jagua* nem insinuam se coçar.

Poucas horas depois, a cidade acorda como de um sonho encantado e o Cabildo entra em sessão, com a presença do Bispo e do Tenente Abreu. Várias posições são expostas e espera-se a opinião de Somellera, membro do Cabildo, mas ele sabe que não é momento de insistir a favor de Buenos Aires. José manifesta-se claramente: — O auxílio concretizar-se-á se a Província reconhecer formalmente os direitos de Carlota Joaquina à Coroa espanhola e seus domínios. — O desânimo inunda os membros do Cabildo, surgem dúvidas, dentre elas as credenciais do Tenente português, que não tinha a permissão do Vice-Rei Elío de Montevideú.

Finalmente, após 48 horas de árduas negociações, o Cabildo pronunciou-se a favor da oferta portuguesa, registrando a resolução em Ata: “As generosas ofertas manifestadas a este Cabildo pelo Tenente de Dragões José de Abreu, enviado de Vossa Excelência a esta cidade, não puderam menos que gerar a gratidão do Corpo Capitular que representa a Província... Rogamos a Vossa Excelência aceitar nosso agradecimento e a manifestação de nossa bem fundada esperança, inspirada no que seu enviado Abreu nos permitiu conhecer sobre as sólidas intenções de Vossa Excelência, suas Tropas e sua Corte; nós, de nossa parte, suplicamos que com seus conhecimentos militares e geográficos, bem como com o valor de seus soldados, Vossa Excelência oponha muro de bronze a nossos inimigos, protegendo esta fiel Província e seus leais habitantes de qualquer desgraça que possa ser de alta transcendência para os interesses do nosso Rei, Dom Fernando Sétimo.”

José estava tão satisfeito quanto inquieto. A resolução do Cabildo não era definitiva, longe disso. Uma preocupação veio-lhe à mente: “Se isso se mantiver, voltaremos às Missões assim que nos autorizarem; caso contrário, que Deus nos acuda! Porque não poderemos alcançar mais do que já conseguimos.”

Na madrugada, hora de chimarrão e churrasco, Nunes percebe o descontentamento generalizado com Velasco e um movimento revolucionário que pairava no ar. José reflete: “Velasco tem medo de que os portenhos insistam e prefere colocar a Província sob a proteção de Carlota Joaquina do que incitar uma revolução separatista. Embora isso seja favorável à Coroa, para apaziguar os crioulos, ele vai propor que nossas forças cortem as comunicações de Belgrano com as Missões e com o Paraguai. Dessa forma, as coisas ficariam como estão. Ele pode ser covarde, como dizem, mas não é burro.”

José não estava longe da verdade, um fato político estava se gestando sem levar em conta portenhos, espanhóis e portugueses. Nesse momento, começou a entender o significado da demora em Itapuã e resolveu apressar os preparativos para deixar Assunção no dia 15.

Na tarde do dia 14, depois da sesta, uma calma sugestiva reinava na cidade, enquanto o sol distante deitava tons cor-de-rosa atrás do rio. José foi para a rua para arejar a cabeça e, poucos metros depois, encontrou-se com o Tenente-Coronel Gamarra que, com clava e pistolas, acompanhado de um soldado e um criado com lanterna, lhe disse, alarmado: — Tenente, há “alvorço” na praça.

Um efetivo de cerca de cem homens entre granadeiros e artilheiros haviam tomado o quartel da Ribera. Várias tentativas de dialogar com os ocupantes do quartel fracassaram, de forma que o Capitão Pedro Juan Caballero, por meio do Capitão Iturbe, enviou ao Governador uma proposta radical. A principal injúria dos crioulos

era que a Província iria ser entregue à potência portuguesa, que não a tinha defendido com o mais mínimo auxílio. A decisão do Cabildo e o vazamento da notícia de que a conspiração era do conhecimento do Governador anteciparam a revolta. Os fatos se sucederam: Velasco passou o bastão do comando à multidão, os revolucionários içaram uma bandeira na praça e, ao grito de “viva a união!”, disparou-se uma salva de 21 tiros de canhão. Velasco, angustiado, dirigiu-se ao Tenente português: — Queime os ofícios, minha resposta, a do Bispo e a do Cabildo.

Na madrugada de 16 de maio, um oficial bateu na porta do quarto de José:

— Venho comunicar-lhe que sua partida não está autorizada e que nenhum dos membros da missão pode montar a cavalo.

José pegou sua espada e dirigiu-se a falar com o Governador. Quando entrou na sala, encontrou Velasco com ar de desalinho, acompanhado de Pedro Juan Caballero e outras pessoas que não tinha visto antes. Falou-lhes em tom formal e respeitoso:

— Senhores, quero saber qual é a minha situação, sou oficial do Exército da Coroa portuguesa e mereço uma explicação sobre os motivos que atrasam minha partida.

Caballero, serenamente, se desculpou:

— Tenente, peça tudo de que precisar, mas sua partida não é conveniente antes da chegada dos oficiais de alto escalão.

A missão esperou notícias durante 48 horas. Nunes, que já tinha feito seus contatos, informou José que no boliche se falava “que os portugueses seriam enforcados para evitar que levassem para o exterior notícias do que havia acontecido”.

Em 20 de maio, José foi ao quartel onde se encontravam os deputados Francia, Cevallos e outros oficiais provenientes de outros

pontos da Província. Exigiu uma resposta: — Senhores, enforcem-me como se está dizendo, mandem-me preso para Buenos Aires ou permitam-me voltar para informar meus superiores o que aconteceu. O que for, mas resolvam o quanto antes.

A ausência de Yegros era notória. Pedro Juan Caballero não tinha autoridade para decidir e Velasco tentava evitar que os portugueses fossem executados por tentar entregar a Província “à potência portuguesa”.

Em 21 de maio, Fulgencio Yegros, na sua chegada a Assunção, foi recebido como herói pelos colonos e, junto com as novas autoridades, dirigiu-se ao Quartel-General. Nesse dia, José foi visitado pelos dois deputados, pelo Capitão Caballero e por dois alferes que se desculparam por não o terem “cumprimentado” como deviam. A explicação foi que os fatos se haviam precipitado como reação diante da presença da missão portuguesa enviada para “comprar o Paraguai”.

Finalmente, José foi recebido por Yegros “entre grandes abraços, por se conhecerem”. O poder estava ali, um dos homens fortes da revolução informou que nada havia contra ele e que podia deixar Assunção.

No dia 23, preparando sua partida, José dirigiu-se à Governação. José Gaspar de Francia, Juan Baleriano de Cevallos e Velasco, em nome da Junta Governativa, entregaram-lhe uma carta para o Capitão-General Dom Diogo de Souza, com conteúdo diferente ao da Ata do Cabildo. Nela informava-se da capitulação do General Belgrano e de sua “promessa de não voltar a hostilizar esse território”, além do desejo de manter relações harmônicas com os domínios de Sua Majestade Fidelíssima “no que for possível e compatível com os direitos e a dignidade desta Província”. Em um parágrafo fez constar que o “Tenente Abreu havia-se portado com a melhor conduta”, pelo que não podia menos do que recomendá-lo.

José foi cumprimentar Yegros, a quem devia seu retorno, e pediu licença para visitar, na prisão o Tenente-Coronel Gamarra. Por último, ao despedir-se de Velasco, este entre lágrimas rogou por sua vida, afirmando-lhe que sua assinatura fora forçada e que sua única intenção era se colocar aos pés da Senhora Dona Carlota como legítima sucessora de Dom Fernando VII.

Em cerca de 10 dias, o Brigadeiro Chagas Santos foi informado com detalhes dos resultados da Missão. A conclusão do Tenente Abreu foi categórica: — Brigadeiro, esse povo não será da Espanha, não aceitará a tutela de nossa Coroa e menos ainda da Junta de Buenos Aires.

O Capitão-General escreveu ao Conde de Linhares: “O Tenente de Dragões José de Abreu cumpriu muitas e importantes diligências extraordinárias que lhe foram encomendadas, sem receber ajuda de custo, e porque nesta última (a missão ao Paraguai) soube conduzir-se com firmeza e caráter, como testemunham os que o acompanharam, recomendo à Vossa Excelência outorgar-lhe o grau de Capitão, de que gozam três Tenentes de seu Regimento sem ter cumprido tantos serviços.” Um deles era Sebastião Barreto.

Um domingo, na saída da missa das 11 horas, à qual Maria Feliciania assistia com seus filhos, o pároco lhe pediu um momento: — Filha, não quero ser indiscreto, mas soube que seu esposo foi promovido a Capitão, aliás, ouvi que é um dos oficiais com mais futuro no Exército. — Maria Feliciania sabia que essa versão tinha origem nas esposas de outros oficiais, que em suas visitas ao padre iam além da troca de pecados e absolvições. Embora ele predicasse o reino dos céus, boas informações sobre os jogos terrenos de poder faziam parte dos seus dois mundos. Cláudio perguntou a sua mãe:

— É verdade o que o Vigário falou sobre o meu pai? Então, ele vai ser Marechal!

— Ai, meu filho, teu pai já é um homem de idade, a única coisa importante é que sua família sinta orgulho dele.

Depois da derrota de Belgrano, o Vice-Rei de Montevideú, Elío, enfrentou a Junta portenha, a frota espanhola bloqueou o porto de Buenos Aires e ele solicitou o auxílio português, como esperava a Coroa.

Em vista disso, o Exército de Observação português passou a se chamar Exército de Pacificação da Banda Oriental. Em julho de 1811, uma força de 4 mil soldados iniciou a marcha para o Rio Jaguarão, dividida em duas colunas: uma sob o comando de Curado e Marques e a outra, do Marechal Portelli. José, promovido a Capitão, agia sob o comando do Coronel Thomaz da Costa junto com os Regimentos de Dragões e as milícias de Cavalaria de Rio Pardo.

Sucederam-se numerosos enfrentamentos, até que uma negociação facilitou o desfecho da situação: os portenhos se retirariam da Banda Oriental e o bloqueio de Buenos Aires seria levantado. Como resultado, Artigas ficaria sem aliados para enfrentar o exército português.

O governo de Buenos Aires e a Coroa portuguesa assinaram o armistício em 20 de outubro de 1811. Artigas o rejeitou, porque implicava a entrega do território da Banda Oriental e dos povos da Província de Entre Rios às margens do Rio Uruguai. Por outro lado, Diogo de Souza exigia que Artigas abandonasse a Província. Renovadas as ações militares em abril de 1812, Lorde Strangford enviou a Dom Diogo de Souza ultimato, exigindo a retirada de suas tropas da Banda Oriental. Com a mediação britânica, o Príncipe Regente Dom João designou o Tenente-Coronel João Rademaker para negociar com Nicolás Herrera, secretário interino do Triunvirato em Buenos Aires.

Novo armistício foi assinado em 12 de maio de 1812. As tropas portuguesas deviam retirar-se para suas fronteiras reconhecidas

antes de sua incursão no território espanhol. Assim, retiraram-se para o norte do Rio Quaraí e sudeste do Distrito de Entre Rios, que ficou delimitado ao norte pelo Rio Ibicuí, a leste pelo Rio Santa Maria, a oeste pelo Rio Uruguai e ao sul pelo Rio Quaraí. Nessa faixa de Entre Rios, ficaram estabelecidos o Capitão Abreu e sua família. A paz acordada era apenas uma pausa. Montevideú voltou a ser sitiada e Artigas já era um estorvo maior tanto para a Diretoria de Buenos Aires quanto para a Coroa portuguesa.

A invasão portuguesa (1816)



Fonte: Modificado de "Mapas do Exército Brasileiro"

3. A GUERRA. ARTIGAS E ABREU

A maioria da oficialidade era portuguesa e os subalternos, brasileiros, com escassa ou nenhuma educação. O exército garantia as roupas, cama e comida que, acrescentadas ao pagamento, os afastavam da miséria. Os oficiais da Coroa de alto escalão formavam uma “aristocracia militar”, à diferença da oficialidade de linha brasileira, como José, que apenas começava a se consolidar nessas fronteiras. Eles comandavam as milícias da capitania, submetendo-as a estrito regime disciplinar e, aos poucos, conseguiam que o regimento de lanceiros guaranis se organizasse.

José convocou oficiais e caciques: — A Corte no Rio de Janeiro honrou-me com a designação de Comandante e quero que cada um dos senhores sinta orgulho de pertencer a esta companhia. — Os Guaranis eram de estatura mediana, compleição robusta, cabeça grande, olhos pequenos, rosto oval, nariz com tendência a achatado, dentição sem cáries, cabelo liso, barba rala e cor de pele acastanhada. Acreditavam que a ira humana se refletia nas pupilas da onça à espreita, que a surpresa se aninhava nos olhos imóveis do jacaré camuflado e que a jiboia que se enroscava ao sol, embora perigosa, não era uma intrusa. Por essas razões, inimigo era todo aquele que passava por cima de suas crenças e de seus direitos. Ao se incorporarem às milícias, contar-se-ia com eles em tempos turbulentos e ficariam à disposição quando a tranquilidade voltasse a reinar.

Nesse contexto, a Corte reorganizou a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e dividiu o território das Missões em quatro distritos: Entre Rios, limitado pelos rios Quaraí, Arapeí, Uruguai e Ibicuí; Missões, com os Sete Povos das Missões; São Diogo, contornado pelos rios Santa Maria, Ibirapuitã e, finalmente, Belém, entre os rios Uruguai, Ibicuí, Ibirapuitã e Arapeí.

Em junho de 1814, José, promovido a Tenente-Coronel, assumiu o comando do Distrito de Entre Rios e do Regimento de Cavalaria de Milícias da Guarda de Inhanduí. Eram tempos inquietantes e as turbulências do ex-Vice-Reino do Rio da Prata estendiam-se para o norte. Os informantes estavam distribuídos por toda essa geografia. Peixoto, um dos espões de José em Itapuã, informou que Vicente Matiauda visitava São Tomé e que se entendia com Artigas, que guerreava contra os Governadores Pérez Blanes e Domínguez, de Corrientes e Entre Rios. Apesar de José ter-se comunicado com Matiauda perguntando sobre suas intenções, o povoado da Cruz foi atacado com a cumplicidade de alguns caciques guaranis.

Os movimentos armados emitiam sinais preocupantes. O Marquês de Alegrete, Luiz Teles da Silva, substituiu Dom Diogo de Souza como Capitão-General da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Este despediu-se da oficialidade com boi na brasa, bons vinhos e música. No final, Dom Diogo falou como quem lê o futuro: — Quando a Europa se pacificar, a Coroa terá de enviar forças a estas terras, porque os conflitos pelos limites, o comércio, a navegação dos rios e controle dos portos no Rio da Prata demorarão longo tempo para serem resolvidos. — Levantou, então, sua taça, invocou o Altíssimo, fez um brinde à Coroa e ao sucesso de suas forças. Finalmente quando todos se retiravam, deslizou sua opinião sobre uma questão na qual poucos reparavam. — Ah! Quanto à abolição da escravatura, nem falemos!

José mantinha contatos dentro e fora do distrito. Sua capacidade para combinar as tropas com índios guaranis facilitou a formação de um “Esquadrão de Voluntários da Cavalaria de Milícias do Distrito de Entre Rios”. Além disso, incorporou os oficiais que falavam guarani e assumiu a função de distribuir cargos e decretar promoções. Seus filhos, Cláudio e José Inácio, já eram oficiais de milícias com 20 e 18 anos.

Nesse ínterim, uma vez derrotado Napoleão, a Convenção de Viena estava em sessão, visando restabelecer o absolutismo monárquico na Europa. À iniciativa de Talleyrand, foi criado o reino de Portugal, Brasil e Algarve; acordou-se o casamento de Pedro de Alcântara, filho de João de Bragança e de Carlota Joaquina, da Casa de Bourbon, com Leopoldina, filha de Francisco I, Rei da Áustria, e da falecida Maria Teresa de Bourbon.

Por outro lado, no ex-Vice-Reino do Rio da Prata, o Congresso de Tucumã foi convocado para consolidar a união política entre as províncias e Buenos Aires. No entanto, os deputados da Banda Oriental foram rejeitados, porque Artigas era uma ameaça para os interesses de Buenos Aires. A Liga Federal o tinha proclamado “Protetor dos Povos Livres” e a vitória de Rivera em Guayabos determinou que Alvear abandonasse Montevideú nesse fevereiro de 1815. Além do mais, em setembro desse ano havia sido aprovado o “Regulamento Provisório da Província Oriental para o Fomento da Campanha e da Segurança de seus Fazendeiros”.

Como reação ao apogeu de Artigas, gerou-se uma nova trama portenho-lusitana. A Coroa de Portugal e o governo de Buenos Aires resolveram acabar com inimigo tão perigoso. Os portugueses invadiriam a Banda Oriental. A Colônia do Sacramento e o porto de Montevideú ficariam sob a jurisdição do Brasil e, em troca, as províncias da margem ocidental do Rio Uruguai não seriam incomodadas pelas forças portuguesas.

Para muitos, era um acordo temerário. Em Buenos Aires, a pergunta surgiu sem muita elaboração:

— Se os portugueses derrotam Artigas, nossas províncias não correrão o risco de sofrer a mesma sorte que as Missões Orientais? Qual é nossa certeza de que o exército português não irá atravessar

os rios Uruguai e Paraná? Os ingleses se oporiam, como Lorde Strangford em 1811?

Nicolás de Vedia alertou seu amigo Pueyrredón:

— Diretor, as armas e a diplomacia lusitana complementam-se e esta é capaz de nos tirar até as meias.

Pueyrredón duvidou, mas a situação era premente:

— Meu amigo — respondeu a Nicolás de Vedia —, é de grão em grão que a galinha enche o papo; a primeira questão é acabar com Artigas e o melhor será ocultar-lhe o acordo com os portugueses. Por via das dúvidas, vou enviar-lhe umas 300 selas, 100 quintais de pólvora e 200 mil pesos argentinos. Quando ele quiser reagir, já vai ser tarde.

Nessa linha, o Ministro da Guerra português, Marquês de Aguiar, assumiu o compromisso perante o governo das Províncias Unidas de que suas forças não atravessariam o Rio Uruguai; porém, como contrapartida, aquele deveria manter neutralidade estrita.

Um conselho de guerra, formado pelo Marquês de Alegrete e os Generais Carlos Frederico Lecor e Bernardo da Silveira Pinto, planeja a invasão à Banda Oriental. As forças de Lecor avançariam em duas colunas ao longo da linha de Cerro Largo-Chuí até Montevideú. Mas, embora fosse importante ocupar o porto rival de Buenos Aires, o centro do conflito se localizaria no norte. Nessas terras, Artigas tinha o respaldo de algumas províncias e de caciques guaranis, dentre eles, de seu filho adotivo, o Tenente-Coronel Andrés Guacurari Artigas.

Andresito, versão rebelde e nativa do Caudilho, fora suficientemente alfabetizado para poder ler e pensar. Nessas terras missioneiras, a anarquia era a vida de todos os dias. Os índios eram temidos e desprezados por colonos e crioulos, e a escravidão, a sífilis e a varíola tinham feito seus estragos. Os Jesuítas foram os únicos que os defenderam até sua expulsão da América em 1767, obra do

Marquês de Pombal. As Coroas Ibéricas dizimaram-nos ao impor pelas armas os limites acordados pelo Tratado de Madri de 1750. Só precisavam de alguém que os convocasse para voltar a lutar por seus direitos ancestrais.

Em meados de janeiro, Artigas, em alerta defensivo, acautelou Andresito: — Não podemos ser descuidados, quando os portugueses não dormem. Se eles se prepararem para tentar entrar por algum lado, é preciso nos anteciparmos e entrar pelo outro. O que importa neste caso é passar o Uruguai por cima do Ibicuí e entrar nos seus povoados.

O Marquês de Alegrete destacou suas forças no norte: Curado ficaria a cargo da fronteira do Rio Pardo e do Distrito de Entre Rios; Chagas Santos, de São Borja, comandaria as forças da Província de Missões; e o Brigadeiro Álvaro da Costa iria para as margens do Rio Quaraí. O Marquês autorizou a distribuição de mais terras e permitiu o saqueio, de forma que oficiais, estancieiros e charqueadores se unissem no combate ao inimigo e aumentassem suas riquezas pecuárias.

O General Curado se desloca para a Guarda de Inhanduí. Em determinado momento, ele percebe que José fala em guarani com os caciques:

— O senhor é nascido aqui? — pergunta.

— Não, General, mas desde que os Dragões vieram para estas terras, os índios não se comunicam em outra língua que não seja a deles.

Nessas fronteiras difusas, a lealdade era uma virtude rara e José sabia muito bem que as alianças não eram para sempre. Curado acrescenta:

— Traidores e traições existem entre reis e entre índios, mas na guerra, a regra de ouro é a obediência, as ordens não se discutem e isso é o que distingue um exército das forças irregulares.

— O mesmo acontece com os índios — diz José. — Os caciques e suas tribos são imprevisíveis; passam de um lado para outro sem avisar, mas agora o mais importante é evitar uma deserção em massa das milícias. Preocupam-me as incitações que Andresito fez circular entre os guaranis.

A Guerra começou. Em 12 de dezembro, o povoado e a Capela de Nossa Senhora da Conceição foram incendiados pelas milícias de Artigas, mas felizmente José já havia deslocado os colonos para o acampamento de Curado pela Divisão de Thomaz da Costa.

José instruía suas milícias de lanceiros guaranis para a guerra, mas o que ele suspeitava ocorreu. Uma manhã, no início da rotina militar, uma estrondosa gritaria acompanhou o galope de centenas de cavalos que abandonavam o acampamento. Dois oficiais foram até José:

— Tiraparé se entendeu com Andresito e nos abandonou com seu regimento!

Em poucas horas, em tenso clima, José dirigiu-se em guarani aos caciques:

— Não se enganem, Andresito já perdeu esta guerra, não conta com forças suficientes e seus índios não estão preparados para combater. Os senhores decidem, se ficarem, reconstruiremos o povoado, se nos abandonarem serão nossos inimigos. — Não eram tempos para frouxidão e José concluiu com uma advertência: — Em léguas ao redor, a autoridade é a Coroa, o desertor não terá proteção e quando quiser voltar para nossas fileiras será tarde. Não vou repetir!

Andresito e seus índios atravessaram pelo Passo de Itaqui; seus cavalos pareciam voar. Ao chegar a São João Velho, executaram o

Comandante Lopes e sua mulher e, no Passo da Cruz, derrotaram os efetivos portugueses de Ferreyra Braga. Em conclusão, seis dos sete povos das Missões Orientais caíram. O único que permaneceu em poder dos portugueses foi São Borja, o mais importante, o povoado natal do Cacique. Ele chegou ao povoado com seus índios ao som de sua “música ancestral”; sitiou o local e intimou a rendição do Brigadeiro Chagas Santos: — Vossa Senhoria, entregue as armas e o último povoado que me falta, pois venho resgatá-lo, não havendo outro fim que me leve a derramar a última gota de sangue que não seja nosso solo nativo, tirado de nós com toda ignomínia em 1801. Pois estes territórios são dos naturais missioneiros aos quais corresponde o direito de governar, sendo tão livres como as demais nações. — Avisou-lhe, ainda, que se não depusesse as armas no prazo de três horas, passariam a degolar todos os inimigos e também cairiam “muitos inocentes”.

Chagas Santos contava com poucas milícias, um regimento de Santa Catarina com 200 soldados e 14 peças de artilharia que foram colocadas na entrada do povoado. O Marquês de Alegrete enviou José para São Borja no comando de 800 homens, sendo 650 de cavalaria, 115 de infantaria e 25 artilheiros com duas bocas de fogo da legião de São Paulo. As forças enfrentariam obstáculos naturais, especialmente, o rio Ibicuí alagado pelas chuvas.

Andresito aguardava pelas bocas de fogo de Pantaleón Sotelo, convencido de que o tempo corria a seu favor. No entanto, José mobilizou suas forças a marcha forçada. A primavera vinha sendo chuvosa, com arroios alagados e pastos lamacentos. Os artilheiros mal conseguiam fazer girar as rodas dos canhões; os membros da infantaria sentiam o peso da roupa molhada e a mata era vista como paraíso proibido. Não era mais que uma ilusão, porque todos sabiam que, quando José tinha fome, sorria e apertava o cinto, dormia como

quero-quero, farejava como um veado e podia cavalgar horas a fio cabeceando de sono.

Alagado e desafiador, o Ibicuí surgiu como um obstáculo intransponível, mas a ordem foi atravessá-lo de qualquer forma. A cavalaria lançou-se ao rio com os ginetes aferrados às crinas e caudas, a infantaria carregou sobre sua cabeça armas, pólvora e espadas à altura das dragonas. A luta contra as águas não dava trégua; alguns tentaram desistir, mas os vaqueanos e oficiais os obrigaram a retomar o esforço. A artilharia enfrentou mais dificuldades e, quando o esgotamento insinuou abandonar as peças de bronze maciço, a ordem do Chefe silenciou qualquer comentário: — Construam duas balsas de madeira a serem arrastadas por quatro mulas.

Depois de enfrentar as correntezas durante horas, as forças se reuniram na outra margem, os oficiais passaram a tropa em revista, trocaram-se a cavalos, ajustaram-se os loros e ouviu-se a ordem de marchar a noite toda. No caminho, a lua iluminava, entre algumas nuvens, de quando em quando, a coluna liderada por José que, para evitar deserções, cavalgava com os caciques a seu lado. Na escuridão, ao ruído dos cascos debulhando as pedras, somavam-se as vozes de comando, ansiosas por usar as gadanhas contra o inimigo. A caminho de São Borja, já de dia, os artilheiros perceberam que uma centena de guaranis sob o comando de Pantaleón Sotelo, com seis bocas de fogo, atravessavam o Rio Uruguai pelo Passo de Japeju. A infantaria forçou-os a voltar para a outra margem. O cacique tentou atravessar pela Foz no Passo de Santa Maria, mas de uma picada no mato, as forças de José os repeliram. Apesar das baixas, o cacique, com sua gente, conseguiu embarcar nos lanchões do corsário Jesus Yegro.

No meio tempo, Chagas Santos havia reclamado a Curado os reforços prometidos e ele, por sua vez, transmitiu ao Marquês de Alegrete sua surpresa pela demora das forças desse Tenente-Coronel, ao qual já pensava em punir.

Andresito tinha esperado demasiado. Após a chegada das bocas de fogo com Sotelo, em 3 de outubro lançou o assalto final. Entretanto, as forças portuguesas, amparadas por grosso nevoeiro, avançavam pelo lamacento palmeiral do flanco. Um vento matinal tornou visível a paisagem e, da torre da igreja, avisou-se a chegada de reforços. José ordenou a troca dos cavalos e que vestissem o uniforme de parada: — Senhores — disse —, o uniforme é o que distingue um exército de uma força irregular. — Depois de duas horas de sanguinolento combate, os guaranis se retiraram, deixando centenas de mortos e uns poucos prisioneiros. O relatório de José dirigido ao General Curado foi eloquente: “Tendo concluído a Comissão que Vossa Senhoria me encomendou, devo, primeiro, agradecer ao Altíssimo como primeiro motor de todo bem e, segundo, à coragem da habilidosa Oficialidade e demais indivíduos desta Divisão que, com a mais heroica intrepidez e bravura, repeliram o inimigo e o fizeram conhecer que o peso das Armas Portuguesas não fraqueja. Como resultado, ficaram em nosso poder 2 mil cavalos, armas, duas bocas de fogo de Cal-3 e 6, munições, todas as selas e toda a interessante correspondência entre os dois Artigas”.

Artigas, bravo, sem perder seu tom paternal, recriminou duramente Andresito: — O senhor tinha que atacar e tomar São Borja sem piedade nem perda de tempo. Eu lhe confiei a recuperação dos sete povos das Missões, para abrir minha passagem para o coração da Capitania de Rio Grande. Mas o senhor não o fez e com isso me colocou em grandes dificuldades. Faço apelo ao seu coração e espero que saiba recuperar com coragem a espada que perdeu diante de seu povoado de São Borja, seu berço amado e o de seus pais.

Em seu relatório a Curado, o Brigadeiro Chagas Santos destacou a oportunidade do socorro das forças de José, a quem agradeceu cordialmente “este benefício que ficará eternamente gravado na minha memória”. Por sua vez, o General, em Rio Pardo, escreveu a

José: “Louvo a sensatez com que dirigiu suas marchas, louvo o sábio discernimento com que preparou o ataque, louvo a inteligência com que dirigiu as operações e louvo, finalmente, a prudente conduta com a que soube adquirir grande respeito e estima das tropas sob seu comando.”

Na fogueira da tarde, José insistia com suas milícias que valor sem disciplina era esforço inútil. Seu Gaspar, cacique charrua, destilava seu rancor contra os que se passaram para as forças de Andresito. José neutralizou sua fúria falando sem se dirigir a ele: — O que é importante é a defesa do território das Missões. Nestas terras, os índios são quem mais sofre quando os pais choram seus filhos; nunca vão viver seguros se todas as guerras os convocam. — Gaspar só voltou a falar para perguntar a respeito do estado de seus cavalos.

Depois de São Borja, uma coluna sob o comando do Brigadeiro João de Deus Mena Barreto dispersou as forças do cacique Verdún, o Major Barreto, seu sobrinho e compadre de José, perseguiu a retaguarda por uma légua. A guerra seguiu seu ritmo esmagador e nas proximidades do Quaraí, Artigas voltou a sofrer dura derrota nas mãos da coluna de Rio Grande.

As vitórias dos Voluntários Reais ocorreram também no sul. Na batalha de India Muerta, as melhores tropas de Artigas foram derrotadas. O exército português tomou controle de Rocha, Maldonado e São Miguel, até chegar a Montevidéu. Em janeiro de 1817, o General Lecor foi recebido amigavelmente pelos colonos do porto amuralhado.

Artigas insistiria. Partindo de Purificação, invadiu novamente a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul com exército de 4 mil homens. Enquanto acampava nos morros do rio Arapeí com munição

e cavalos de reserva em potreiro natural, ordenou a Latorre que, no comando de cerca de 3.400 homens, assumisse a ofensiva.

Nesse ínterim, o Marquês de Alegrete assumiu o comando do “pequeno exército da direita”, à frente de 2.500 homens. Resolveu ir à procura de Artigas e atacá-lo no seu acampamento; sabia que a pedra e o basalto requeriam cavalos de casco fechado para marchar como que se firmando nas suas cargas. Os cavalos crioulos eram rápidos e resistentes, e o Marquês não hesitou em colocar José à frente de companhia de quinhentas praças que marchou durante a noite toda. A força chegou às margens do arroio Arapeí quando as primeiras luzes do dia começavam a brilhar. Trezentos fuzileiros de Artigas à entrada de um desfiladeiro protegiam o acesso ao acampamento. José desmontou, andou uns metros, deitou-se no chão e colocou sua orelha contra a terra. Em poucos minutos, ordenou à infantaria que ocupasse suas posições e à artilharia que disparasse de forma sustentada. A seguir, conduziu suas forças até a planície e, à frente de ruidosa carga de cavalaria, colocou o inimigo em fuga, com tanta precipitação que arreios, bagagens e até o cavalo do caudilho oriental foram abandonados.

As milícias dedicavam-se à tarefa de “carchear” o campo de batalha quando encontraram despachos com as instruções de Artigas às suas forças. José ordenou que queimassem o acampamento e, em marcha forçada, dirigiu-se ao encontro de seu exército. Era preciso avisar aos Chefes sobre a mobilização do inimigo. Estava uma légua ao leste do acampamento.

Caía a tarde, e nesse janeiro de campos amarelos, o Marquês percorria as fogueiras antes de se retirar à barraca que compartilhava com sua esposa. De repente, um alvoroço estremeceu o acampamento. José tinha-se antecipado e coberto de poeira, apresentou-se perante o Chefe: — Senhor, a derrota do inimigo foi completa e estes despachos foram encontrados no campo de batalha. — Em minutos, tudo se

transformou. A tropa não dormiria, os oficiais mandaram apagar os fogos, ficar em silêncio e preparar-se para o combate. José voltou a reunir-se com suas forças.

Nas primeiras luzes de 4 de janeiro, Latorre lançou seu ataque, tentando encurralar os portugueses contra o arroio. Tudo se tornou incerto e a vitória parecia se inclinar a favor de Latorre. No entanto, a cavalaria de José atacou o inimigo impetuosamente pelo flanco esquerdo. A derrota foi total. Nos campos de Catalão, Latorre deixou 900 mortos, 300 prisioneiros, sete caixas de munições, 6 mil cavalos, 600 bois, bagagem e diversos armamentos. As baixas portuguesas atingiram 70 mortos e em torno de 150 feridos.

O Marquês de Alegrete estava exultante e repassou seu estado de espírito no relatório de guerra: “A bravura de todos esses Oficiais é muito conhecida por Vossa Excelência e eu não posso acrescentar mais elogios, porque não encontro os termos para destacá-los.” Poucos dias depois, insistiu em seu ofício ao Ministro da Guerra: “Nenhuma tropa do mundo poderia ultrapassar essa intrepidez; não tenho palavras para elogiar a conduta da tropa nem dificuldades para assinalar aqueles que mais se destacaram; e embora no presente ofício já tenha feito menção à conduta de Abreu, eu deixaria de cumprir um dever para mim tão grato se seu nome não aparecesse aqui.”

As vitórias eram comentadas na própria Corte. Em fevereiro, o General Curado comunicou aos Brigadeiros João de Deus Mena Barreto, Joaquim de Oliveira Alvares e ao Tenente-Coronel José de Abreu o “quanto ficou satisfeita Sua Majestade pelos seus serviços e pela bravura nos combates” e seu agradecimento pela “briosa intrepidez com que conduziram as forças, especialmente nas batalhas de São Borja, Ibirocaí, Carumbé e Catalão”.

No início de janeiro, o Brigadeiro Chagas Santos recebeu a ordem de atacar a viva força os povoados dos insurgentes, destruí-los

e queimá-los. Em poucos dias saqueou e demoliu os sete povos de Japeju, Cruz, São Tomé, Santa Maria, São Xavier, Mártires e Conceição, e limitou-se a saquear São José, Apóstolos e São Carlos.

José não participou dessa operação. As milícias guaranis eram as colunas de seus regimentos; de qualquer forma, se pudesse opinar, seria à toa, porque as ações foram desenvolvidas no Distrito de Missões, onde não tinha jurisdição, pois era comandante do Distrito de Entre Rios.

Como resultado de todas essas ações, o Tenente-Coronel Abreu já era figura comentada no Rio de Janeiro. Os chefes distinguiam-no como um dos melhores oficiais para esse tipo de guerra: falava com os cavalos, comia com seus homens, entusiasmava-os e era mais um entre eles, sem confundir hierarquia com camaradagem; uma combinação de caudilho rural e oficial de Dragões, de chefe e companheiro, igual ou mais sofrido que sua tropa.

O General Curado assumiu pela segunda vez o comando das forças, reorganizou as colunas e posicionou-se no Rincón de Haedo, na margem direita do Rio Negro. Quase no Natal, enviou ofício ao Marquês de Alegrete:

Tenho a honra de levar à presença de Vossa Excelência a proposta do Tenente-Coronel José de Abreu, Comandante da Patrulha denominada Voluntários Milicianos do Distrito de Entre Rios. Esses fiéis vassalos empenharam-se em servir à Sua Majestade com valor e prontidão e cooperaram muito particularmente para reprimir a força inimiga que atacou a Província das Missões e continuam a servir o exército com zelo louvável. Parece, então, justo que se organize essa força com seus competentes oficiais e que, ao serem condecorados, demonstrem maior satisfação e, naturalmente, continuem a ser o que foram até hoje.

Ainda outra circunstância digna de atenção a respeito desses beneméritos vassallos é que, habitando no Distrito de Entre Rios, podem facilmente encarregar-se de grandes distâncias de Quaraí a Ibicuí e, procurando servir e defender os domínios de Sua Majestade, procuram também defender suas estâncias e seus próprios estabelecimentos.

Em consequência, em março de 1817, José foi designado Comandante do Regimento de Cavalaria de Milícias dos Voluntários Reais de Entre Rios; um único corpo semelhante aos regimentos milicianos da Capitania, tanto no número de praças quanto no de companhias. Em junho foi promovido a Coronel de Linha.

Já Coronel, José acompanhou o pedido dos colonos ao Marquês de Alegrete para reconstruir a capela queimada de Inhanduí. No entanto, recomendou localizá-la afastada do “furor fronteiriço” para que servisse de “pastagem espiritual às famílias de moradores e naturais que prestavam serviço na campanha”. O Marquês deu seu consentimento, José selecionou as terras e negociou com Manoel Vargas, seu dono. Maria Feliciano disse a seu esposo:

— Tu deves agradecer ao Seu Vargas pelas terras cedidas para a Capela.

— Com certeza — respondeu José. — Vargas ganhou o paraíso, mas é possível que acampe um tempo no purgatório.

— Como? — exclamou ela, pensando que algo ruim havia ocorrido.

A gargalhada de José inundou o quarto:

— Não te preocupes, o Ministro autorizou que, em troca da cessão de terras, fossem adjudicadas outras a Vargas.

Naquele tempo, a Coroa portuguesa se preparava para celebrar o casamento de Pedro de Alcântara com Leopoldina, filha de Francisco I da Casa dos Habsburgos, sobrinha de Maria Antonieta, irmã mais moça de Maria Luiza, segunda esposa de Napoleão Bonaparte. O casal recebeu a bênção nupcial em 6 de novembro de 1817 na Capela Real do Rio de Janeiro.

Esse era o cenário do Brasil. A Coroa no Rio de Janeiro devia atender guerras, alianças, exposições e casamentos ao mesmo tempo. Não era a mesma coisa no resto do território, especialmente na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, onde pouco inquietavam esses acontecimentos. De toda forma, as notícias chegavam a Porto Alegre, até onde alcançavam os braços do poder central.

Em novembro de 1816, Artigas, de Purificação, acusou Pueyrredón de trair a causa das Províncias Unidas:

Até quando pretende Vossa Excelência extremar nossos sofrimentos? Como pode Vossa Excelência ter publicado o pretendido reconhecimento à usurpação da Banda Oriental? Crime tão horrendo não tem exemplo, só puderam organizá-lo mãos impuras. Vossa Excelência ainda é o Supremo Diretor de Buenos Aires? Um chefe português não teria operado tão descaradamente.

A guerra continuou. Curado entrou pelo litoral do Rio Uruguai, respaldado pela esquadilha de Jacinto Sena Pereira e, com o apoio de Bento Manuel Ribeiro, destruiu as baterias orientais. Em consequência, os lugares-tenentes de Artigas foram caindo prisioneiros: Lavallega em Puntas de Valentin, Otorgués em Cerro Largo, Manuel Francisco Artigas em San José, Joaquín Suárez em Canelones e Bernabé Rivera. Tomás Garcia de Zúñiga foi capturado e incorporou-se aos portugueses em Montevidéu.

Paralelamente, a vila de Alegrete cresceu e os militares afiançaram sua relação com as tribos indígenas. Estas assentaram-se próximas ao arroio, as estâncias multiplicaram-se e a elite pecuária de Entre Rios sentiu-se mais segura. Por sua vez, Maria Feliciano secundava o Bispo na tarefa de incorporar a liturgia cristã ao culto, aos ritos e à musicalidade dos guaranis, centenária confluência que demonstrava a variedade de caminhos que levavam a seu Deus, embora ela não arriscasse uma discussão desse tipo com seu confessor.

Nesse contexto, o Bispo resolveu celebrar, durante a Semana Santa, a tradicional Paixão de Cristo na Capela de Alegrete. A notícia transmitiu-se de povoado em povoado e a convocatória teve resultado inesperado. Nessa Sexta-Feira Santa, a festa celebrou-se com toda devoção e dezenas de velas de cera extraída das colmeias de abelha foram distribuídas. Preces, lamentações, corais penitentes e tristes vozes ofereciam-se ao Senhor, enquanto o Capitão Chico e um Conselho de Oficiais estavam a cargo de designar o índio que melhor interpretasse a Paixão de Cristo. Uma procissão ao som dos acordes musicais provenientes de uma banda a cavalo avançou entre taquaras com bandeirolas. A atenção e o olhar do povo convergiam para o Coronel Abreu que, em brilhante mouro aparelhado com jaezes de prata, liderava a marcha que culminaria com missa solene na Capela.

Em 1819 a guerra recomeçou nas Missões Orientais. Artigas, com os caciques Sotelo e Siti, invadiu a Província, enquanto Andresito, com cerca de 2 mil homens, tomou de surpresa os povoados de São Nicolau e São Luiz. O Brigadeiro Chagas Santos, ao dispor de poucos homens sob seu comando, refugiou-se na estância da Palmeira à espera de reforços. José, do Distrito de Entre Rios, mobilizou suas milícias e, depois de recuperar São Luiz e São Nicolau, perseguiu por léguas o inimigo. Andresito perdeu contato com Artigas e tentou cruzar o Rio Uruguai, mas os lanceiros guaranis o alcançaram; os

poucos que sobreviveram refugiaram-se na mata. O cavalo de Tiraparé foi derrubado com boleadeiras e o cacique caiu no chão; com gesto feroz desafiou seus irmãos e, como resposta, morreu atravessado por uma lança feita de robusta taquara. Poucos dias depois, Andresito foi preso, levado a Porto Alegre e, finalmente, à Ilha das Cobras.

Como era de se esperar, os êxitos do Coronel Abreu despertaram simpatias no Rio de Janeiro e seus amigos se multiplicaram. Em agosto desse ano, foi promovido a Brigadeiro General dos Reais Exércitos de Sua Majestade.

De toda forma, Artigas voltou a invadir a Província, apesar de que o ânimo de seus homens fraquejasse. Muitos farejavam a derrota, mas o caudilho mobilizou suas forças e invadiu o Rio Grande do Sul protegido pela vanguarda de Latorre. A correspondência foi interceptada, mas avançou, mesmo assim, até o Rio Santa Maria em Alegrete. Os artilheiros alertaram José sobre o grande número das forças inimigas, que arrasariam a vila. Ele foi para sua casa e disse a Maria Feliciano: — Querida, organiza as famílias para subir nos carros, não podem permanecer aqui. Seja como for, as milícias vão protegê-las. — Rapidamente destacou 400 homens e, quando chegava às margens do Rio Ibirapuitã, viu-se obrigado a combater. As forças de Artigas eram três vezes maiores que as suas e a derrota foi total; além disso, as baixas foram consideráveis, porque a ordem de retirada não foi dada até que os carros estivessem longe do alcance do inimigo.

O resultado dessa batalha animou Artigas. Aniceto Gomes enviou ofício a Ramírez, contando da vitória “contra o famoso Abreu”. O entusiasmo foi contagiante e Ramírez informou seus homens que “o General Artigas, à frente de 3 mil decididos orientais, acabou com a divisão do distinto português”.

Mas a sorte já tinha sido lançada. Numa última tentativa, Artigas quis antecipar-se aos portugueses antes que suas colunas

se juntassem. Alertado, o Conde da Figueira ordenou que as forças se unificassem para impedir que o caudilho oriental avançasse até o Quartel-General da Província do Rio Grande. Nesse sentido, o Tenente-General Marques de Souza ordenou ao Brigadeiro Corrêa da Câmara somar-se às forças de Abreu para unir-se ao restante do exército. Os vaqueanos os conduziram por serras e arroios, obrigando Artigas a retirar-se para o território oriental. Finalmente, uma patrulha percebeu que havia um piquete tocando gado; era sinal de que o exército inimigo estava próximo.

O choque sente-se no ar. A noite ilumina-se com o fogo das fogueiras, o chimarrão passa de mão em mão, uns conversam, outros fumam charutos com os olhos fechados e os mais velhos, alentados por alguns goles de aguardente, narram com viradas fantásticas suas experiências guerreiras e amorosas. Na roda, um soldado, quase criança, coloca um pedaço de novilho para assar na brasa, enquanto confessa que não sabe se sente medo ou vontade de viver. José aproxima-se lentamente, atíça o fogo, senta-se agachado junto a ele e, olhando distraído ao redor, diz-lhe com voz calma:

— Meu amigo, não creia que nós, oficiais, não sentimos a mesma coisa. Na guerra, não há privilégios para morrer ou viver, mas há uma coisa que faz a diferença: antes de entrar na batalha, prepare seu espírito; homens e cães farejam o medo, quem entra numa batalha com medo de morrer é o primeiro a cair. Vá descansar e encomende sua alma ao Altíssimo; amanhã o senhor e seu cavalo terão que fazer tremer o inimigo.

O rapaz recolheu as mãos e, quando se retirava com a ideia instalada na cabeça, ouviu a voz do Brigadeiro:

— Quero encontrá-lo aqui depois da batalha.

José manteve seu ritual; desde o início como oficial levava na carreta da coluna um galo cujo cantar era interpretado como

antecipação do resultado da batalha; o exemplar parecia saber da importância de seu anúncio. Esta noite, cantou depois da meia-noite, espantando bruxas, fantasmas e até o próprio diabo.

As trevas tornaram-se curtas e, enquanto o sol insinuava-se, o toque de alvorada dispersou o silêncio. No acampamento de Latorre não eram poucos os alertas de que “os portugueses estavam a um tiro de canhão”. Iniciada a batalha, com a voz de avançar, ouviu-se o rugido que liberou a vanguarda das forças. José, à frente da cavalaria, atacou com tanta impetuosidade, que atropelou a primeira linha do inimigo, obrigando-a a se retirar para o rio. O acampamento foi arrasado; mais de 500 mortos e grande número de feridos ficaram nesse campo. O cacique Sotelo estava entre os caídos. José o reconheceu quando viu que seu cavalo, sem se mexer, sacudia nervoso a cabeça ao seu lado. Com galope curto, dirigiu-se ao lugar onde se encontrava o Conde da Figueira: — General, peço autorização para sepultar o General Sotelo, não deveria ser jogado numa vala comum. — Assim foi feito.

As tropas se afastavam do improvisado cemitério. Cláudio cavalgava junto a seu pai com olhar longo posto no horizonte. Pai e filho iam colocando os seus corações em paz, enquanto na distância soava um clarim fora de compasso. Ambos levavam nas retinas o esgar do Cacique Sotelo encravado no chão por uma taquara lascada. José limitou-se a falar em voz alta: — Os bravos que caem dessa forma merecem respeito.

Nesse janeiro de 1820, o ciclo de guerra iniciado com o incêndio da Capela de Inhanduí chegou ao seu fim. Na fogueira da tarde, chefes e subalternos trocavam opiniões; a vitória tinha-os vigorizado e a ofensiva de José à frente de sua cavalaria apresentava-se a eles uma e outra vez como uma espécie de furacão. O jovem soldado que queria viver estava entre eles; enquanto ouvia o crepitar dos troncos como música nos seus ouvidos, seu olhar cruzou com o do Brigadeiro. Que o reconhecesse, era suficiente.

O Conde da Figueira, em seu ofício, destacou a conduta das forças e fez menção ao “brilhante ataque com que Abreu inaugurou o combate e a serenidade e valor com que fez que as forças inimigas desfalecessem”. Em poucos dias, correu a notícia de que os Invasores abandonavam o território. A boa-nova notificou-se às forças e o Ministro da Guerra fez saber à Corte que “a fronteira estava livre de ser importunada”. José recebeu a ordem de “limpar o resto da campanha e selecionar os locais a custodiar”; numa volta do Rio Uruguai, escolheu como refúgio para o inverno uma terra de boas pastagens, perto da vila das Mercedes. De volta à Província, foi promovido a Marechal de Campo graduado.

O agora Marechal Abreu era admirado como caudilho e Oficial-General; suas milícias de reconhecida bravura estavam sujeitas à dura disciplina. Nesse exército, a desobediência não tinha espaço e as hierarquias eram respeitadas. Por outra parte, os êxitos militares eram premiados com a adjudicação de terras, passo prévio à invocação do *uti possidetis juris*, o instrumento jurídico da política de fronteiras portuguesas. José era opulento estancieiro quando lhe foi adjudicada a última sesmaria, depois da batalha de Taquarembó.

Outros tempos viriam. Nessas terras de fúrias desatadas, as derrotas morriam de esquecimento. Presos no Rio de Janeiro, Lavalleja e Andresito, mortos Sotelo e Tiraparé, Artigas abandonou a Banda Oriental e cruzou o Rio Uruguai; só restava Rivera, que depois de descumprir as ordens de Artigas, negociava com os portugueses a rendição.

No entanto, Artigas iludiu-se quando, em fevereiro de 1820, seus lugares-tenentes López e Ramírez derrotaram os portenhos na batalha de Cepeda. A Liga Federal parecia ressurgir com o impulso de seu protetor, que chegou a imaginar que amarraria as rédeas de seu mouro no Obelisco de Posadas, Alvear, Pueyrredón e Sarratea em Buenos Aires! Mas tudo foi seguido de um novo despertar. Nesse

mesmo mês, Ramírez e López assinaram o Tratado de Pilar, sem cláusula que declarasse guerra aos portugueses. Tinham-no traído.

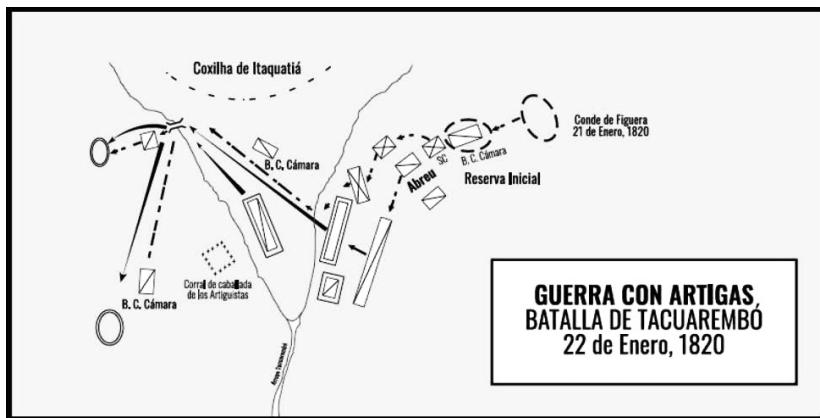
A ruptura entre Artigas e Ramírez foi definitiva. Sarratea liderava a última tentativa de acabar com o caudilho, que resistia com minguas forças. Entretanto, José recebeu ordem de acabar com Rivera e seus homens que acampavam em Tres Árboles. Quando marchava a seu encontro, um ginete aproximou-se de sua coluna com um mensageiro do General Curado. José informou seus oficiais: — Rivera pediu para conversar com a Coroa e negocia a entrega de sua espada. A ordem é voltar.

Em poucos dias, com a mediação de Juan José Espinosa, Rivera assinou a adesão à Coroa e incorporou-se ao exército português como comandante de um regimento de cavalaria de orientais. Em junho desse 1820, enviou ofício a Francisco Ramírez, instando-o a dissolver as forças do General Artigas para “salvar a humanidade de seu mais sanguinário perseguidor”; como fundamento, acrescentou: “Os monumentos de sua ferocidade existem em todo este; eles chamam à compaixão e muito mais à vingança”.

O Protetor dos Povos Livres ficou sozinho. Ramírez, com o respaldo de Sarratea, em Buenos Aires e de Estanislao López, em Santa Fé, o perseguiu ferozmente até a fronteira com o Paraguai. O Ditador Francia o autorizou a entrar por Itapuã e dirigir-se a Assunção com uns poucos dos seus. Corria o mês de setembro de 1820.

Nesse mesmo ano, José Maria Rita de Castelo Branco (Conde da Figueira) deixou o cargo de Capitão-General de São Pedro do Rio Grande do Sul. A guerra terminaria, mas nada garantia que as turbulências não voltassem a se apresentar.

Guerra com Artigas – Batalha de Taquarembó (22 de janeiro de 1820)



Fonte: Modificado de "Mapas do Exército Brasileiro"

4. A INDEPENDÊNCIA. O RIO GRANDE DO SUL E A CISPLATINA

No início de 1820, a população do Brasil era de quatro milhões e meio de habitantes: oitocentos mil índios, um milhão de brancos, um milhão e duzentos mil escravos e um milhão e quinhentos mil mulatos, pardos, caboclos e mestiços. A maioria distribuía-se na faixa do litoral Atlântico e a maior concentração urbana no sul localizava-se na Vila e Porto de Rio Grande.

Na Capitania-Geral a notícia do exílio de Artigas correu durante meses, ao tempo que José recebia o reconhecimento da população. Depois da batalha de Taquarembó, a Corte o promoveu a Marechal de Campo graduado. Em nove anos tinha sido promovido de Tenente a Marechal, um ano a menos do que passou sepultado no Quartel de Infantaria. Agora, em Alegrete, como Comandante do Distrito de Entre Rios, contava com a confiança da Corte e da elite pecuarista. As milícias sentiam por seu chefe atração simples e ardorosa, enquanto no Rio de Janeiro comentava-se sobre a bravura de suas tropas e dos ataques que somavam ruído de sabres, ranger de estribos e estrondosas algazarras.

Em Portugal, reclamava-se a volta de Dom João VI a Lisboa. Não obstante, ele tentava permanecer no Rio de Janeiro, contra a vontade de Carlota Joaquina, que aborrecia seu esposo tanto quanto a exuberante Terra de Veracruz a aborrecia.

A Europa agitou-se. Em agosto de 1820, no campo de São Ovídio, no Porto, uma Junta Governativa de ideias liberais convocou as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes de Portugal. No início de 1821, criou-se um Conselho de Regência em nome de João VI e

aprovou-se Constituição liberal inspirada na de Cádiz, de 1812, e nas francesas, de 1792 e 1795.

Dom João designou seu filho Pedro, de 21 anos, como Príncipe Regente e embarcou para Lisboa no final de abril de 1821. — Fomos vencidos — disse a seu Ministro Silvestre Pinheiro. — A febre liberal ganhou a Europa, mas a Rainha resiste.

O Brasil tinha substituído a metrópole, e seus territórios de ultramar eram administrados do Rio de Janeiro. As Cortes dividiram a Colônia em Províncias Autônomas, anularam os Tribunais de Justiça e restabeleceram o monopólio do comércio antes que os deputados do Brasil chegassem a Lisboa.

Por sua vez, a apaixonada Leopoldina participava das atividades da Corte em meio à incipiente “causa brasileira”. Dom Pedro decidiu visitar São Paulo para medir o grau de apoio com que contava fora do Rio de Janeiro. Nessa Província, os irmãos Andrada destacavam-se por sua formação e tinham grande influência, especialmente, o mineralogista José Bonifácio, que tinha voltado ao Brasil, da Europa, aos 56 anos.

José Bonifácio era dotado de inteligência pouco comum. Tinha redigido com seus irmãos as instruções aos deputados da Província de São Paulo junto às Cortes Portuguesas; fazia parte da maçonaria e era temido por sua capacidade de criar intrigas e controlar jogos de poder. Prendia seu cabelo na nuca como rabo de cavalo e escondia o rabicho por baixo da gola da jaqueta. Seus pontos fracos eram as mulheres e a dança do lundu.

Em dezembro de 1821, chegaram ao Rio de Janeiro os Decretos de Lisboa ordenando a abolição da Regência e o retorno do Príncipe a Portugal. O jovem Dom Pedro estava disposto a obedecer, mas a decisão não dependeria de sua vontade. O ressentimento das Cortes

era irracional e até violento; a tal ponto, que o Rei era tratado mais como prisioneiro do que como monarca.

A Junta Provincial de São Paulo, controlada por José Bonifácio, redigiu uma petição acusando as Cortes Portuguesas de agir “baseadas no despropósito e no despotismo, com a intenção de impor um sistema de anarquia e escravidão”; além disso, declarou que os paulistas estavam prontos para derramar até a última gota de sangue e sacrificar tudo para não perder seu amado Príncipe.

A influência dos irmãos Andrada, o apoio da Maçonaria e o respaldo de Leopoldina impulsionaram o Príncipe Regente a tomar decisão radical. Da janela do Paço, perante os dignitários presentes na praça municipal proclamou à multidão: — Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico.

José Bonifácio, com 60 anos, assumiu como Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros. Carregou o peso do governo nos seus ombros e, em pouco tempo, encarou a reforma das Forças Armadas e a obtenção de recursos para fazer frente à iminente guerra com Portugal. Por sua vez, o Príncipe transmitiu ao Rei sua decisão: “É um impossível físico e moral Portugal governar o Brasil ou o Brasil ser governado por Portugal. Não sou rebelde, são as circunstâncias.”

Em setembro, Dom Pedro viajou novamente a São Paulo; às margens do Riacho do Ipiranga foi alcançado pelo Correio Real com as piores notícias de Lisboa. Montado em mula baia, aproximou-se da Guarda e gritou com toda as suas forças: — Amigos, as Cortes de Lisboa nos oprimem e querem nos escravizar. Por meu sangue, por minha honra e por Deus, farei do Brasil um país livre. — Levantando sua espada exclamou: — Independência ou morte! — Em seu respaldo, Bonifácio redigiu explosivo documento, afirmando que nada podia se esperar dos portugueses, com exceção de escravidão

e desonra. Dom Pedro escreveu a seu pai, “De Portugal nada, não queremos nada!”

Mas apesar dessa grave crise política, o jovem Príncipe, tão impetuoso como transgressor, teve tempo para um encontro amoroso com Domitila de Castro Canto e Melo, sensual mulher que despertou sua paixão.

A partir da ruptura, a guerra com Portugal se apresentaria em duas frentes: por um lado, no norte e nordeste do Brasil — Maranhão, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará — e pelo outro, na Província Cisplatina, governada de Montevidéu pelo General Lecor.

Encontrava-se no Chile o Almirante inglês Thomas Alexander Cochrane, o mercenário mais cotado do momento, apelidado de “o diabo” por Napoleão. De Buenos Aires, o Ministro Corrêa da Câmara lhe escreveu: “A glória o chama. Um Príncipe generoso e uma nação inteira estão à sua espera.” O Almirante, que não conhecia glória sem preço, condicionou sua participação à aprovação de um decreto, regulamentando as presas de guerra em seu favor. Em poucos dias, apresentou-se na Baía da Guanabara e, com Dom Pedro, inspecionaram a frota naval. Sua conclusão foi determinante: “Nunca vi pessoas tão ineptas como estas; será melhor recrutar e contratar, seja lá onde for, uma tripulação preparada para combater.”

A guerra com a ex-metrópole durou mais de um ano. Os desmandos foram muitos e o preço em vidas humanas muito alto. Depois de cruentos enfrentamentos, as forças do Coronel Madeira de Melo embarcaram para Lisboa em julho de 1823. Lorde Cochrane foi recebido com pompa no Rio de Janeiro, embora já fosse conhecido pelo amargo apelido de “herói e vilão do Brasil”.

O cenário político do Rio da Prata era outro. José Bonifácio expressou-se no mesmo sentido que o General Curado em 1808: “As colônias espanholas se estilhaçaram porque, depois de conhecer

governos monárquicos, aspiram gozar de liberdade licenciosa e, depois de nadar em sangue, não são mais do que vítimas da desordem, da pobreza e da miséria.”

Em 1821, o Ministro de Assuntos Estrangeiros de Portugal, pressionado pela Espanha, instruiu Lecor em Montevideu para que convocasse um Congresso Extraordinário da população local. Eles resolveriam se iriam unir-se de vez, de forma cordial e franca, ao Reino do Brasil, se preferiam se incorporar a alguma das outras Províncias, ou se constituiriam um estado independente.

Lecor manipulou a situação. Em 18 de julho de 1821, o Congresso aprovou por unanimidade a incorporação da Província Cisplatina ao Reino de Portugal, Brasil e Algarve “como Estado diferente dos demais”. Uma das primeiras consequências foi que estancieiros e charqueadores do Rio Grande do Sul e da Província Cisplatina tiveram acesso a círculos da Corte, reservados até então a mercadores do Rio de Janeiro e à aristocracia agrária. O centro político no Rio de Janeiro começava a apreciar os interesses da Capitania de São Pedro relacionados com os da Província Cisplatina.

Durante esse processo, a Capitania-Geral foi substituída pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e o governo ficou a cargo de uma Junta integrada por um presidente, um secretário e cinco membros. O Brigadeiro João Carlos de Saldanha, neto do Marquês de Pombal, depois de exercer como último Capitão-General, assumiu a presidência. Tinha 27 anos.

Viviam-se tempos tumultuosos. Saldanha era inteligente e bom administrador, uma referência para as Cortes de Portugal. Em Porto Alegre, as posições estavam divididas e três facções mantinham duros enfrentamentos. Por um lado, José, de Alegrete, no Distrito de Entre Rios, tinha relação fluida com o jovem presidente, marcada pela hierarquia. Conhecia as milícias dessas terras do sul, teve a

vida salva milagrosamente, quando seu cavalo foi derrubado por boleadeiras dos paisanos de Lavalleja nos arredores de Montevideu.

A situação mudou a partir da decisão de Dom Pedro de permanecer no Brasil. Em junho, quando foi convocada a Assembleia Constituinte, Saldanha se demitiu da Presidência da Junta Governativa ao mesmo tempo que José declarava publicamente seu apoio à causa de Dom Pedro.

O Marechal João de Deus Mena Barreto assumiu a Presidência da Junta, somando a ela o Governo das Armas, a Presidência das Juntas da Fazenda e da Justiça, além do cargo de Inspetor das Tropas Milicianas. Concentrava demasiado poder.

José Bonifácio, que se ocupava de tudo, pensava que a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul devia contar com Governador das Armas com prestígio militar e de comprovada lealdade. Em diálogo com Dom Pedro disse-lhe: — Na Província encontra-se o Marechal Abreu, respeitado e admirado pelas milícias e o povo. O melhor seria designá-lo Governador das Armas. — Assim, por decreto de 8 de agosto de 1822, Dom Pedro resolveu “passar a Presidência do Governo ao Vice-Presidente Marechal de Campo João de Deus Mena Barreto e o Comando das Armas, interinamente, ao Marechal de Campo José de Abreu”.

Em 12 de outubro, José foi convocado para proclamar, diante de suas forças, Dom Pedro I Imperador do Brasil. A mensagem ao Estado-Maior foi determinante: — Senhores, somos brasileiros, a causa do Brasil é nossa; o compromisso é com a Independência e a integridade de nosso território.

Por outra parte, as Províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e Cisplatina tinham fortes vasos comunicantes. Lecor contava com o Brigadeiro Rivera como Comandante da Campanha e a Junta com a Marechal Abreu que levava a vitória “amarrada à sua sela”.

No entanto, no Rio Grande do Sul, muitos oficiais generais viam com apreensão o prestígio crescente de José e, embora não questionassem seus méritos, queriam pôr limite à sua meteórica carreira militar. Os portugueses não pensavam da mesma forma, tanto que José costumava dizer: — Minha relação com os capitães-generais portugueses foi boa, sempre que respeitasse a verticalidade do comando. Eles mandam e nós combatemos. Os êxitos militares nos ajudam a escalar posições no Brasil, em outras colônias e em Portugal. Por experiência, sabem que a guerra destas terras não se ajusta a manuais europeus.

A relação entre José e o Marechal João de Deus Mena Barreto se deteriorou. Este convocou o Governador das Armas e foi direto ao ponto:

— José, não desconheço seu cargo nem seus méritos, mas devo avisar-lhe que eu sou a máxima autoridade da Província.

O posicionamento não o surpreendeu, conhecia bem os métodos que seu antigo Chefe usava para impor sua autoridade; portanto, respondeu com formalidade:

— Senhor Presidente, as forças militares estão sob meu comando, pode contar comigo para a coordenar ações, mas não renunciarei às competências de meu cargo. — Levantou-se e, depois de fazer os cumprimentos de praxe, encaminhou-se para a porta. Mena Barreto ficou resmungando para si sua irritação.

De toda forma, o Presidente estava disposto a anular José como Governador das Armas. A Junta Governativa resolveu inspecionar as forças e solicitou informação sobre seu estado e número. Criou, além do mais, um Regimento de Cavalaria de Milícias e ordenou a transferência das forças à Província Cisplatina em apoio ao General Lecor. José, enfrentando essa situação, perguntou-se: “vou permitir

que depois de anos no Exército, a Junta Governativa queira me tornar guerrilheiro de gabinete? Nem pensar”, respondeu-se.

Mena Barreto acusou José de querer o governo e levou a controvérsia à Corte. Mas este contava com prestígio militar e as forças da Província eram chave para respaldar Lecor. Assim foi apresentado, nesse dezembro, pelo Brigadeiro Manuel Marques de Sousa perante a Junta: “Escuso trazer à lembrança a Vossa Excelência o desairoso que será para o Império e, particularmente, para essa Província (Rio Grande de São Pedro do Sul), que nos vejamos no vergonhoso caso de evacuar esta (Província Cisplatina), onde sabe Vossa Excelência que um grande número de homens tem hoje fundos consideráveis empregados em fazendas.”

No Rio de Janeiro tentou-se administrar a situação. Em janeiro de 1823, o Ministro, ao enviar armas à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul fez constar que esta tinha “a sorte de ser comandada por Oficial tão experimentado na arte da guerra como o Marechal de Campo José de Abreu que, como Governador das Armas da Província, tinha provado sua valiosa fidelidade e firme adesão à causa sagrada do Brasil”. Finalmente, recomendou ao Governador manter “a melhor harmonia com a Junta Governativa como exemplo de recíproca união entre os superiores”.

José ameaçou se demitir. Bonifácio propôs, então, ao Imperador:

— Vossa Majestade, o melhor será definir competências; por um lado, estabelecendo que o Governo das Armas está sujeito ao Governo Civil e, por outro, estabelecendo as suas atribuições. Mena Barreto ficará satisfeito e Abreu preservará sua autoridade militar ao permanecer em sua órbita a designação dos Comandantes de Fronteira.

Por outro lado, em Montevideu desenvolvia-se implacável guerra de panfletos; surpreendentemente, o jornal *La Aurora* publicou que

o Governador das Armas do Rio Grande, o Marechal Abreu, tinha-se pronunciado contra a causa da Independência do Brasil. A notícia foi reproduzida pelo *El Argos* de Buenos Aires. Se o denunciado fosse verdade, os Voluntários Reais contariam com decisivo apoio militar da retaguarda do exército de Lecor e o Governador das Armas seria obrigado a se demitir. José publicou seu desmentido na imprensa de Porto Alegre: “aderi absolutamente à sagrada causa do Império do Brasil e a ela prometo dedicar, como jurei, até meu último fôlego”.

Enquanto isso, a Constituinte no Rio de Janeiro avançava em seus trabalhos. O Ministro José Bonifácio era partidário de regime representativo com poder absoluto nas mãos do Imperador e da abolição gradativa da escravatura. A resistência foi tal que, em julho de 1823, os interesses desse lucrativo negócio conseguiram que José Bonifácio fosse destituído. Ele e seus irmãos não conheciam meios termos; em seu jornal *O Tamoio* realizaram feroz oposição à Constituinte, que acabou sendo dissolvida pelo Imperador em novembro de 1823. Dom Pedro, com o apoio do exército, fundamentou sua decisão na alegação de que seu trabalho não era digno de seu mandato. José Bonifácio exilou-se na França, embora gozando de boa pensão.

Dom Pedro dispôs que um Conselho de Estado, formado apenas por brasileiros, teria a seu cargo a redação de uma Constituição liberal. Em março de 1824, foi promulgada a primeira Carta Magna do Brasil, pela qual era criado um governo monárquico, hereditário e constitucional representativo. Quanto ao Imperador, ele teria uma condição inviolável e sagrada, isenta de responsabilidade legal. Sobre a escravatura não incluía cláusula alguma.

Por outra parte, o liberalismo enfraqueceu na Europa e, com o renascer do absolutismo monárquico, os portugueses de Montevidéu perderam todo respaldo. No Rio Grande do Sul, Mena Barreto já não governava e José mobilizou as forças para a Província Cisplatina.

Perante seu Estado-Maior fez um único comentário: — Nos tempos de Mena Barreto resisti a deixar a Província, porque no meu retorno não teria encontrado nem os arreios dos meus cavalos. — José entrou na Província Cisplatina e se posicionou em Mercedes, aguardando ordens. No entanto, Lecor e Álvaro da Costa entraram em negociações e este embarcou com seus Voluntários Reais para Lisboa. Lecor entrou pela segunda vez em Montevideu e José recebeu ordens de percorrer a campanha oriental.

5. A GUERRA CISPLATINA. ABREU E RIVERA

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul tinha 90 mil habitantes: 12 mil em Porto Alegre, e crescia sob o impulso da produção pecuária e dos charqueadores. Essa elite sabia das inquietudes de Buenos Aires, bem como dos prejuízos que sofreriam os seus negócios se o Império perdesse a Província Cisplatina.

Depois do governo interino de José Inácio dos Santos, padrinho do segundo filho de José, Dom Pedro I designou José Feliciano Fernandes Pinheiro Presidente da Província, intelectual nascido em Santos, formado em leis pela Universidade de Coimbra, deputado por São Paulo perante as Cortes de Portugal e constituinte pelo Rio Grande do Sul.

O Imperador pretendia ir além do acordado nos Tratados de Madri e de São Ildefonso; sua intenção era manter a Província Cisplatina sob sua jurisdição. Isso motivou a recusa à reclamação de Valentín Gómez, enviado de Buenos Aires para exigir a devolução da Província.

Em maio, a Junta Governativa das Províncias Unidas designou Juan Gregorio de las Heras Governador e o Congresso Nacional em Buenos Aires designou Bernardino Rivadavia Presidente. Este iniciou sua gestão com a assinatura de um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com a Inglaterra.

Em 12 de outubro de 1824, o Imperador decretou a promoção de José para Marechal de Campo Efetivo; um comentário seu jogou luz sobre uma história de vida. — Querida — disse à Maria Feliciano —, imagina se, no dia que eu pedi tua mão, teus pais tivessem imaginado que esse pobre soldado chegaria a Marechal de Campo; quão diferente teria sido a reação deles.

A promoção não foi questionada. José era oficial de linha e caudilho natural na Província. Uma e outra vez repetia: “Nós Dragões somos mais brasileiros que portugueses. Nascemos e nos criamos nestas terras; aqui temos filhos e netos; Dom Pedro derrotou quem se opôs à Independência e, no entanto, há quem prefira a anarquia antes que a paz e a ordem”.

No novo Império as instituições ganharam vida. Familiares, companheiros e amigos resolveram celebrar com uma festa a promoção de José a Marechal de Campo Efetivo. Maria Feliciano elaborou a lista de convidados e escreveu os seus nomes em cartões que fez imprimir na nova gráfica. Mulheres de todas as idades e estados apressaram-se a encomendar seus vestidos. Em poucos dias, os comentários inundaram a Vila; à saída da missa ou no mercado, as senhoras brincavam sobre as habilidades de seus maridos: “Já nem lembram como se dança o pezinho, ainda menos, valsas, polcas e contradanças.”

E chegou a noite esperada. José, de uniforme de gala, entra ao iluminado salão com Maria Feliciano pelo braço. Do lado esquerdo do peito exhibe suas condecorações: a medalha de prata da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, a Cruz verde de Comendador da Ordem de Avis e a insígnia do Cruzeiro do Sul da Ordem de Cavaleiro. Ao virar, ela detém o olhar na sua figura e algo a faz exclamar dentro de si: “Nunca o vi tão atraente! Nem naquela festa do Divino, quando resolvi que seria meu marido”.

Pontualmente, os homens de fraque e calças de tecido branco entram acompanhados de suas mulheres com vestidos da moda, enquanto os jovens oficiais procuram as melhores posições para galantear com as moças casamenteiras da Vila. O salão tem móveis de estilo, as paredes estão forradas com papel francês e em um canto destaca-se um retrato de Dom Pedro I acima de dois cetros cruzados sobre almofada de veludo. A festa é acompanhada de peças musicais

executadas por senhoras no piano. As mesas servidas têm banquetas aos seus lados e a orquestra, localizada em um canto, convoca a dançar, interpretando valsas, contradanças e peças espanholas.

Os Mena Barreto não podiam faltar, especialmente Sebastião, companheiro e padrinho de sua pranteada filha Ana. Ele pensava que reunia melhores condições que José para ser Marechal de Campo e Governador das Armas da Província. Quando entrou no salão, cumprimentou companheiros e amigos e retirou-se cedo com a maior discrição. Quando subiu na carruagem, não pôde conter um sombrio e lamentável comentário: — Quem te viu e quem te vê! — Seu ressentimento ia além da carreira das armas, os Mena Barreto não aceitavam serem relegados por causa dos méritos de José.

Depois das sobremesas, José convidou os presentes a fazer um brinde ao Altíssimo, ao Imperador e à Imperatriz, à Junta Governativa e, finalmente, à Província e ao bem-estar de seus habitantes. Já em casa, a família abordou os detalhes da festa como era de costume: casais, vestuário, gestos, diálogos, risos e as críticas que nunca faltavam. Antes de se retirar, José resolveu dizer algo à sua família, mas toda a intrepidez que tinha para atacar a cavalo lhe faltava para pronunciar umas poucas palavras. Mesmo assim, fez o esforço e com voz entrecortada disse:

— Desde que entrei para o quartel, sonhei em ser bom oficial, mas nunca imaginei que chegaria até aqui. Sua mãe foi meu principal apoio, nos tempos bons e nos tempos ruins.

Imprudentes lágrimas umedeceram os olhos da família, mas Maria Feliciano reagiu:

— Só faltava ver oficiais chorando; deixem de se comportar como crianças, as lágrimas reservam-se para outras ocasiões; já é tarde e amanhã temos que madrugar.

Entretanto, a Província Cisplatina continuava sendo motivo de disputa; a navegação dos rios Paraná e Paraguai e as pradarias da antiga Banda Oriental eram causa de permanentes conflitos. O Imperador estava convencido de que, derrotado Artigas e tendo o Brigadeiro Rivera como comandante da campanha, nessas terras uma revolução era improvável.

Porém, o governo das Províncias Unidas, bem como portenhos e charqueadores, resistia a aceitar que a Província Cisplatina pertencesse ao Império do Brasil. Uma comissão, presidida pelo oriental Pedro Trápani e integrada por empresários como Staples, MacNeile, Rosas, Terrero e Irigoyen, reuniu cerca de 150 mil pesos para a Cruzada Libertadora, que invadiria a Província sob o comando de Juan Antonio Lavalleja. O governo de Rivadavia aguardaria os êxitos militares dos orientais.

Por sua vez, Dom Pedro tentou concretizar alianças ofensivas e defensivas no continente, mais preocupado com os movimentos na Bacia do Prata do que com as intenções europeias de reconquistar as colônias. O Ministro Corrêa da Câmara fez a proposta à Confederação Argentina, a Santa Fé, a Entre Rios e ao Chile, enquanto o Ministro Silvestre Rebelo a fez ao governo dos Estados Unidos. As respostas foram evasivas, com exceção da do Presidente Monroe que, embora contrário à monarquia, foi o primeiro a reconhecer o Brasil no âmbito de seu postulado “a América para os americanos”.

O Imperador enviou Corrêa da Câmara ao Paraguai para assegurar a sua neutralidade diante de todo conflito. Nesse abril de 1825, comunicou ao Ditador Francia que o Império reconheceria a independência do Paraguai e que as incursões dos índios *mbayá* seriam combatidas. Comprometeu-se, além do mais, a enviar-lhe seis peças de bronze de artilharia de campanha e cem dos melhores cavalos do Imperador. O governo Imperial não cumpriu e Corrêa da Câmara não passaria de Itapuã em sua segunda viagem a Assunção.

Entretanto, na Cisplatina, as ações militares exigiam respostas rápidas do Império, mas o Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, demorava em reagir. As peças de artilharia e os corpos de cavalaria em Montevidéu não tinham relação com as praças de infantaria. O General Lecor contava apenas com três batalhões e com as forças da campanha sob o comando do Brigadeiro Rivera.

Além disso, José tinha desmobilizado suas milícias ao ser informado pelo Brigadeiro Barreto que nesse inverno não ocorreriam fatos militares que inquietassem. Mas foi grande a sua fúria quando soube que os orientais, em 19 de abril, tinham atravessado o Rio Uruguai pelo sul do Rio Negro, burlando os lanchões do Império.

Lecor ordenou ao Brigadeiro Rivera ir em busca de Lavalleja, mas a situação ocorreu ao contrário. Este aprisionou um de seus vaqueanos e, por meio de enganos, capturou Rivera. Depois de horas de conversa entre compadres, Don Frutos somou-se aos orientais.

O General Lecor colocou a prêmio a cabeça do Brigadeiro desertor, mas já era tarde, porque centenas de gaúchos e índios se incorporaram aos orientais com cavalos de carga, lanças e bandeirolas que durante anos esconderam embaixo dos catres e contra a latrina, fora das casas.

Por outro lado, o comando do Exército Imperial enfraqueceu. O Ministro não tomava decisões, o Presidente da Província opunha-se a que José entrasse com suas forças na Província Cisplatina e o General Lecor não podia sair de Montevidéu.

A Sala do Governador das Armas tinha duas bandeiras: uma do Império e outra da Província; na parede atrás da escrivaninha estava pendurado um retrato do Imperador. Os oficiais do Estado-Maior, numa mesa, analisavam o estado dos campos, as chuvas, o caudal de rios e arroios e as temperaturas desse inverno. Quanto mais informações processavam, mais aumentava a preocupação.

A surpresa estourou quando José comunicou a seus oficiais que em 12 de maio tinha recebido uma carta de Fructuoso Rivera convidando-o para somar-se à revolução. — Não respondi — disse. — Todos sabem o que eu penso dos traidores. — Era uma das tantas cartas que Rivera mandou ao Presidente e a outros Oficiais Gerais. Ele planejava um projeto separatista da Província do Rio Grande longe de qualquer sintonia com o governo de Buenos Aires.

Em poucos dias, as forças da Província se mobilizariam e, como era costume, os Abreu jantavam em casa antes da partida de seus homens. Desta vez, além de José, somaram-se seus filhos Cândido e Manoel José e seu sobrinho Vasco.

Entre vários assuntos, as personalidades dos Barreto e dos Bento foram objeto de comentários. Eles tinham nascido no Brasil, conheciam de cor essas terras e enfrentavam o que se lhes opusesse. O ponto a discutir ia além disso e José era o único que podia ter uma resposta:

— Sabemos que esses oficiais são intrépidos e corajosos, mas precisam estar próximos do poder. Sua irritação é com as hierarquias, eles são o exército; vivem em estado de rebelião permanente e lutam suas próprias guerras. Obediência? Essa senhora eles não conhecem.

Seus olhos brilhavam e pouco esforço fez para se conter:

— Para eles — acrescentou —, incluído o desertor Rivera, a lealdade é uma moeda de duas faces, Portugal e Brasil são um acidente, eles vivem suas paixões conforme o inimigo do momento.

Maria Feliciano o interrompeu desconcertada:

— Mas José, as coisas que dizes não encorajam oficiais jovens como teus filhos e teu sobrinho!

Sua mulher tinha razão, mas José respirando fundo concluiu:

— Estes senhores não se sentem traidores de nenhuma causa, eles atraçoam todos, menos eles próprios.

O silêncio coroou a conversa.

No final de junho uma divisão composta por 3 brigadas de cavalaria com cerca de 1.200 efetivos internou-se na Província Cisplatina na direção do Rio Negro rumo a Mercedes. A guerra de recursos voltaria a surgir e a cavalaria, mais uma vez, seria determinante. José dividiu as forças em duas brigadas: uma sob o comando de Barreto e a outra, do Coronel Bento Manuel Ribeiro. Também enviou ofício a Lecor para que respaldasse suas ordens, porque suspeitava que Barreto não as acataria.

Colônia e Montevideú estavam sob o controle do Império, na linha do Rio Negro aguardavam-se os regimentos de lanceiros guaranis 24 e 25 e na fronteira do Rio Grande permanecia o General Corrêa da Câmara. Por outro lado, a esquadra de 57 barcos do Vice-Almirante Rodrigo Lobo dominava o estuário do Rio da Prata e a terceira divisão do Capitão de Fragata Jacinto Senna Pereira patrulhava o Rio Uruguai.

Fernandes Pinheiro dirigiu-se ao Ministro da Guerra, pedindo que ordenasse ao Marechal Abreu parar essa carreira absurda que conduzia no território cisplatino. Seu argumento era que ingressar nessas terras em rigoroso inverno na busca de quem tinha liderança absoluta entre os seus era “loucura desatada”. O Ministro pensou: “Como pode o Presidente da Província dizer que um desertor do exército tem autoridade absoluta? Qual é a medida do prestígio que ele adjudica a Rivera? A mesma com que deveria medir o de um Marechal que libertou o território da Província do invasor várias vezes? É aceitável que o Presidente dessa província diga que a marcha das forças comandadas pelo Governador das Armas é uma ‘loucura desatada?’” Ele não podia dar sua anuência a esse pedido, porque corria o risco de que uma contraordem sua fosse a causa de uma

derrota militar. O Ministro, de acordo com Dom Pedro, fez saber ao Presidente que o Governador das Armas dessa Província, “entrando na Cisplatina, agiria conforme às urgências das circunstâncias e às intenções do Imperador”.

Entretanto, cerca de três mil orientais com armas e munições vindas da outra margem fustigavam as forças imperiais. José resolveu ir na busca dos rebeldes e por ofício comunicou a Fernandes Pinheiro que os atacaria por todos os meios possíveis. Mas, apesar de suas tentativas, a cada ataque dos piquetes imperiais as forças orientais dispersavam-se, aplicando a tática de Artigas.

Numa noite fria de agosto, dois esquadrões sob o comando do Capitão Caballero atacaram a Vila de Mercedes por vários pontos. A Capela fazia as vezes de enfermaria, soldados e oficiais castigados pelos frios eram atendidos, entre eles, Cândido e Manoel José, filhos do Marechal. O Alferes Navarro, informado da defecção de Rivera, procurou o momento para se passar para a Revolução. Aproveitando sua relação com esses jovens oficiais, informou Caballero onde se encontravam. Cândido e Manoel José ouviram tiros e o estrondo de canhões vindo do rio. Navarro chegou em pessoa e garantiu-lhes que a situação estava sob controle, mas atrás dele um piquete de orientais irrompeu violentamente. Depois de debater-se, os filhos do Marechal, amarrados com as mãos nas costas e com precário tecido de juta, foram conduzidos ao acampamento de Rivera.

A fúria de José ressoou na pedreira de calcário de Dacá; eram seus filhos e não parava de vociferar que a traição tinha facilitado sua captura por estarem doentes e desarmados. Em poucas horas mobilizou a cavalaria na colina. Rivera, vendo que enfrentava situação difícil, pediu para negociar cessação de hostilidades por 24 horas. José aceitou e comprometeu-se a não fazer movimento hostil, desde que não se visse obrigado. O Major Possolo foi portador da mensagem de Rivera, autorizando que os prisioneiros recebessem roupas e

algum dinheiro. José agradeceu a Rivera as atenções recebidas pelos “oficiais que estavam à sua disposição”.

Nessas idas e vindas, um dos ajudantes informou que se falava sobre negociar uma troca de prisioneiros. — Alguém acredita que vou descumprir meu juramento de Oficial porque se trata de meus filhos? — disse José. — Vou lhes mandar abrigo e um pouco de dinheiro, o inimigo deve lembrar que as leis da guerra os protegem.

Lavalleja pretendia trocar o seu irmão, preso na Ilha das Cobras, pelos filhos do Marechal. Rivera exclamou: — Do que está falando, meu compadre? Poderíamos negociar com os Barreto, inclusive com o “machão” do Lecor, mas com Abreu? Nem brincando! Ele é capaz de se fazer matar por seus filhos. — Por outro lado, Rivera não esquecia o ofício que José lhe enviara ratificando que o auxílio aos prisioneiros seria mantido “se as circunstâncias da atual luta o permitissem”. Chamou, então, um de seus amarra-cachorros e ordenou-lhe redigir nota. O auxiliar argumentou que a prisão dos filhos do General Abreu não deveria se opor às leis de guerra nem ao direito das gentes. Don Frutos deu uma olhada e comentou: — Poxa! Muito bem! Meu compadre não poderá questionar isto.

Em 25 de agosto, uma assembleia na Florida designou Lavalleja Governador e Capitão-General da Província Oriental. Além disso, aprovou três leis: a primeira, declarando a Província Oriental livre e independente do Rei de Portugal, do Imperador do Brasil e de qualquer outro poder estrangeiro; a segunda, declarando a união da Província Oriental às Províncias Unidas; e a terceira, criando a bandeira nacional.

As partidas orientais multiplicaram-se e Lecor solicitou reforços a José. Em 2 de setembro, depois de coordenada manobra, o Coronel Bento Manoel Ribeiro deixou Mercedes com força de mil homens com os melhores cavalos. Foi ao encontro de Rivera e o atacou, causando-lhe dezenas de baixas. Ao chegar a Montevideú, os colonos

o receberam com pompa, era o que precisava o ego desse oficial nascido em Sorocaba.

No entanto, Rivera, informado de que cerca de oito mil cavalos pastavam no Rincón de las Gallinas, mobilizou as forças para esse refúgio. Em rápido movimento, os orientais obtiveram os cavalos do Exército Imperial, mas algo faltava nesse dia de sorte para concluir com sucesso a jornada. Os artilheiros relataram aos orientais que duas colunas de lanceiros guaranis se aproximavam separadas por meia légua. Rivera dispôs aguardá-los emboscados entre um arroio em uma canhada. A primeira coluna recebeu o fogo de cerca de 40 atiradores seguida de carga de cavalaria de lança e sabre. A segunda foi arremetida com tanto ímpeto, que os lanceiros guaranis deram meia-volta e debandaram-se para o norte. Como resultado, os dois regimentos deixaram nas mãos das forças orientais carabinas, sabres, pistolas, cartuchos de bala, lanças, caixas de guerra e clarins. Entre as baixas, contou-se o Coronel José Luís Mena Barreto, de 26 anos.

José, imobilizado em Mercedes, revia os fatos: — Enviamos os melhores homens a Lecor, meus filhos foram presos, levaram embora nossos cavalos, dois regimentos dos nossos deram meia-volta e foram embora. Faça-me o favor! Oitocentos homens curtidos pela guerra e pela natureza foram surpreendidos e massacrados como novatos! E ainda por cima, não sabemos nada de Sebastião Barreto e de suas forças; o pior é que o inimigo vai dispor de quase três cavalos bem alimentados por ginete. Estamos ferrados!

Montevidéu mantinha-se isolada e a campanha oriental permanecia no poder das forças revolucionárias. Bento Manuel Ribeiro ofereceu-se para sair extramuros e atacar Rivera em seu próprio terreno. Uma disputa pelo comando das forças produziu-se com o Tenente-General Francisco de Paula Magessi Tavares. Finalmente, Lecor encomendou a Bento Manuel o reconhecimento

do campo inimigo e ordenou a Bento Gonçalves que se incorporasse ao exército nas nascentes do Rio Yi.

O exército esperava defrontar-se com Rivera na margem direita do Arroio Sarandi, pensando que os orientais não tinham conseguido reunir-se. Já era tarde quando comprovaram que o inimigo os aguardava com todas suas colunas destacadas. Às oito da manhã inicia-se a batalha. Bento Manoel Ribeiro, possuído de fatal alucinação, ataca o inimigo; o avanço da cavalaria termina com a dispersão de suas forças e, nos primeiros choques, a infantaria guarani se dispersa. Por sua vez, as forças de Bento Gonçalves não podem mudar de cavalos e a ordem de Lavalleja “carabina nas costas e sabre na mão” contagia seus gaúchos com grande entusiasmo.

A batalha de Sarandi mudou o curso da guerra. Calderón, Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves retiraram-se pelo Passo de Polanco del Yi e Passo do Rio Negro para o litoral do Jaguarão, sem armas nem espírito para reiniciar a luta.

Quando em Buenos Aires conheceram a vitória dos orientais, o povo saiu às ruas em júbilo e queimou o Consulado do Brasil. O governo das Províncias Unidas percebeu que era o momento de recuperar a Banda Oriental.

Em 25 de outubro, a Sala de Representantes de Buenos Aires proclamou a “Banda Oriental reintegrada ao seio das Províncias Unidas do Rio da Prata, à qual por direito pertence e quer pertencer”. Como era de se esperar, o Império declarou guerra às Províncias Unidas “por terem agido sem provocação e sem preceder declaração expressa de guerra, prescindindo das formas recebidas entre nações civilizadas”.

Com isso tudo, José, em Mercedes, sentia-se como puma enjaulado. Era a sua hora mais triste, suas forças tinham-se tornado sombras, comparadas com as impetuosas colunas que comandara

em recordadas batalhas. Acautelou seu Estado-Maior: — As más notícias são conhecidas em seguida, quem está próximo do poder vai procurar os responsáveis por este desastre militar e pronto entregará ao Imperador cabeças alheias para evadir suas culpas.

O Marechal nunca teria imaginado enfrentar a derrota de suas forças sem ter entrado no combate. Foi assim que os reveses do exército o levaram a decidir seu retorno a São Gabriel: — Nada justifica permanecer aqui, as forças de primeira linha encontram-se em Montevideu e em Colônia — explicou aos seus oficiais.

O amanhecer apresentou-se difuso e silencioso com agradável brisa que vinha do rio. José embarcou numa canhoneira rumo à Vila de Salto. Apoiado na borda, incomodado e enjoado, sentia as vibrações do convés, confundido pelo cintilar das estrelas em fuga. “Prefiro um bagual teimoso que viajar neste artefato flutuante sem dominá-lo”, pensava. “Diabos! Nunca tive náuseas nem vomitei pelos corcovos de um cavalo.” Mas não era o desconforto físico que o incomodava, eram as derrotas sofridas nessa guerra que não havia sido bem conduzida. Sua alma estava invadida de penas e incertezas, indignado com o Barão da Laguna por sua falta de iniciativa. “Assim são todos esses europeus: falam como se conhecessem estas terras, ficam deslumbrados com mapas e manuais de guerra e não são capazes de distinguir o pelo de um cavalo crioulo.”

José chegou à Vila de Salto e, passando por Belém, dirigiu-se por terra a São Gabriel. O estado das forças era deplorável, os cavalos estavam só pele e ossos, o pagamento da tropa tinha meses de atraso e seus uniformes eram farrapos que nem cor tinham. “Que momentos!”, pensou José, “depois de uma vida de luta, volto à minha Província abatido pelo luto sem ter combatido.”

Ao chegar a São Gabriel aguardava-o uma notícia que, em outros momentos, teria sido mais grata. No mesmo dia da batalha de Sarandi, o Imperador tinha-lhe outorgado o título de Barão do Serro

Largo, incluída a carta de brasão de armas. Era o primeiro cidadão do Rio Grande do Sul que recebia um título nobiliárquico. Não era pouco para esse oficial que vivia afastado do luxo, das atrações da vida urbana, das novidades da arte, das letras e das ciências próprias das Casas Reais. Essa distinção merecia uma celebração, mas nesse momento iria parecer brincadeira inoportuna.

A outorga do título nobiliárquico tinha sua história. O imperador havia recebido José Rodrigues de Figueiredo Neves, parente próximo de Manuel Moreira, rico empresário de sua confiança. Fora dos âmbitos protocolares, Dom Pedro agia como jovem extravagante. Em distendida conversa, perguntou:

— O Marechal Abreu? Bonifácio e Curado falaram-me dele; tem fama de ser militar fora do comum que, por outra parte, é o que precisa o exército; acabo de respaldá-lo em sua incursão na Província Cisplatina.

José Rodrigues aproveitou para lançar sua estocada final:

— Vossa Majestade, nestes momentos distinguir o Governador das Armas com um título nobiliárquico seria um bom sinal para as suas forças e para os estancieiros e charqueadores de ambas as províncias.

Dom Pedro perguntou:

— O Marechal se veste de forma adequada? Acaso não outorgarei título nobiliárquico a gaúcho que faça o ridículo, como aquele poeta que tanto me fez rir?

Rodrigues respondeu serenamente:

— Majestade, devo dizer que Abreu é Oficial General admirado na sua Província e, se me der licença, diria que o aspecto dele é mais forte e garboso que o de Vossa Majestade.

O Imperador riu de bom grado diante da ocorrência de seu amigo. A decisão não demorou muito, mais um aspecto jogaria a favor do Marechal. O título seria o de Barão do Serro Largo, nome que fazia referência a terras pertencentes à Província Cisplatina; uma mensagem de confiança e uma advertência; no caso de êxitos militares, esse Marechal teria acesso a maiores extensões de campos nessas fronteiras. Nesse mesmo dia Patrício Corrêa da Câmara e o legatário Xavier Curado também receberiam seus títulos em reconhecimento de seus serviços; uma política que perseguia dois objetivos: identificar os portadores desses títulos com o projeto político do Império e fazer a aproximação entre o Rio de Janeiro e as elites provinciais.

Os títulos nobiliárquicos tinham sido reservados para militares, empresários do café, do açúcar, mineiros e traficantes de escravos, em geral, nascidos em Portugal. Em apenas oito anos tinham sido designados 28 marqueses, 16 viscondes, 21 barões e 8 condes. Em 12 de outubro, ao concluir a sessão solene da Corte, a maioria dos assistentes levantou-se com os olhos fixos nas fivelas de seus sapatos. O grupo resistia a outorgar o título de Barão a esse Marechal, que não era nem português nem fazia parte de seu fechado círculo. Essa noite, enquanto bebiam refinado vinho do porto de Coimbra, Dom Pedro comentou a seu amigo Chalaça:

— Viu seus rostos quando comuniquei minha decisão de outorgar o título de Barão ao Marechal Abreu?

Este, arremedando seus gestos, fez apimentado comentário:

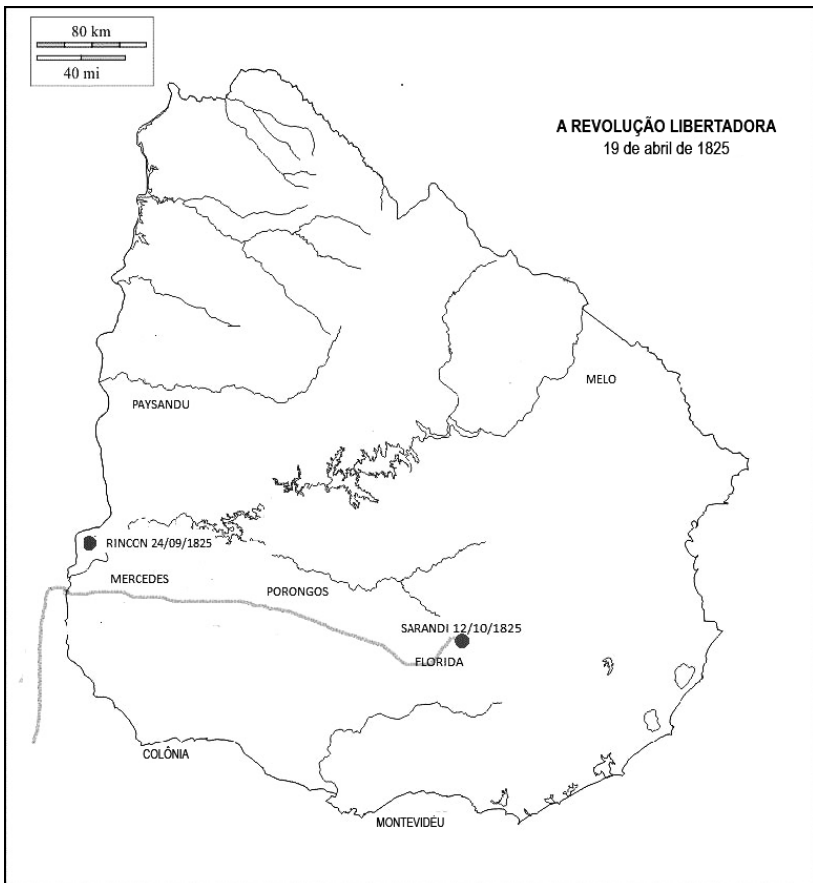
— Vossa Majestade percebeu como eles se mexiam nas suas cadeiras? Pareciam sentados em formigueiro de formigas vermelhas!

Dom Pedro riu sonoramente e acrescentou:

— Virá bem a esses engalanados; eles se sentem mais confortáveis revolvendo-se nos leitos de mulheres alheias do que na frente de

um regimento. É possível que acabem como Avilez, ou toleram que suas camas sejam aquecidas ou embarcam para Lisboa! Não sei o que seria melhor para eles.

A revolução libertadora (19 de abril de 1825)



6. SOB FOGO AMIGO. ITUZAINGÓ

O desastre militar era impossível de ocultar. Quando chegou a São Gabriel, José agradeceu ao Presidente pela proteção da fronteira durante sua ausência. E embora este soubesse que o Ministro João Vieira de Carvalho era o responsável pela demora na mobilização das forças, pedir a cabeça do Governador das Armas era o caminho mais curto.

José recebeu a visita de oficiais, funcionários, comerciantes, estancieiros e amigos para parabenizá-lo pelo título de Barão, mas os abraços foram tão afetuosos como apagados. Seu aspecto físico era outro: as roupas ficavam largas, suas feições tinham-se reduzido, seu olhar tinha perdido o brilho e andava encurvado, como procurando o respaldo de seus filhos.

A rotina voltou a seu ritmo. José recuperou a energia e dedicou-se a reorganizar as forças, depois de ser informado da chegada de tropas desembarcadas em Santa Catarina.

O Marechal, agora Barão do Serro Largo, pendurou o chapéu no cabide, enxaguou as mãos na bacia e sentou-se à cabeceira da mesa. Reunido com seu Estado-Maior, começou a falar como se as palavras lhe pesassem: — Senhores, depois de uma derrota a verdade é a primeira vítima, mesmo que para nós, Dragões, a luta comece a cada manhã. Os inimigos do Brasil são conhecidos. É preciso se cuidar dos outros, dos que lutam suas próprias guerras na província. Rivera, Bento Manoel Ribeiro e Barreto se entendem nas sombras.

José ordenou reforçar os pontos de fronteira e recrutar o máximo de voluntários: brancos, pardos, negros e índios, para cuidar dos cavalos, dirigir as carretas e trasladar bagagens. Ao mesmo tempo, convocou a população de São Gabriel à praça pública para

lhe transmitir seu compromisso. Numa manhã luminosa dirigiu-se a seu povo: — Enquanto Deus me der forças, prometo não embainhar minha espada até que o inimigo seja lançado para além do Rio da Prata. Esta deve ser nossa divisa para manter a paz, para a segurança dos nossos e para a glória do grande Império ao qual pertencemos.

Entretanto, no Rio de Janeiro, as remoções de Lecor e Abreu tinham sido decididas. O Imperador convocou o Ministro da Guerra e, dando passos largos em seu gabinete gritou encolerizado:

— Que gente mais inútil! Levaram-lhes os cavalos, dois regimentos recuaram e o governo de Buenos Aires removeu sua máscara. Nem Pereira Sodré nem Lecor obtiveram informações de nossos espões. Não é de se estranhar, o Barão da Laguna só sabe de bailes e saraus! De que general me falam se uns poucos gaúchos o derrotam num piscar de olhos? Não tem desculpa, foi mais que agraciado pela Coroa e pelo Império! E o Marechal Abreu? Disseram-me que estava em Santana, onde não devia; como podíamos ganhar a guerra se o mais corajoso dos oficiais não lutou uma única batalha?

O Ministro, balbuciando, tentou articular palavra, mas Dom Pedro o interrompeu:

— Lecor e Abreu estão demitidos! Notifiquem-nos, vou designar os melhores oficiais para colocá-los no comando do Exército.

Em questão de horas, com o conselho de Domitila, designou o Tenente-General Francisco Magessi Tavares e o Brigadeiro Francisco de Paula Rosado para substituir Lecor e Abreu.

Nessa manhã, um ginete chegou ao quartel de São Gabriel com ofício na mão para o Governador. Cláudio o recebeu: — Sou o Tenente-Coronel Abreu, seu filho e ajudante; eu lhe entrego. — José não era apenas seu pai, mas o modelo que a oficialidade tinha como referência; e mesmo que não ousasse abrir o envelope lacrado, intuía o conteúdo do maldito decreto. Tão ereto quanto podia, dirigiu-se

à sala do Governador, bateu suavemente na porta e entrou no momento em que ele levantava a vista. Estendeu-lhe o envelope e aguardou sua reação. José não tinha acabado de ler o decreto, quando repentinamente se ergueu e jogou os papéis com toda a sua força no chão, como se esse gesto pudesse afastar a vontade do Imperador. Recuperado, dirigiu-se a Cláudio: — Tenente-Coronel, que seja convocada a oficialidade; as ordens cumprem-se sem demora.

Em poucas horas, o quartel fervia com a notícia e, na fogueira do fim da tarde, as versões se cruzavam em voz baixa. Reinava o desconcerto, todos sabiam que o destino do Chefe era também o de suas forças. Muitos pensavam em desertar, porque nada voltaria a ser como antes nesse tempo de guerra que parecia se prolongar.

Maria Feliciano, agora Baronesa de Serro Largo, não era como a maioria das mulheres desse Brasil, reduzida a parir filhos e com mandado limitado à cozinha. Durante anos viveu de despedidas, reencontros, tristezas e celebrações. Sempre tinha sido a primeira a conhecer as boas e as más notícias. Era o esteio de seu lar e nesse momento não seria diferente.

Era tradição familiar ouvir o trote dos cavalos anunciando o retorno dos homens à casa. Maria Feliciano tinha recebido José em todos os estados de espírito: exultante, preocupado, contente e bravo, mas nunca imaginou que chegaria com essa tristeza e abatimento. Enquanto tentava abraçá-lo, José murmurou: — Destituíram-me do cargo, no Rio de Janeiro me responsabilizam pelas derrotas do Exército. — Foi para o dormitório e, lentamente, despiu-se como se despedindo de cada peça do uniforme. No espelho não viu refletido seu vivo retrato de Marechal de Campo e, enfrentado a sua imagem em cuecas e meias, imaginou que ela lhe gritava em silêncio sua nova condição.

Mas José já tinha tomado uma decisão. A passo cansado, entrou na sala na qual circulava o chimarrão e posicionou-se ao lado da

lareira que exibia na chaminé colorido brasão nobiliárquico. Pouco depois, foram chegando filhos, oficiais, familiares e amizades mais próximas. A consternação era compartilhada, mas, diante de um comentário dentre tantos, José aproveitou para dizer: — Vou me retirar das fileiras do Exército e me oferecer como voluntário com os paisanos que queiram me acompanhar.

A troca de comando realizou-se na Praça de São Gabriel.

— Honoráveis habitantes, dediquei o tempo que o Altíssimo me concedeu, desde os 13 anos, para ser útil ao local onde nasci. Os senhores são testemunhas de que não obtive qualquer lucro abusando dos cargos que ocupei. A imprensa é livre. Sou substituído por Rosado, habilitado por seus conhecimentos e qualidades. Despeço-me dos senhores, meus honoráveis patrícios. Levo comigo a glória de não ter perdido um único palmo da terra desta Província, cuja defesa me fora confiada até o dia 14 deste mês, quando fiquei isento de toda responsabilidade. Vou contente beijar a mão de nosso Imperador e pedir-lhe sua permissão para voltar como simples soldado e unir-me às fileiras de meus antigos companheiros, pois é conhecido que sou mais propenso a obedecer do que a comandar.

José dedicou-se às tarefas do campo. Os sofás e os móveis perderam os seus tecidos de proteção, a lenha empilhou-se na cozinha e um mundo de objetos inanimados ganhou vida. Filhos, netos e amigos visitavam-no com frequência. Na fogueira, os temas obrigatórios eram o andamento da guerra, o estado da tropa e, obviamente, a comparação com a nova condução do Governo das Armas. José cumpriria seu conhecido ditado “pouca gente suporta o face a face”; com esse espírito viajou a Porto Alegre ao encontro de Fernandes Pinheiro. A guerra entre eles era implacável como a das armas. O Marechal apresentou-se vestindo seu melhor uniforme de gala: bicorne, capa e casaca com galões dourados na manga e na gola, pendendo de seu lado esquerdo, a espada com o brasão do

Império na empunhadura. Na solicitação de audiência, embaixo de sua assinatura Abreu havia acrescentado “Barão do Serro Largo”, justamente o que mais incomodava o Presidente.

José, em sua rudeza, expressava-se bem e tinha bons modos. Ambos se cingiram ao protocolo porque assim deviam se comportar. Depois dos cumprimentos de praxe, José falou serenamente:

— Excelência, o andamento desta guerra deve-nos preocupar. Chegamos a este ponto devido à ausência de comando unificado. O comportamento das hierarquias do Exército e o seu próprio, como Presidente da Província, nos prejudicaram. — Fernandes Pinheiro quis interrompê-lo, mas o Barão continuou: — Vossa Excelência me atribuiu comportamentos sem prova alguma, suas cartas ao Ministros da Corte foram mais elogiosas para o desertor Rivera do que para o nosso Exército e, as que enviou a oficiais sob o meu comando, abalaram a hierarquia e a disciplina das forças.

O Presidente pulou como uma mola:

— Não lhe permito, Marechal, Vossa Senhoria foi responsável dos reveses militares, porque na sua doida carreira não levou em conta minhas advertências e, às derrotas, somou-se a fronteira desprotegida. Qual é a sua explicação?

— Senhor Presidente — respondeu Abreu —, nossos soldados merecem tratamento digno e não estou me referindo a branduras ou sentimentalismos. Acaso ignora que os que têm mais poder se comportam pensando que nunca seriam punidos? Eu vi mais de um oficial trazer “chinas” para saciar seus instintos amparados nos privilégios de sua hierarquia; também os vi beber até cair e açoiar um desgraçado por beber uma aguardente de cana em excesso. Vossa Excelência sabe o que significa exigir os soldados até o limite de sua resistência, sabendo que seu comando direto está sendo questionado?

— E eu, o que tenho a ver com isso? — perguntou o Presidente.

— Acha que é pouco? — insistiu o Marechal. — Os Presidentes civis e os deputados perguntam pelas baixas das forças com menos interesse que o que mostram por recuperar suas meias de seda. Quantas vezes o Vossa Excelência se aproximou da fogueira dos soldados numa noite de inverno? Faça-me o favor, ninguém o viu! No entanto, todo este tempo, como Governador das Armas, eu sofri suas interferências. Não estou falando da minha honra, porque Vossa Excelência não está em condições de afetá-la.

— Isso não, Marechal! Agora vai me dizer que as derrotas de Sarandi e Rincón são minha responsabilidade? No campo de batalha há vencedores e vencidos e ninguém distingue se passaram frio. Esses postos não são para sentimentais! Vossa Senhoria nunca admitiu opiniões discordantes.

Fernandes Pinheiro tentava que José perdesse a calma para concluir a entrevista, mas o Marechal agia como naquele ataque em São Borja, descrito por Curado. Levantou-se e acrescentou:

— Saiba que a guerra está perdida, porque o sofrimento do soldado esquecido é o que enfraquece a força de um exército. E como Vossa Excelência não conhece esse sentimento, permita-me dizer que entre a vitória e a derrota, a diferença está no respeito das forças por seus superiores. Isso inclui tudo; esse respeito, Vossa Excelência nem o teve por mim nem o conquistou, mas saiba que mesmo que não esteja na Presidência, um Marechal deste Brasil, na condição que for, sempre terá lugar no campo de batalha.

O Presidente levantou-se, um traço de desgosto e fúria desfigurou seu rosto e até suas cuidadas costeletas ficaram embaraçadas. Tentou falar, mas o Barão, a passo firme, dirigiu-se para a porta.

Em janeiro de 1826, Dom Pedro designou como Presidente do Rio Grande do Sul José Egídio Gordilho de Barbuda, militar e político português. Foi como acender um pavio, porque, em poucas

semanas, a relação entre Gordilho e o General Rosado derivou em enfrentamento pessoal ingovernável.

A um mês de retirar-se, um enviado do General Curado visitou José, procurando interceder por ele perante o Imperador. A conversa ocorreu sob uma buganvília em flor. José lhe disse:

— O senhor sabe o respeito que sinto por meu chefe. Nestes anos conheci o que há de bom e o que há de ruim, comprovei que o pior inimigo é o companheiro, o colega que quer a “glória apenas para si próprio”, aquele que muda de lado como muda de cavalo. Sou filho desta terra e vou defendê-la como voluntário. A espada da minha dignidade eu não entrego.

O enviado retirou-se confuso e, quando transmitiu ao General Curado sua experiência, ele só soube dizer:

— Abreu sempre foi o mesmo, o primeiro a atacar e o último a adular. É humilde e altivo, não vai mudar.

Entretanto, nesse 1826, o General Carlos de Alvear, Comandante do Exército das Províncias Unidas, enfrentou a tarefa de unificar suas forças com oficiais, caudilhos provinciais, portenhos, gaúchos e orientais. O mais difícil seria disciplinar Juan Antonio Lavalleja, o impetuoso caudilho oriental, que nesse momento contava com admiração e o respeito de suas forças.

Quanto ao Exército Imperial, os enfrentamentos e as deserções multiplicaram-se. A situação agravou-se pela incompetência do Governador das Armas, Brigadeiro Rosado. Ele apressou-se a concentrar as forças em Santana, deixando desprotegida a fronteira; instalou o acampamento do Exército em terras inadequadas, de tal forma que, em pouco tempo, toda comparação com o governo do Marechal Abreu tornou-se insustentável.

Nesse abril, o Rei Dom João VI faleceu em Lisboa e as Coroas de Portugal e do Império recaíram sobre a cabeça de Dom Pedro I. No

entanto, este, depois de ser Rei de Portugal por 40 dias, abdicou da Coroa portuguesa “para não comprometer os interesses do Brasil”. A decisão agradou tanto a brasileiros quanto a portugueses, embora a reação de sua mãe, Carlota Joaquina, fosse diferente. Na morte de seu desprezado esposo, suportou cumprimentos, pêsames, orações e uma orquestrada adulação até que, com o olhar perdido pelo cansaço, pensou: “que desperdício de lágrimas falsas! Ninguém pode chorar este Rei que perdeu o membro entre suas banhas, que nunca respeitou a Casa de Bourbon e que se humilhou diante dos arrogantes liberais. Que Deus o tenha na glória e não o deixe voltar!” Seu filho Miguel era o preferido para ocupar o trono de Portugal.

A vida política da coroa portuguesa tornou-se turbulenta. Embora Dom Pedro enfrentasse seu irmão, não podia desatender a guerra do Império com as Províncias Unidas; sobretudo quando a conspiração no Rio de Janeiro assediava nobres, empresários e militares e o descontentamento se estendia à população. A guerra era impopular e Domitila, sua amante, mais ainda.

Os Ministros Lorde Ponsomby e Lorde Gordon, seguindo instruções da Coroa inglesa, tentavam neutralizar a expansão do Império e os desejos do governo das Províncias Unidas. As notas diplomáticas iam e vinham em circuito triangular, Lorde Ponsomby sustentava que “não seria possível confiar a Buenos Aires o domínio do Rio da Prata, pois qualquer projeto hostil que fosse apresentado contra o comércio britânico no Rio de Janeiro poderia prosperar”. Por outro lado, discordava da versão do Império do Brasil de que os orientais eram turbulentos e que deviam ser “submetidos pela força para evitar que o mau exemplo se contagiasse a outras províncias do Império”.

O Imperador cavalejou até a Igreja da Glória para assistir à missa como todas as manhãs. Mais tarde, reuniu o gabinete no Palácio para informar-se sobre o andamento da guerra, mas quando soube

da situação e do enfrentamento entre Gordilho e Rosado perdeu as “estribeiras”.

— Basta de imprestáveis! Vou chamar Caldeira Brant para comandar nosso Exército; é partidário de contratar mercenários, sabe onde encontrá-los e o fez bem quando incorporou Lorde Cochrane. Vejam o espetáculo que estão dando o Presidente da Província e o Governador das Armas; estamos em guerra e estes senhores parecem crianças brigando por um brinquedo.

Chalaza era o único que podia dizer o que pensava:

— Vossa Majestade poderá fazer de Caldeira Brant o que quiser, menos um general.

— Como? — perguntou o Imperador. — E que outra opção temos? Não vão me dizer agora que devemos renunciar à Província Cisplatina! Há dois anos, rechaçamos a reclamação dos portenhos. Quem se atreve a opinar que temos que mudar de posição? Sei o que vão dizer: que a situação não é a mesma, que o tesouro está exausto, que nos endividamos para obter a independência, que os soldados são mal pagos e que os oficiais portugueses e brasileiros não se dão trégua entre eles. Querem saber de uma coisa? Eu não suporto que Ponsomby interfira a favor de Buenos Aires! Ou continuamos esta guerra ou nos submetemos mais uma vez aos interesses britânicos; nem Canning e menos ainda um portenho pretensioso vão conseguir que o Império renuncie à Província Cisplatina. A Coroa inglesa pode ter bons diplomatas no sul, mas nós contamos com seus melhores oficiais em nossa frota. — E acrescentou: — Digam o que quiserem do pirata Lorde Cochrane, mas uns poucos ingleses como ele fariam de nossa Armada uma força invencível.

O Ministro da Guerra tentou argumentar:

— Majestade, recém estamos organizando o Império, a Independência teve altos custos, a economia não está em bom

momento e os ingleses têm o melhor de sua diplomacia trabalhando contra nossos interesses. Com Buenos Aires, sempre é possível ter um entendimento sem custos humanos e evitar os danos econômicos de uma guerra. Os orientais se fortaleceram e sabem que nosso ponto fraco são as Missões. Concordo com Vossa Majestade quanto a que os portenhos não podem ter dois portos sobre o Rio da Prata e controlar a entrada ao coração do continente, mas se não mantivermos a Cisplatina, pelo menos que não a percamos para nenhum dos dois.

Dom Pedro enfureceu-se ainda mais:

— Ministro, o Brasil não é Império para viver ajoelhado, como demonstramos aos portugueses. A Cisplatina é e tem que ser nossa.

De repente, abrindo os braços e levantando os olhos, exclamou:

— Que saudade de José Bonifácio! Fui obrigado a condená-lo ao exílio e perde tempo na Europa estudando pedras e minerais. Até pode ter esquecido das mulheres e de dançar lundu!

Um silêncio prudente foi a resposta, seguido da ordem do Imperador de convocar Caldeira Brant. Em segundos, levantou-se e, sem cumprimentar, abandonou a sala fazendo ressoar os tacões sobre o piso de carvalho esloveno. Todos sabiam que ia para os aposentos de Domitila, a flamante Marquesa de Santos.

Entretanto, José, dedicado às tarefas do campo, passava horas pensando na guerra e nas forças da província. Maria Feliciano insistia:

— Querido, por que te mortificas com tanta lembrança ingrata? Teus filhos são militares, tens netos que brincam com teu uniforme e perguntam pelas medalhas, sonham em acompanhar-te ao campo e cavalgar conosco; não temos dificuldades econômicas, tens o reconhecimento e o apreço de todos, e tu só pensas na guerra. Faz-me o favor! Cumpriste tua obrigação com a Pátria e o Exército, o tempo é um juiz infalível, deixa que faça seu trabalho.

José aguardava a anunciada visita que o Imperador faria à província. Enquanto isso, na casa dos Abreu despedia-se o filho mais velho, o Tenente-Coronel Cláudio de Abreu, que marchava para as Missões. O jantar já terminava quando, surpreendentemente, ele se dirigiu ao pai e disse:

— Sua tristeza é a nossa e embora todos tenhamos perdido algo, devo dizer que também ganhamos. Ganhamos um pai e um avó que é orgulho de todos os que o querem bem. Agora, o senhor pode tomar suas decisões sem acatar outras ordens que as do seu espírito; em paz por tudo o que fez por esta Província e pelo Brasil. Sentimos orgulho do senhor.

José não conseguia dizer uma só palavra e Maria Feliciano controlou a situação mais uma vez:

— Obrigada, filho, bem dito, mas devo advertir-lhes que nesta casa a única coisa que se lamenta é a morte, e estamos vivos.

Enquanto isso, as forças resistiam a servir às ordens de outros superiores, a tropa sofria sério atraso nos pagamentos dos salários e o atendimento da saúde e alimentação eram insuficientes. Em setembro desse 1826, Caldeira Brant foi designado Comandante do Exército Imperial. Para cobrir-se, escreveu ao Imperador: “Um exército nu, descalço, sem munições de guerra nem de boca, sem remédios, sem cavalos e reduzido, depois de um ano, à mais humilhante defensiva, deveria fazer soçobrar meu espírito”. Exigiu o que o Brigadeiro Rosado fosse destituído como Governador das Armas e que o comando da Província recaísse numa única pessoa. Como conclusão, Dom Pedro designou Salvador Maciel Presidente da Província.

Porto Alegre mobilizou-se para receber o Imperador, um acontecimento excepcional para essa Província que atravessava difícil momento. Dom Pedro iniciou a viagem no final de novembro, depois de violenta disputa pessoal com Maria Leopoldina. Caminhos

precários, escarpas perigosas e chuvas tropicais não eram obstáculos para esse experiente ginete que percorreria 400 km a cavalo. Depois de pernoitar nos campos dos Rodrigues em Arroio Grande, foi recebido em Torres com salva de 101 tiros de canhão. Fernandes Pinheiro, agora Ministro do Império, fazia parte da comitiva. O Imperador galopava, enquanto vários integrantes da comitiva sofriam ardor em suas nádegas. Chalaça, esse impenitente transgressor, em um descanso, aproveitou para sussurrar a seu amigo Dom Pedro: — Nas condições em que ficarão, quando chegarem às suas casas, correm risco de encontrar Vossa Majestade entre as saias de suas mulheres.

Na chegada a Porto Alegre, o Imperador assumiu o Comando do Exército de forma simbólica. Depois o fez Caldeira Brant mediante proclamação, centrando o comando “na disciplina, na abundância e na vitória”. Entretanto, José esperava a chegada do Imperador a Porto Alegre. Antes de sua partida, Maria Feliciano o encarou no dormitório:

— Querido, sempre apoiei tuas decisões, mas nesta ocasião não estou convencida.

— Não tenho opção — foi a resposta. — Vou dar à guerra o que a guerra dá, a causa do Império é também a causa da família. Nossos filhos são oficiais de Dragões, compartilharam a minha sorte e a do Exército. Você me conhece, eu prefiro morrer no campo de batalha do que saber de uma derrota em casa.

Nessa segunda-feira de dezembro, em Porto Alegre, José limitou-se a dizer:

— Vim oferecer de forma voluntária minha experiência de 42 anos de Exército e o concurso de quem queira seguir-me.

Dom Pedro iniciou a visita trabalhando a ritmo frenético: emitiu um empréstimo patriótico, ordenou recrutar todos os soldados possíveis e dispôs, diante da falta de médicos, a transferência

a Porto Alegre de duas enfermeiras especializadas. Contudo, surpreendentemente, foi obrigado a regressar ao Rio de Janeiro; em lacônica nota dirigida às autoridades da Província, limitou-se a manifestar “razões imprevistas me reclamam na Corte do Rio, portanto, devo retornar o mais rápido possível. Sinto muito, realmente”.

A escolta e a comitiva ficaram para trás. As narinas do mouro lançavam fumaça e seus cascos apenas tocavam a terra. No Porto de Rio Grande aguardava a notícia da morte da princesa Leopoldina. Tudo se tornou um caos. Aos soluços de Dom Pedro, numa mescla de dor e arrependimento, somaram-se os lamentos de ministros, nobres e cortesãos. Ao mesmo tempo, nativos e escravos choravam nas ruas do Rio de Janeiro: — Nossa mãe morreu! O que será de nós?

A guerra devia seguir, mas no exército o descontentamento era generalizado. Caldeira Brant decidiu contratar mercenários. Heinrich Von Braun, o Capitão Samuel Gottfried Kerst e o engenheiro Capitão Adolf Friedrich von Seweloh somaram-se ao Quartel-General. O exército contava, além do mais, com o 27º Batalhão de Caçadores formado por soldados alemães sob o comando do Tenente-Coronel inglês Yates, o Esquadrão de Lanceiros Imperiais, comandado pelo Capitão Ludwig von Quast, e um contingente da Companhia de Voluntários de São Leopoldo, da colônia alemã do Rio Grande do Sul.

Caldeira Brant solicitou encontrar-se com o Marechal Abreu, porque aonde ele ia, falavam-lhe com admiração de suas façanhas militares. José foi ao encontro esmeradamente uniformizado, surpreendendo o Comandante, que, como bom aristocrata, não esperava encontrar-se com um altivo e vital Marechal de Campo.

Caldeira Brant usou abordagem mais diplomática do que militar:

— Barão, Marechal, como preferir...

José, com gesto amável, o interrompeu:

— Tenente-General, sou um oficial que serviu o país no qual nasceu. Não tenho comando e o título de Barão, embora seja uma honra, não diz o que realmente sou.

Caldeira Brant não esperava essa reação e, depois de breve silêncio, insistiu:

— É suficiente que me diga qual Regimento Vossa Senhoria gostaria de comandar.

— Nenhum — respondeu secamente José. — Se me autorizar, ofereço-me para recrutar todos os voluntários que queiram seguir-me e somarem-se ao Exército.

Caldeira Brant apressou o cumprimento e, disfarçando sua contrariedade, disse:

— Conto com Vossa Senhoria, mantenha-me informado.

Em dezembro de 1826, um Exército de Observação das Províncias Unidas atravessou o Rio Uruguai pelo Salto Chico rumo a Durazno. Em meados de janeiro, mais de oito mil efetivos entraram no território brasileiro sob o comando do General Carlos Alvear. Dirigiu-se proclama aos colonos: “O exército republicano pisa território brasileiro. É amigo de todos os povos. Traz anúncios de liberdade. Força, justiça, ordem, liberdade e igualdade. Dom Pedro I deve desistir de sua pretensão injusta. Desventurados aqueles que consideram os argentinos como inimigos, as armas são contra os soldados do Imperador.”

Alvear tentou introduzir suas forças entre Caldeira Brant e Von Braun, mas o exército imperial conseguiu unificar as colunas em Jaguarão e se dirigiu para o norte, tentando chegar às serras do centro do Rio Grande do Sul. O exército republicano mudou o rumo para o oeste, com a intenção de atrair as forças do Império para a planície. O General Alvear contava com vaqueanos dessas terras;

tinha nascido em Santo Ângelo e ali se havia refugiado, quando, em 1815, fora removido da Diretoria.

O exército republicano era formado por colunas heterogêneas. Lavalleja e Alvear nunca tinham se entendido. O caudilho oriental, chefe da cruzada libertadora, havia conquistado seus galardões, enquanto Alvear, inimigo obstinado de Artigas, mostrava-se tanto ou mais portenho e aristocrata que Sarratea ou Pueyrredón. O Coronel Manuel Oribe, vencedor de Casavalle, era oficial de carreira e havia sido o segundo comandante das forças que invadiram a Província Cisplatina. O General Lavalle havia participado das batalhas de Chacabuco e Maipu; o Coronel Brandzen era veterano das guerras napoleônicas e José María Paz, o maneta de Córdoba, contribuía com seu prestígio militar obtido em fileiras unitárias.

Nos primeiros dias de fevereiro, uma companhia sob o comando de Juan Lavalle derrota Bento Manuel Gonçalves, em Bacacay, que é novamente vencido, em Ombu, pelas forças do General Lucio Norberto Mansilla. Sucedem-se as manobras; o Exército Imperial persegue Alvear na direção de São Gabriel; Caldeira Brant e Von Braun pensam que a vitória está assegurada. O primeiro conhece táticas e estratégia pela leitura de livros europeus, e o segundo cai na armadilha de Alvear, que deixava rastros simulando que empreendia a retirada.

José honrou sua palavra; centenas de veteranos indultados, índios, gaúchos e peões responderam a seu chamado. Em poucos dias, um piquete aguardava o Marechal junto ao portão da sede de sua estância. José despediu-se de Maria Feliciano: — Chegou a hora, não posso ficar ao teu lado nem te levar comigo. — Ela o benzeu e, de cabeça baixa, entrou em casa sem olhar para trás. Como Ana, naquele 28 de dezembro de 1784.

Na medida em que a coluna avança, incorporam-se mais paisanos. Quando José vira seu olhar para trás, recorda sua chegada a São Borja

e a ordem que dera para que a tropa se vestisse com uniforme de parada antes do combate. Em 13 de fevereiro, do acampamento do exército, grossa poeira no horizonte anuncia a chegada desse corpo de paisanos. Vestindo “rica jaqueta bordada”, José apresentou-se perante o Chefe do Estado-Maior Seweloh, veterano de Waterloo.

O exército republicano alcançou o Passo do Rosário sobre o Rio Santa Maria, nas nascentes do Rio Ibicuí. Por seu lado, os imperiais optaram pelo caminho antigo de São Gabriel, direcionando-se à direita. O Brigadeiro Barreto, à frente da 1ª Divisão, posicionou-se ao norte. A 2ª Divisão de Infantaria, sob o comando do Brigadeiro João Crisóstomo Calado, posicionou-se à frente da cavalaria de Lavalleja no flanco sul, enquanto as brigadas ligeiras do Marechal Abreu e do Coronel Bento Gonçalves se colocaram nos flancos esquerdo e direito das forças imperiais. Por sua vez, a algumas léguas do corpo do exército, Bento Manoel Ribeiro, com oitocentos homens, fazia o reconhecimento da companhia avançada das forças republicanas.

A batalha estava prestes a começar, 15 mil homens se enfrentariam em campo de 25 hectares. Por um lado, os Generais com formação seguiriam táticas da guerra peninsular como as de Wellington e Napoleão; por outro, a cavalaria “gaúcha” voltaria à carga.

Caldeira Brant entregou a José a vanguarda do exército e, quando as forças republicanas se aproximaram, o Chefe do Estado-Maior ordenou-lhe avançar para o flanco direito do inimigo e que, formado em escalão, parasse entre os dois exércitos.

Como de praxe, José pediu para trocar de cavalos antes de mobilizar suas forças, mas o Brigadeiro Barreto se negou. Os Mena Barreto não suportariam outra honra desse Barão que passeava seu título nobiliárquico na frente dos seus narizes, agora como voluntário.

José enrolou seus ombros com o poncho e passou revista às forças montadas em cavalos de pesadas patas. No primeiro ataque, o corpo de paisanos esteve próximo de alcançar as posições do Tenente-Coronel Ángel Pacheco. Mas essas forças, de pouco mais de 300 homens, foram dominadas por três mil ginetes da cavalaria de Lavalleja. Quando batiam em retirada, outra coluna de 700 homens investiu pelo flanco, impedindo que voltassem a se agrupar. Apesar dos esforços de José, os paisanos recuaram e, como bola de canhão, lançaram-se sobre a 2ª Divisão Imperial. O Brigadeiro Calado berrou desafortadamente, mas o Marechal vinha ferido e não conseguiu ouvi-lo. A infantaria imperial formou seus quadros em ângulo e o fogo de seus infantes impactou as forças sem distinguir inimigos de companheiros.

No meio desse terrível tiroteio de “fogo amigo”, José caiu mortalmente ferido nas pastagens incendiadas. Do monte de corpos ouviam-se prantos, imprecações, insultos, ais e preces balbuciantes, enquanto o Estado-Maior empreendia a retirada. No momento em que o Coronel Madeiro, comandante da Artilharia, se escondia embaixo de um carro, o Major Seweloh, a curta distância, divisou o Marechal Abreu que “parecia não ter morrido ainda”. Os comandantes o abandonaram sem pesar.

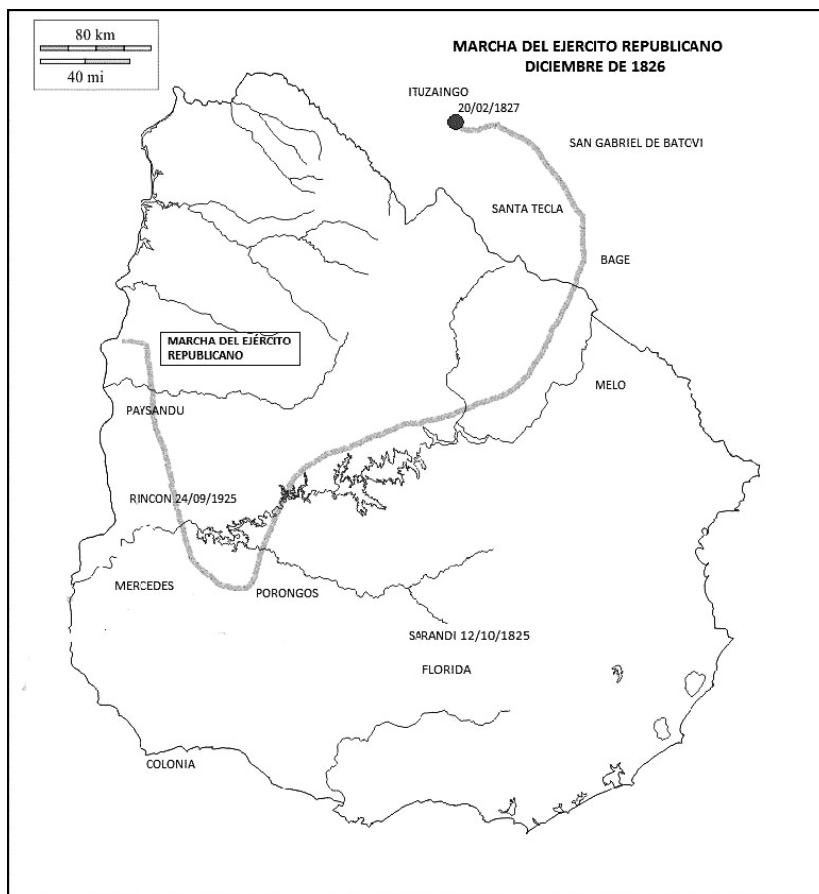
Entre a fumaça negra, José imaginava as chamas que queimaram a capela da Guarda de Inhanduí. Em seu delírio, não podia morrer maldizendo o inimigo e seus companheiros; ele partiria com a imagem de Maria Feliciana e de seus filhos. Uma última oração atravessou o valão do campo de batalha em chamas e, ao se recolher num soluço fúnebre, fundiu-se com os últimos suspiros do Marechal. José morreu na sua terra com seus sonhos e seus paisanos.

O General Alvear pediu a Caldeira Brant que o cadáver do Coronel Brandzen lhe fosse entregue. Este colocou à sua disposição um oficial

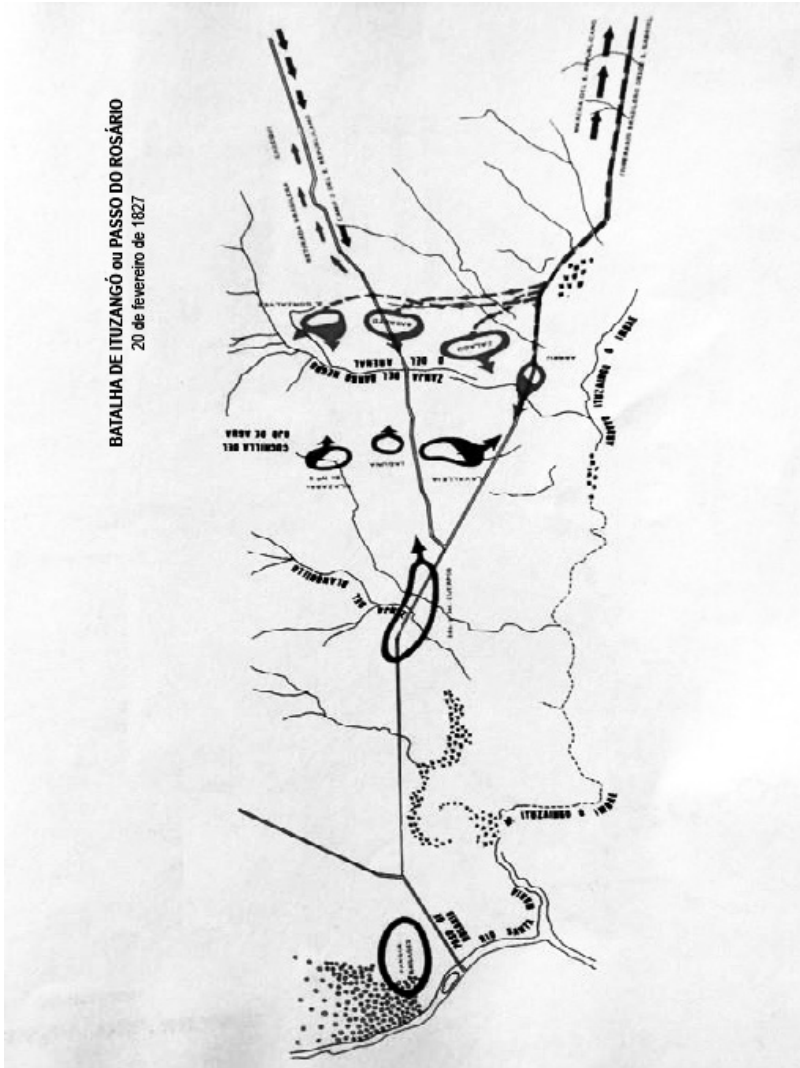
brasileiro para acompanhar o inimigo, enquanto o Marechal Abreu ficaria precariamente sepultado no campo de batalha.

O cheiro da morte convocou os corvos à espera e, depois que as chinas do exército de Alvear concluíram seu tétrico trabalho, as aves de rapina baixaram à terra para se dedicar pacientemente ao que sabiam fazer melhor.

Marcha do Exército Republicano (dezembro de 1826)



Batalha de Ituzaingó ou Passo do Rosário (20 de fevereiro de 1827)



7. A INGRATIDÃO COMO PRÊMIO

A morte tinha colhido sua presa. A casa de José encheu-se de filhos, netos, familiares, companheiros e amigos mobilizados pela dor e pelo afeto. Seus restos não foram identificados, embora a informação fosse de que havia sido sepultado num lugar no campo de batalha.

O Tenente-General Curado, já Barão de São João das Duas Barras, foi um dos mais afetados pela morte de seu companheiro. João de Deus Mena Barreto vivia recluso em sua bela fazenda de Batovi, e Sebastião, seu sobrinho, somente aguardava a ocasião para ser promovido.

Os beligerantes estavam exaustos e resolveram solicitar, separadamente, a mediação da Inglaterra. Lorde Ponsomby, em Buenos Aires, agia em coordenação com Lorde Gordon, no Rio de Janeiro; a guerra também acontecia nos gabinetes e o endividamento do Império com os bancos de Rothschild aumentava.

O Imperador já não tinha o respaldo necessário. Sua imagem perdia popularidade e, aos seus 27 anos, somente encontrava refúgio nos lençóis de Domitila, a erótica Afrodite que acabou com o pouco equilíbrio emocional de que dispunha.

Rivera ocupou os povos das Missões Orientais, perseguido por seus próprios homens. Em agosto de 1827, o Primeiro-Ministro inglês, George Canning, faleceu e, um ano depois, Dom Pedro viu-se forçado a negociar diante da impossibilidade de repelir as “forças invasoras” do território do Brasil. Além disso, os regimentos de mercenários aumentaram suas reclamações, os oficiais brasileiros e

portugueses aprofundaram sua rivalidade e a irritação da população ia para além do razoável.

A assinatura da Convenção Preliminar de Paz, em 27 de agosto de 1828, acabou com a guerra cisplatina. A ocupação das Missões foi decisiva para flexibilizar a posição do Império; Rivera e Barreto mantiveram as negociações até a assinatura do Acordo de *Irerê-Ambá*, em 25 de dezembro de 1828.

Em 1829, Dom Pedro rompeu definitivamente com Domitila e, depois de febris negociações com as Coroas europeias, casou-se com Amélia Augusta de Beauharnais.

Finalmente, a Constituição da República Oriental do Uruguai foi jurada em 18 de julho de 1830, sem que os limites do novo Estado tivessem sido estabelecidos. Em outubro desse ano, Fructuoso Rivera assumiu a Presidência com o apoio de um grupo de “abrasileirados” doutores amigos.

Um ano depois, Dom Pedro I, cercado por conflitos domésticos, abandonou o Brasil deixando “como tutor de seus amados filhos o cidadão honrado, íntegro e patriota, José Bonifácio, um amigo de verdade”.

Em 1835, estourou uma revolução separatista no Rio Grande do Sul, impulsionada por estancieiros que não estavam satisfeitos com a sobretaxa que o Rio de Janeiro aplicava ao charque produzido na Província. A guerra irrompeu nessa fronteira em armas. Bento Manoel Ribeiro e Bento Gonçalves eram oficiais de Dragões, donos de terras e contrabandistas de gado. Nas suas terras, cada peão era soldado e eles, seus chefes, heróis e vilões ao mesmo tempo.

Em 1840, Dom Pedro II, cuja juventude tinha fugido a galope, assumiu como Imperador do Brasil. Entretanto, no Rio Grande do Sul, vitórias e derrotas se sucederam como resultado de repetidas

traições até que, em 1845, o Exército Imperial, sob o comando do Duque de Caxias, impôs a paz na Província.

Anos mais tarde, apesar de inúmeras sublevações, o Brasil imperial consolidou-se e a aristocracia rural brasileira afiançou-se em sistema produtivo e social sustentado na escravatura.

No início da década de 1850, Justo José de Urquiza e o Império do Brasil derrotaram Rosas. Manuel Oribe abandonou o sítio de Montevidéu e a paz entre os orientais foi assinada em outubro de 1851. Nesse mesmo ano, foram assinados os Tratados de Limites entre o Uruguai e o Brasil. O Império aceitou que, ao norte, fosse tomado como referência o curso do Rio Quaraí. Os negociadores pediram a Andrés Lamas que a estância do Marechal José de Abreu permanecesse em território brasileiro, mas ao realizar a demarcação, por engano, tomou-se o arroio Maneco em vez do arroio da Invernada.

O Uruguai iniciou outra etapa institucional. Entrando na década de 1860, os conflitos na Bacia do Prata mobilizaram novamente estancieiros e charqueadores do Rio Grande do Sul. A Missão Saraiva, respaldada pela frota do Almirante Tamandaré, exigiu do governo uruguaio a compensação de em torno de cem reclamações de súditos brasileiros. No *Jornal do Commercio*, em Porto Alegre, os estancieiros publicaram seu ultimato: “Nós, riograndenses, se for necessário, saberemos nos fazer respeitar. Torna-se inevitável um conflito do Império com a República ou com a Província do Rio Grande.”

Apesar do esforço do Barão de Mauá, a convergência dos interesses brasileiros e argentinos conduziu à queda de Paysandu e à entrega do governo pelo Presidente Tomás Villalba a Venâncio Flores. Este pagou a Bartolomé Mitre e a Dom Pedro II pelos apoios recebidos e somou a República à guerra contra o Paraguai, governado pelo Marechal Francisco Solano López. O Tratado da Tríplice Aliança,

com cláusulas secretas, foi assinado pelos governos do Império do Brasil, da Argentina e do Uruguai.

Paralelamente, enquanto os demônios das armas faziam estragos nessa guerra maldita, em 1868, o jovem José da Silva Paranhos Júnior publicou seu estudo intitulado *Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão de Serro-Largo*. Sua eleição não foi ao acaso. Não podia ser melhor a personagem escolhida nas vésperas de iniciar sua carreira diplomática. Paranhos, ao descobrir a ideia central que impulsionou a vida toda do General, identificou-se com esse sentimento de amor à pátria, que tinha como primeiro objetivo a defesa de sua integridade territorial.

José da Silva Paranhos Júnior finalizou seu trabalho destacando a trajetória do Marechal abatido no campo de batalha por fogo amigo:

Assim terminou a carreira gloriosa desse distinto veterano. A vida, que inteira consagrara à pátria, devia ser também sacrificada a ela e, de feito, sua espada só deixou de combater quando a mão que a brandia caiu desfalecida. Com tantos serviços, com tantas glórias, com tantas virtudes, tanta abnegação e civismo, o ilustre Barão do Serro Largo teve nos últimos dias de sua vida, como prêmio e recompensa, a ingratidão e o esquecimento do governo de seu país! Bem diz madame de Sévigné: “Há serviços tão grandes e tão importantes, que somente a ingratidão os pode pagar”.

DATA	JOSÉ de ABREU	FATOS HISTÓRICOS
1750		Tratado de Madri
1754-55		Guerras guaraníticas
1755		Fundação de Maldonado
21 de outubro de 1757	Casamento de João de Abreu e Ana Bernarda, em São Pedro do Rio Grande	
Fevereiro de 1761		Tratado de Pardo Anulação do Tratado de Madri
1763		Primeira invasão do Rio Grande do Sul por Cevallos, Governador de Buenos Aires Deslocamento de parte da população de São Pedro do Rio Grande para San Carlos de Maldonado
27 de dezembro de 1763		Tratado de Paris: Colônia do Sacramento e Ilha de São Gabriel a Portugal, São Pedro do Rio Grande à Espanha
Março de 1765	Transferência de João a San Carlos de Maldonado	
1767		Expulsão dos jesuítas
1770	José de Abreu nasce em San Carlos	
1777		Criação do Vice-Reino do Rio da Prata Segunda invasão do Vice-Rei Cevallos ao Rio Grande do Sul
1777	Retorno a Rio Grande	Tratado de São Ildefonso

DATA	JOSÉ de ABREU	FATOS HISTÓRICOS
28 de dezembro de 1784	Ingresso no quartel da 4ª Companhia do Batalhão de Infantaria e Artilharia de Rio Grande	
1792		Execução de Tiradentes
1794	Cabo de Esquadra, Transferência ao Regimento de Infantaria em Porto Alegre	
19 de maio de 1794	Casamento com Maria Feliciano	
4 de março de 1795	Nascimento de Cláudio	
17 de agosto de 1795	Transferência ao Regimento de Dragões	
Janeiro de 1797	Nascimento de José Inácio	
6 de fevereiro de 1798	Porta-Bandeira do Regimento de Cavalaria.	
1801		Tratado de Badajoz Ocupação portuguesa dos Sete Povos das Missões Orientais
14 de novembro de 1802	Alferes de Dragões	
1804	Nascimento de Ana	
1804	Transferência para a Guarda da Cruz	
1805	Nascimento de Manoel José	Batalha Naval de Trafalgar
Janeiro de 1808		Abertura dos Portos do Brasil Instalação da Corte de Portugal no Rio de Janeiro

DATA	JOSÉ de ABREU	FATOS HISTÓRICOS
Março-abril de 1808		Missão de Joaquim Curado a Montevideu e Buenos Aires
6 de maio de 1808		Abdicação de Carlos IV e Fernando VII em favor de Napoleão
25 de junho de 1808	Tenente de Dragões	
21 de setembro de 1808		Celebração do Cabildo aberto de Montevideu Decisão do Cabildo do Paraguai de permanecer leal à Coroa
1809		Criação da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul
25 de maio de 1810		Revolução de Maio em Buenos Aires Decisão do Alto Peru, Assunção e Montevideu de não adesão ao Conselho de Regência Espanhol
24 de julho de 1810	Guarda de Inhanduí	Declaração de fidelidade ao Supremo Conselho de Regência em Cádiz do Cabildo de Assunção
Setembro de 1810 a março de 1811		Expedição de Belgrano ao Paraguai
A partir de 3 de setembro de 1810		Bloqueio ao porto de Buenos Aires pela Armada realista
Dezembro de 1810		Instalação da Junta Grande em Buenos Aires
Janeiro de 1811		Designação de Javier de Elío como Vice-Rei do Rio da Prata Pedido de auxílio a Portugal

DATA	JOSÉ de ABREU	FATOS HISTÓRICOS
27 de fevereiro de 1811		Grito de <i>Asencio</i> Levantamento da campanha
Março de 1811		Derrotas de Belgrano em Paraguari e Taquari
14 de maio de 1811	Missão Abreu	Revolução no Paraguai
16 de maio de 1811		Ata de Constituição do Governo Provisório em Assunção
18 de maio de 1811		Derrota dos espanhóis em “Las Piedras”
21 de maio a outubro de 1811		Primeiro cerco a Montevideú
Junho de 1811		Destituição de Velasco em Assunção Junta de Governo
13 de junho de 1811	Capitão de Dragões	
1813		Reunião da Assembleia Geral Constituinte em Buenos Aires
2 de fevereiro de 1813		Sarratea declara Artigas traidor
5 de abril de 1813		Congresso de <i>Tres Cruces</i> Instruções do ano XIII
Junho de 1813		Repúdio aos deputados orientais pela Assembleia Geral Constituinte
20 de janeiro de 1814		Retirada de Artigas do cerco a Montevideú
1814	Tenente-Coronel	

DATA	JOSÉ de ABREU	FATOS HISTÓRICOS
1814		Designação de Luís Teles da Silva Caminha e Meneses, Marquês de Alegrete, Capitão-General de São Pedro do Rio Grande do Sul
Março de 1814		Pronunciamento federal dos povos de Entre Rios, Misiones e Corrientes
1814	Chefe da Guarda de Inhanduí	
18 de setembro de 1814 a 9 de junho de 1815		Congresso de Viena Reino de Portugal, Brasil e Algarve
10 de janeiro de 1815		Batalha de Guayabos
15 de fevereiro de 1815		Derrota de Dorrego Otorgués, Governador Militar de Montevideu
29 de junho de 1815		Congresso do Oriente
7 de abril de 1815	Ordem de Avis – Cruz Verde	
Setembro de 1815		Aprovação do Regulamento de Terras de Artigas
1815	Fundação da capela Nossa Senhora da Conceição Aparecida	

DATA	JOSÉ de ABREU	FATOS HISTÓRICOS
20 de março de 1816		Morte de Maria I de Portugal
24 de março de 1816 a 16 de janeiro de 1816		Congresso de Tucumán Repúdio aos deputados orientais
9 de julho de 1816		Declaração da Independência das Províncias Unidas
Agosto de 1816		Invasão lusitana à Banda Oriental
28 de agosto de 1816		Tomada da fortaleza de Santa Teresa
2 de setembro de 1816	Cruzada do Ibicuí	
12 de setembro de 1816	Queima da capela Nossa Senhora da Conceição Aparecida	
3 de outubro	Derrota de Andresito	Batalha de São Borja
27 de outubro	Derrota de Artigas	Batalha de Carumbé
19 de novembro de 1816	Derrota de Rivera	Batalha de India Muerta
3 de janeiro de 1817	Derrota de Artigas	Batalha do Arapeí
4 de janeiro de 1817	Derrota de Latorre	Batalha do Catalão
4 de janeiro de 1817	Comandante no Distrito de Entre Rios	Chagas Santos, Comandante do Distrito de Missões, queima das Missões Orientais
20 de janeiro de 1817		Entrada de Lecor em Montevidéu

DATA	JOSÉ de ABREU	FATOS HISTÓRICOS
1817		Fundação de Alegrete
Março de 1817	Coronel. Comandante do Regimento de Cavalaria de Milícias dos Voluntários Reais de Entre Rios	
1819	Captura de Andresito	Invasão à Província por Andresito
27 de agosto de 1819	Brigadeiro General dos Reais Exércitos de Sua Majestade	
Outubro de 1819	Comendador da Real Ordem de São Bento de Avis	
14 de dezembro de 1819	Invasão de Artigas à Província Latorre derrota Abreu	Batalha de Santa Maria
22 de janeiro de 1820	Derrota de Artigas	Batalha de Taquarembó
Fevereiro de 1820	Perseguição de Rivera	Incorporação de Rivera ao Exército Português
1º de fevereiro de 1820		Batalha de Cepeda, derrota de Buenos Aires
Fevereiro de 1820		Artigas abandona a Banda Oriental
21 de fevereiro de 1820		Tratado de Pilar entre Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios Ruptura com Artigas

DATA	JOSÉ de ABREU	FATOS HISTÓRICOS
24 de agosto de 1820		Revolução liberal do Porto Convocação às Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes
5 de setembro		Exílio de Artigas no Paraguai
Setembro de 1820	Marechal de Campo graduado	Renúncia de José Rita de Castelo Branco, Conde da Figueira, à Capitania-Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul
10 de outubro de 1820	Fidalgo Cavaleiro da Casa Real	
Janeiro de 1821		Instalação do Conselho de Regência Aprovação da Constituição Liberal
Abril de 1821		Retorno de D. João VI a Portugal Regência de D. Pedro I no Brasil Juramento da Constituição Liberal
18 de julho de 1821		Convocação do Congresso Cisplatino Incorporação da Província Cisplatina ao Reino Unido do Brasil e Algarve
22 de agosto de 1821		Designação de Saldanha para Capitão-General de São Pedro do Rio Grande do Sul
21 de dezembro de 1821		Chegada ao Rio de Janeiro dos Decretos de abolição da Regência e retorno de Dom Pedro a Portugal

DATA	JOSÉ de ABREU	FATOS HISTÓRICOS
24 de dezembro de 1821		Solicitação da Junta de São Paulo a Dom Pedro para permanecer no Brasil
9 de janeiro de 1822		EU FICO. Decisão de Dom Pedro de não retornar a Portugal
Junho de 1822		Convocação da Assembleia Constituinte
8 de agosto de 1822	Governador das Armas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul	
29 de agosto de 1822		Aceitação da renúncia de Saldanha à Junta Governativa Mena Barreto é designado Presidente
7 de setembro de 1822		Grito do Ipiranga; Proclamação da Independência do Brasil
12 de outubro de 1822		Proclamação de D. Pedro I Imperador do Brasil
2 de julho de 1823		Expulsão das forças portuguesas
12 de novembro de 1823	Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro	Dissolução da Assembleia Constituinte
12 de outubro de 1824	Marechal de Campo efetivo	
19 de abril de 1825		Cruzada Libertadora Lavalleja, Oribe
Julho de 1825	Chegada de Abreu a Mercedes	

DATA	JOSÉ de ABREU	FATOS HISTÓRICOS
25 de agosto de 1825		Assembleia da Florida; Declaração da Independência
12 de setembro de 1825	Derrota dos Regimentos 24 e 25 Apreensão dos cavalos	Batalha de Rincón
12 de outubro de 1825	Derrota do Exército Imperial Designado Barão do Serro Largo	Batalha de Sarandi
20 de dezembro de 1825	Mensagem à população	São Gabriel
Dezembro de 1825	Destituição do General Lecor como Comandante do Exército Destituição de Abreu como Governador das Armas de São Pedro do Rio Grande do Sul	Tenente-General Magessi Tavares, Comandante do Exército Brigadeiro Massena Rosado, Governador das Armas de São Pedro do Rio Grande do Sul
Março de 1826		Morte do Rei Dom João VI
Setembro de 1826		Felisberto Caldeira Brant, Comandante do Exército, Marquês de Barbacena
Novembro de 1826		Visita do Imperador a Porto Alegre
9 de fevereiro de 1827	Incorporação do corpo de paisanos de Abreu ao exército	
20 de fevereiro de 1827	Morte de Abreu sob fogo amigo	Batalha de Ituzaingó ou Passo do Rosário

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADIE-AICARDI, Anibal & ABADIE-AICARDI, Oscar. *Portugueses y brasileños hacia el Rio de la Plata. Un informe geopolítico, 1816*. Recife: Pool Editorial, 1977.

ABREU, Sergio. *La vieja trenza*. Montevideo: Planeta, 2013.

ARTEAGA, Juan José. *Conflicto y jesuitas en la frontera del imperio*. Lima: El Virrey, 2015.

BRUXEL, Arnaldo. *Los 30 pueblos guaraníes*. Editores Asociados, 1996.

BUENO, Eduardo. *Brasil: Uma História – A incrível saga de um país*. São Paulo: Ática, 2005.

BUENO, Eduardo. *Brasil: Uma história. Cinco séculos de um país em construção*. São Paulo: Leya, 2010.

CAMOGLI, Pablo. *Andresito: Historia de un pueblo en armas*. Buenos Aires: Aguilar, 2015.

CARVALHO, Olavo de. *O Exército na história do Brasil*. Reino Unido e Império. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

CHAVES, Julio César. *Biografía de los próceres de la independencia*. Editorial Asunción, 1961.

CHAVES, Julio César. *Historia de las relaciones entre Buenos Aires y el Paraguay, 1810-1813*, 2.^a ed. Asunción: Niza, 1959.

CIDADE, Francisco de Paula. *Dois ensaios de história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2011.

CORRÊA, M. M. *Fronteira aberta: A construção social do poder de um potentado no Rio Grande de São Pedro*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria., 2017.

CRUZ, Alcides. *Epítome da guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Volume I. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas da Livraria do Commercio, 1907.

CURADO, Joaquim Xavier. Joaquim Xavier Curado y su informe secreto de 1799. *Boletín Histórico* v. 100-103, p. 25-57, 1964.

FAJARDO, Florencia. *San Carlos en su bicentenario*. Goes, 1963.

FAUSTO, Boris. *Historia concisa del Brasil*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Laurentino. *1822*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Participações S.A, 2010.

GONZÁLEZ ODDONE, Beatriz Rodríguez Alcalá de. *La Misión José de Abreu*, [s.d.].

GONZÁLEZ RISSOTTO, Luís Rodolfo; RODRÍGUEZ VARESE, Susana. *Guaraníes y Paisanos: Impacto de los indios misioneros en la formación del paisanaje*. Editorial Nuestra Tierra, 1990.

HELGA, A. *Marechal José de Abreu, Barão de Sêrro Largo*. eu, tu, eles: passado, presente, futuro. 2008. Disponível em: <<https://eutueles.com/marechal-jose-de-abreu-barao-do-serro-largo/>>.

LARA, D. A. Memórias de la campaña de 1816. *Boletín Histórico del Ejército Uruguayo*, v. 100-103, p. 85-129, 1996.

LEAL, Francisco. *Divertimentos Militares*. Rio de Janeiro: Imp. Americana de I. P. da da Costa, 1837.

MIRANDA, Márcia. Ekcert. Ao Sul das Cortes: a independência na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos (online)*, 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/65334>><http://journals.openedition.org/nuevomundo/65334>>.

O'DONNELL, Pacho. *Artigas*. Buenos Aires: Penguin Random House – Editorial Argentina, 2012.

OLIVEIRA, José. Joaquim Machado de. A celebração da paixão de Jesus Cristo entre os Guaranys. *Revista Trimensal de História e Geographia*, tomo IV, p. 331-349, IHGB, 1863[1842].

OSORIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.

PAGOLA, Brenda. “...Y ellos le dieron vida”: San Carlos: fundadores y vecinos. Montevideo: Arca, 1998.

PARANHOS JUNIOR, José Maria da Silva (Barão do Rio Branco). Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão de Serro Largo. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil*, v. 31, n. 2, p. 62-135, 1868.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (Visconde de São Leopoldo). *Annaes da Província de São Pedro*. Paris: Typographia de Casimir, 1839.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (Visconde de São Leopoldo). Memórias do Visconde de São Leopoldo. *Revista trimestral do IHGB*, XXXVII, 2 CAP. IX, 1874.

PORTO, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selvach, 1954.

PRIORE, Mary del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

RAMOS, R. Antonio. El Paraguay y el auxilio portugués. In: _____. *La Independencia del Paraguay y el Imperio del Brasil*. Cap. 2, p. 83-96, Rio de Janeiro: IHGB – Conselho Federal do da Cultura, 1976.

REYES ABADIE, Washington; VÁZQUEZ ROMERO, Andrés. *Crónica general del Uruguay*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998

RIBEIRO, Ana. *El caudillo y el dictador*. Montevideo: Planeta, 2003.

RIBEIRO, Ana. *Los tiempos de Artigas*. Tomo II. Montevideo: Planeta, 2009.

ROBERTSON, John Parish; ROBERTSON, William Parish. *Los Artigueños*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. *Reminiscências da campanha de 1827 contra Buenos Aires*. Rio de Janeiro, [s.d.].

SILVA CAZET, E. (dir.) *Revista Histórica*, v. 55, n. 163, Publicación del Museo Histórico Nacional, 1991.

SOARES DE LIMA, Carlos. *La patria misionera*. Montevideo: Linardi y Risso, 2007.

SOUSA, O. T. de. *Fatos e personagens em torno de um regime*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

TELESCA, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. 3 ed. Asunción: Taurus, 2011.

Outros estudos sobre a missão Abreu

Documentos

Certidões de nascimento.

Certificado de incorporação: José de Abreu, filho de João de Abreu, de idade 14 anos. Recebeu 5\$300, como o de f. 76, em 28 de dezembro de 1784. Caduca em 28 de dezembro de 1784, quando se ofereceu voluntariamente para o Real Serviço.

Ofício Tenente Coronel Luís dos Santos Paiva 29.04.24 BNRJ. Documentos biográficos, José de Abreu.

18/07/1807 AHU Rio Grande do Sul Cx12 doc.40 Fundo Resgate Barão de Rio Branco.

Francisco das Chagas Santos para Dom Diogo. Autoridades militares. Francisco Chagas Santos, AHRS maço 16.

Relatório de Abreu. Cartas e Ofícios de Abreu enviados por Milbradt Corrêa. Autoridades militares. José de Abreu, 1814 - lata 168 maço 44.

Estudio de RIELA autoridades militares. José de Abreu, 25.01.1817 maço 63, AHRS (22.12. 1816, J.X. Curado a D. Diego de Souza).

Notícias, despachos, ofícios e falas - via Hemeroteca Digital Brasileira
A Gazeta do Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1813. Despachos Militares – promoções de oficiais desde 12 de julho de 1811.

A Gazeta do Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1816. Notícia extraoficial sobre os combates de Japejú e Passo do Ibicuí.

A Gazeta do Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1816. Notícia oficial sobre os combates de Japejú, sítio de São Borja etc.

Idade d'Ouro, 23 de setembro de 1817. Relato de “Hum Official do Exército” sobre ações contra Artigas: Arapeí, Catalão etc.

A Gazeta do Rio de Janeiro, 9 de julho de 1817. Promoções por Decreto: promovido a Coronel da Cavalaria de Linha, no Comando de Entre-Rios.

Correio Braziliense, XXIII: Ofício do Conde da Figueira de 15 de junho de 1819. Londres: R. Greenlaw, 1919.

A Gazeta do Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1820. Ofício do Conde da Figueira sobre batalha do Taquarembó.

A Gazeta do Rio de Janeiro, 2 de março de 1820. Relação dos Oficiais despachados por distinção nas seguintes ações: Taquarembó: Promoção a Marechal de campo graduado.

Império do Brasil: Diário do Governo, 24 de janeiro de 1823. Ofício de João Vieira e Carvalho ao Governador das Armas, José de Abreu, em 4 de janeiro de 1823.

Império do Brasil: Diário do Governo, 4 de junho de 1823. Nota de João Vieira e Carvalho em aprovação a medidas de José de Abreu, em 15 de maio de 1823.

Império do Brasil: Diário do Governo, 17 de junho de 1823. Resposta de José de Abreu a notícia veiculada em O Gazeteiro de Montevideo e o Argos de Buenos Aires, em 22 de abril de 1823.

Império do Brasil: Diário do Governo, 18 de julho de 1823. Fala de José Joaquim da Silva, em 30 de maio de 1823.

Império do Brasil: Diário do Governo, 19 de setembro de 1823. Fala de José de Abreu sobre subscrição destinada ao aumento da Marinha, 22 de junho de 1823.

Império do Brasil: Diário do Governo, 9 de março de 1824. Carta de José de Abreu a João Gomes da Silveira Mendonça sobre a dissolução da Assembleia Geral Constituinte, 24 de janeiro de 1824.

Império do Brasil: Diário do Governo, 31 de maio de 1824. Fala de José de Abreu às tropas em Porto Alegre, para jurarem a Constituição política do Império do Brasil.

Império do Brasil: Diário do Governo, 14 de outubro de 1824. Despachos de 12 de outubro de 1824: Oficiais Gerais.

Império do Brasil: Diário do Governo, 13 de dezembro de 1824. Resposta a ofício de José de Abreu de 29 de outubro de 1824 agradecendo a S.M.I., em 4 de dezembro de 1824.

Acervo pessoal de Luís Marcial Abreu de Gasperi.

Carta de nobreza de José de Abreu, 12 de outubro de 1825.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil



O Marechal de Campo José de Abreu, que lutou mais de vinte batalhas a favor do Brasil nos limites das terras espanholas, é um desses grandes heróis desconhecidos dos brasileiros. Sentou praça em dezembro de 1784 em Rio Grande. Lutou em todas as campanhas de 1801 a 1827 e teve papel importante na libertação de São Borja em 1814. Também foi fundamental na luta contra Artigas. Toda essa dedicação foi reconhecida com sua ascensão a General, Marechal de Campo e, mesmo, a Governador de Armas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Foi agraciado pelo Imperador Dom Pedro I com o título de Barão do Serro Largo. Esse grande personagem aparece aqui retratado por seu tataraneto uruguaio, Sergio Abreu. Ex-Chanceler uruguaio e atualmente Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Abreu assinou como Chanceler o Tratado de Ouro Preto que criou a união aduaneira do Mercosul. É uruguaio com ascendência no Brasil, tem avó argentina e pai paraguaio. Trata-se, portanto, do *homo Mercosul* e que aqui retrata de forma persuasiva e leve não apenas o personagem, mas como era a vida em São Pedro do Rio Grande no início do século XIX.

Antonio José Ferreira Simões, Embaixador